

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

O Pesadelo Americano

Marcelo da Costa Nicolau

Orientadora: Cecília Maria Bouças Coimbra

**Niterói/RJ
2008**

Marcelo da Costa Nicolau

O Pesadelo Americano

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Cecília Maria Bouças Coimbra

Niterói/RJ

2008

Marcelo da Costa Nicolau

O Pesadelo Americano

**Texto apresentado para a defesa de Dissertação de Mestrado no
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal
Fluminense – UFF.**

Data da aprovação: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Cecília Maria Bouças Coimbra - UFF
Orientadora

Prof^o Dr. Auterives Maciel Junior – PUC-Rio

Prof^o Dra. Lilia Ferreira Lobo - UFF

Prof^a Dra. Heliana de Barros Conde - UERJ

Resumo

O trabalho que desenvolvido analisa a americanização do mundo, operada pelo que é definido por "dispositivo do Sonho Americano". Este funcionaria em relação de *bando* com os demais *modus vivendi*; afirmando-se como o único desejável de ser vivido, desdobrando-se sobre o mundo a partir da segunda metade do século XX. Essa análise é atravessada por Foucault, Negri e Agambén, tendo a literatura de Charles Bukowski funcionando como um aliado, um analisador, um intercessor fornecendo a idéia de Pesadelo Americano. Problematiza-ser a produção de marginalidade no contemporâneo, como captura do devir. Em diálogo com o campo da História desenvolvem-se as limitações do pensamento dialético - sua incapacidade de afirmar e a valorização da negatividade; assim como, as idéias de identidade e cultura são postas em xeque como conceitos reacionários.

Palavras Chave: Marginalidade – Charles Bukowski – Estados Unidos – Dialética – Filosofia da Diferença

Abstract

This work examines the “Americanization” of the world, operated by that is defined by "device of the American Dream." Its work on “bando” with other *modus vivendi*; affirming itself as the only desirable to be lived, breaks down over the world since the second half of the twentieth century. This analysis is crossed by Foucault, Negri and Agamben and have the literature of Charles Bukowski working as an ally, an analyzer, an intercessor providing the idea of American Nightmare. It put in question the production of marginalization in the contemporary, and capture of “becoming”. In dialogue with the works on history, it shows the limitations of dialectical thinking - its inability to assert and enhancement of the negativity, as well as the ideas of identity and culture are put in check as reactionary concepts.

Key Words: Marginality - Charles Bukowski - United States - Dialectics - Philosophy of Difference

Número total de páginas: 124

Número da bibliografia com anexos: 106-117

tel. 9392-9385/nicolaujb@bol.com.br

*Para Albino Francisco da Costa e Terezinha
Guimarães da Costa.*

Agradecimentos:

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF pela acolhida corajosa deste trabalho; aos meus pais pelo apoio incondicional, e irrestrito a cada passo dessa dissertação; à minha orientadora Cecília Coimbra por saber transmitir sua força, a quem agora tenho a felicidade de chamar de amiga e companheira de luta; ao meu “mestre” e amigo Auterives Maciel, pois sem sua generosidade com o pensamento nada disso seria possível; ao Grupo Tortura Nunca Mais-RJ pela possibilidade de um reencontro com a militância política; ao Professor Alexandre Gazé pela acolhida mais que generosa; à Roberto Houlguin e Ilmar Gaze pelo carinho; à João Luiz Duboc Pinaud, Sylmar El-Jaick e Kátia Pinheiro pelos incentivos iniciais que não permitem o esquecimento; à Tatiane Xavier, Beluce Bellucci, Maria do Carmo Ulbiapina que me acolheram na reta final desse trabalho na Pró-Reitoria de Graduação da UCAM e fazem parte dele; à equipe da biblioteca do CCBB que tanto me ajudou com os inúmeros livros emprestados e os prazos “esquecidos”; à Nilcéia e Odali Dias Cardoso pela inscrição nessa mesma biblioteca; à Janne Calhau Mourão pela acolhida e as cartografia fundamentais à qualquer trabalho; aos meus amigos sem os quais cada página dessa dissertação seria uma ilusão e aos quais nomear seria uma irresponsabilidade.

É importante ressaltar que essa dissertação não poderia ser elaborada sem o apoio financeiro da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior), entidade governamental brasileira promotora do desenvolvimento do ensino superior, sob a forma de bolsa integral.

Este trabalho é dedicado a Albino Francisco da Costa e a Terezinha Guimarães da Costa, meus amados avós, que morreram enquanto essas páginas eram escritas. Seu amor incondicional é parte integrante de cada linha aqui escrita, e essas constituem uma homenagem as suas belas e poderosas vidas.

SUMÁRIO

EPÍGRAFE	6
PREFÁCIO	8
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – The American Dream	
1.1 – Tentativas de um pensar não dialético	20
1.2 - O sonho americano	31
1.3 – Capturas da idéia de cultura e identidade	36
1.4 – Gestação do “american way of life”	39
1.5 – Uma nova soberania	46
1.6 – Sociedade Disciplinar Global	51
CAPÍTULO 2 – A construção da margem	
2.1 – Um panorama biográfico	63
2.2 – Linhas de fuga na literatura anglo-americana	66
2.3 – Homem como modelo	72
2.4 – Vozes que diferem: 1950, 1960, 1970	78
2.5 – Da correção e punição: disciplina	88
2.6 – Uma marginalidade específica	98
CONCLUSÃO?	102
BIBLIOGRAFIA	107
ANEXOS	111

Epígrafe:

É preciso criar um lugar à parte para a América. É claro, ela não está isenta de dominação das árvores e de uma busca das raízes. Vê-se isto até na literatura, na busca de uma identidade nacional, e mesmo de uma ascendência ou genealogias européias (Kerouac parte em busca de seus ancestrais). O que vale é que tudo o que aconteceu de importante, tudo o que acontece de importante, procede por rizoma americano: beatnik, underground, subterrâneos, bandos e gangues, empuxos laterais sucessivos em conexão imediata com um fora. Diferença entre o livro americano e o livro europeu, inclusive quando o americano se coloca na pista das árvores. Diferenças na concepção do livro. “Folhas de ervas”. E, no interior da América, não são sempre as mesmas direções: à leste se faz a busca arborescente e o retorno ao velho mundo. Mas o oeste rizomático, com seus índios sem ascendência, seu limite sempre fugidio, suas fronteiras movediças e deslocadas. Todo um “mapa” americano, no oeste, onde até as árvores fazem rizomas. A América inverteu as direções: ela colocou seu oriente no oeste, como se a terra tivesse se tornado redonda precisamente na América; seu oeste é a própria franja do leste. (não é a Índia, como acreditava Hadricourt, o intermediário entre Ocidente e Oriente, é a América que faz Pivô e mecanismo de inversão.) A cantora americana Patti Smith canta a bíblia do dentista americano: não procure a raiz, siga o canal...

Não existiram então duas burocracias e até três (e mais ainda)? A burocracia ocidental: com sua origem agrária, cadastral, as raízes e os campos, as árvores e seu papel de fronteiras, o grande recenseamento de Guilherme, o conquistador, a feudalidade, a política dos reis da França, assentar o Estado sobre a propriedade, negociar as terras pela guerra, os processos e os casamentos. Os reis da França escolhem o lírio, porque é uma planta com raízes profundas prendendo os talos. Seria a mesma coisa no Oriente? Seguramente, é muito fácil apresentar um Oriente de rizoma e de imanência; mas o estado não age nele segundo um esquema de arborescência a classes preestabelecidas, arborificadas e enraizadas: é uma burocracia de canais, por exemplo o famoso poder hidráulico feito de “propriedade” fraca, onde o Estado engendra classes canalizantes e canalizadas (cf. o que nunca foi refutado nas teses de Wittfogel). O déspota age como rio, e não como uma fonte que seria ainda um ponto, ponto-árvore, e a árvore de Buda torna-se ela mesma rizoma; o rio de Mao Tse-Tung e a árvore de Luís. Ainda nesse caso, a América não teria procedido como intermediária? Porque ela age por extermínios e liquidações internas

(não somente os índios, mas os fazendeiros etc.) e por empuxos sucessivos externos de migrações. O empuxo de capital produz aí um imenso canal, uma quantificação de poder, com uns “quanta” imediatos onde cada um goza à sua maneira na passagem do fluxo-dinheiro (de onde o mito-realidade do pobre que se torna milionário para torna-se novamente pobre): tudo se reúne assim, na América, ao mesmo tempo árvore e canal, raiz e rizoma. Não existe capitalismo universal e, em si, o capitalismo existe no cruzamento de toda sorte de formações, ele é por natureza sempre neocapitalismo, ele inventa para o pior sua face de oriente e sua face de ocidente, além de seu remanejamento dos dois.

Gilles Deleuze & Felix Guattari

Prefácio

No final do ano de 2007 a mídia nacional, por assim dizer, nos brindou com um espetáculo político como nunca antes visto: provavelmente a maior cobertura midiática (imprensa e televisiva) de um processo eleitoral realizada em solo brasileiro. Acompanhamos em tempo real as prévias dos dois maiores e mais importantes partidos políticos, em que pré-candidatos à presidência lutam pela indicação do partido para poder concorrer às eleições. No entanto, essa eleição não irá ocorrer no Brasil, assim como, uma cobertura dessa magnitude jamais foi realizada com relação às prévias de qualquer partido político brasileiro. Ela será nos Estados Unidos, e os partidos em questão são o Republicano e o Democrata.

Podemos dizer que qualquer um que assista aos principais telejornais, de qualquer emissora de televisão, assim como tenha o hábito de ler pelo menos as manchetes dos jornais, não estranha nomes como Hilary Clinton, Barack Obama, Jonh Edwards, John McCain, Rudolf Juliane, Mike Hurkbee. Certamente quem assiste aos telejornais conhece dois nomes: Barak Obama e Hilary Clinton, com um pouco a mais de atenção aparecerá o de John McCain. Os Estados do Kentucky, Illinois, Utah, Maine, Louisiana – para dizer os menos conhecidos também – vão se tornando nomes comuns do noticiário do dia a dia, conforme as prévias avançam, e cada candidato se desloca e mobiliza.

Sabemos à exaustão quais são as propostas dos principais pré-candidatos, a que linha política eles se filiam, o impacto possível de cada um deles a frente da Casa Branca sobre o mundo. Na política externa, temos perfeitamente mapeados os problemas principais: qual será a postura frente à Guerra do Iraque; Como irá lidar com Cuba, principalmente com Fidel Castro afastado da presidência; como vai lidar com a ameaça de crise por conta do colapso do mercado imobiliário e seu efeito cascata pelo mundo? Política ambiental frente o desafio do aquecimento global? Continuará a conduzir a “Guerra Contra o Terror” (política externa norte americana mestra do governo George W. Bush após o ataque de 11de setembro)? Como pretende lidar com a América Latina? Qual que melhor beneficiaria o Brasil comercialmente etc. Temos ainda alguma noção dos problemas internos dos EUA: política de imigração, programas de saúde, desemprego, aquecimento da economia, política anti-drogas.

Podemos encontrar ainda aqueles que afirmam que não se está discutindo a fundo a questão, não se politizou ainda o debate, é preciso estabelecer uma crítica que perceba o fundamental: entre qualquer dos candidatos à distância política é mínima. É claro que há simbolicamente um negro (Barak Obama), com um nome tão sugestivamente ligado ao

mundo árabe, e uma mulher, com chances reais de se tornarem presidentes dos EUA, não é um fato menosprezável. Vale lembrar que às lutas pelos direitos civis das mulheres e dos negros, tiveram sua maior expressão nos EUA, que se constituíram historicamente como uma sociedade machista e racista, linhas que atravessam e compõem aquela sociedade.

Está mais do que claro que os EUA – apegando-nos à parafernália conceitual da soberania dos Estados-Nação, se constituem como a superpotência econômica, política, cultural e militar de todo o globo – sem qualquer rival capaz de contestar ou exercer uma oposição viável, seja na disputa pela liderança, seja como projeto de sociedade, pelas próximas décadas¹. Mesmo tendo essa referência de análise, não creio que faça muito sentido pensar nesse fenômeno ultra-recente, levando em conta apenas isso. Não faz sentido, nesses termos, que acompanhem às prévias em tempo real dos dois partidos que monopolizam o jogo partidário norte americano. Isso faria sentido se fosse hábito político nosso, acompanhar as prévias partidários das demais potências, França, Alemanha, China, Japão, mesmo que em menor escala. É interessante levantar que, perguntando à alguns estudantes da graduação em Psicologia da UFF, eles mal conheciam os principais partidos políticos brasileiros. Conheciam o Partido dos Trabalhadores – PT, mas os outros eram referências distantes. O mais assustador é que Barak Obama eles conheciam, Hilary Clinton também, mas possíveis pré-candidatos a sucessão de Lula, não. Sabemos que nomes como Ciro Gomes, Dilma Russel, Aécio Neves, Itamar Franco, Fernando Collor estão longe de ser nomes pouco comentados ou conhecidos pelo público.

Acredito que isso nos ajuda entender que a americanização o mundo não foi um evento ligado a uma possível expansão da dominação daquele país, sobre os demais, acompanhado de uma ideologia – um conhecido avanço imperialista pelo mundo disfarçado sob as velhas bandeiras do mercado livre e da democracia. Nem que por isso esteja condenado a sumir com ele. Se em 2004 acompanhamos em tempo real a disputa de George W. Bush contra o candidato democrata Jonh Kerry, entendo ser significativo que quatro anos depois o mundo esteja acompanhando em tempo real as prévias, que nada mais são do que o candidatos à candidatos à presidência americana, e toda a polêmica que ela traz consigo. Um detalhe nada descartável é que tudo isso é tratado como se fosse extremamente natural. Então a conquista de delegados partidários por voto direto e aberto a toda população em cada partido, que é um processo totalmente alienígena para termos brasileiros, assim como todo o

¹ Embora muito se especule sobre o vertiginoso crescimento da economia chinesa, suas potencialidades futuras, não existe qualquer sinalização, por qualquer espécie de recorte que aponte para uma futura bipolarização entre EUA e China. Aponta-se sim, para uma entrada no cenário internacional político e econômico de uma nova variável, tal qual foi o Japão na década de 1970.

jogo sedução para a conquista dos chamados superdelegados² de cada partido, é tratado de forma natural e didática. Não deixamos de ter, nessa confusão toda, a impressão de isso é um grande exemplo para nós, e que estamos ainda muito longe de alcançá-los. Na verdade, é mais ou menos como uma lição de democracia, e com quem deveríamos aprender, por sua perfeição, por sua solidez, por sua beleza. É muito vago, mas é também reverencial a forma como temos contato com esse fenômeno. Mesmo seus escândalos políticos são mais graves e sérios. Foi com certo orgulho que assistimos o caso da cafetina brasileira que ajudou a derrubar um governador da Nova York, pois, foi assim que foi tratado pela mídia. Embora distante de nós, é uma espécie de meta, que deixa todo o que vivemos muito pequeno, muito mesquinho, muito pouco digno de ser vivido. E é significativo que tamanho esforço midiático e jornalístico não seja feito para a nossa política doméstica, tão mais rica em suas variedades partidárias – o que está longe de significar que sejam positivas. Vale destacar que, nesse ano de 2008, temos eleições municipais no Brasil.

De qualquer forma, após a era Bush todos os candidatos acreditam na América, e vão salva-la da catástrofe. O próprio Bush se propôs a tanto. Todos sabem que existe um sonho que vale a pena sonhar, que vale a penas ser sonhado. Que apenas uma sociedade se entende, e se entendeu ao longo de sua história como um sonho. Esse sonho diz que a América sempre vai ser refundada, que sempre vai se reconstruída, pois existe uma missão a ser desempenhada. É uma profecia que vai ser realizada, está realizando-se a cada instante. É estranho que poucos, dentro ou fora, tenham tido tanto espaço, ou criado esse espaço, para dizer que isso pode não ser bem assim:

² Os Partidos Republicano e Democrata apresentam a seguinte dinâmica para a escolha de seus candidatos. Os membros de cada partido lançam a sua candidatura, e tem de bancar as despesas de uma campanha eleitoral interna, em cada estado da federação. Cada estado tem um número de delegados, e ao final do processo em cada um dos estados americanos, o que conquistar mais delegados tem o direito de ser escolhido como o candidato à presidência dos Estados Unidos por um dos dois partidos. O Partido Democrata tem um sistema proporcional de eleição, ou seja, o número de delegados que um candidato recebe é proporcional aos votos que conquista nas urnas. O Partido Republicano adota um sistema de majoritariedade, ou seja, quem vencer as eleições no estado em questão, leva todos os delegados. O sistema do Partido Republicano reproduz em menor escala o processo eleitoral americano, este não é baseado em votos absolutos que cada candidato recebe no total. O presidente americano é escolhido por um processo federativo, em que cada estado tem direito a um número x de votos, proporcional a sua população, que serão encaminhados em sua totalidade à um dos candidatos. O presidente americano numa eleição é aquele que vence a eleição nos principais estados, que por sua vez lhes concede todos os votos a que tem direito. Isso permite que um presidente possa não ter a maioria dos votos, mas sim aquele que venceu na maioria dos estados. Esse foi o caso da primeira eleição de George W. Bush. Graças a um problema de recontagem dos votos na Flórida, estado populoso e então governado por seu primo, a decisão foi parar na Suprema Corte. Esta composta, em sua maioria, por juizes indicados pelo Partido Republicano na era Reagan e pelo próprio pai de Bush (George Herbert Walker Bush) enquanto presidente; não teve grandes dificuldades em declarar Bush vencedor das eleições na Florida. Por conseguinte, George W. Bush superou o candidato democrata Al Gore na contagem final de votos de cada estado. Vale lembrar que Al Gore então terminou a eleição como mais voto que George W. Bush, e já havia se declarado derrotado, não querendo empreender uma guerra judicial pela posse da presidência. Jamais comprometeria as instituições americanas, pois ele acreditava na América. Isso estava acima de qualquer disputa

Era hora de desfazer o grupo. Mesmo naquele quintal arrebitado havia áreas de guetos, áreas Malibu e áreas Beverly Hills. Por exemplo, os mais bem vestidos, com roupas de *griffes* famosas, permaneciam juntos. Cada tipo reconhecia sua contraparte e não exibia tendências a se misturar. Fiquei surpreso de algum deles se mostrarem dispostos a ir a um gueto negro em Venice. Talvez achassem a coisa chique. Claro, o que fazia a coisa toda cheirar mal era o fato de muitos ricos e famosos não passarem de putas estúpidas e estúpidos filhas da puta. Simplesmente haviam entrado em alguma mamata em alguma parte. Ou tinham enriquecido com a estupidez do grande público. Geralmente desprovidos de talento, de visão, de alma, pedaços de cocô ambulantes, mas para o público pareciam deuses, belos, reverenciados. O mal gosto cria muito mais milionários que o bom gosto. No fim, tudo se resumia a quem conseguia mais votos. Na terra das toupeiras uma toupeira era rei. Portanto, quem merecia alguma coisa? Ninguém merecia nada... (BUKOWSKI, 1998, p. 105).

Introdução

Eu falo de amor à vida,
 Você de medo da morte.
 Eu falo da força do acaso
 E você de azar ou sorte.

Eu ando num labirinto
 E você numa estrada em linha reta.
 (...)

Eu lanço minha alma no espaço,
 Você pisa os pés na terra.
 Eu experimento o futuro
 E você só lamenta não ser o que era.
 E o que era?
 Era a seta no alvo,
 Mas o alvo, na certa, não te espera.
 (...)

Então me diz qual é a graça
 De já saber o fim da estrada,
 Quando se parte rumo ao nada?

Paulinho Moska

O primeiro desafio proposto a esse mestrando que inicia suas atividades no programa de mestrado de Estudos da Subjetividade se chama: análise de implicações. Uma série de autores são apresentados: René Lourau, Heliana Conde, entre outros tantos citados, assim como, os conceitos de *instituição* e *implicação*. A discussão nos remete às décadas de 1980 e 1990, e se situa no campo Análise Institucional. Lourau (1993) indica que na França essas discussões foram lançadas pela psicanálise e avançaram pelo campo da sociologia até constituir o que ele chama de campo de coerência próprio, distinto tanto da sociologia quanto da psicanálise. A grande questão por ele colocada é que:

Quase todas as ciências estão baseadas na noção de não implicação ou desimplicação. As 'teorias da objetividade' se baseiam na 'teoria' da neutralidade. É claro que também outras disciplinas criticam essa idéia de objetividade; em particular, a Psicanálise. De certa maneira, a Análise Institucional se situa no prolongamento do 'escândalo psicanalítico' e, ao mesmo tempo, tenta explorar um outro campo de coerência, o de uma certa sociologia [...] Sabemos que a Psicanálise e algumas tendências da Sociologia e da Antropologia há muito se interrogam sobre a posição do pesquisador frente a sua produção. Portanto, não somos nem completamente novos, nem originais. Propomos, ao contrário da idéia de 'originalidade das

idéias’, a multi-referencialidade. Esta não é sinônimo da pluridisciplinaridade; não é uma mera coleção de disciplinas justapostas. Refere-se ao apelo a diferentes métodos e ao uso de certos conceitos já existentes, a fim de construir um novo campo de coerência (LOURAU, 1993, p. 10).

Ainda assim se faz necessário um certo esclarecimento acerca de que o conceito de “instituição” aqui utilizado não se refere, necessariamente, a algo materialmente construído. Essa referência ao material pode ser entendida como um vício, ou modismo, mas que não se constitui enquanto conceito operável, quando estamos preocupados em situar as condições materiais da pesquisa que se pretende realizar. Seria uma visão limitada. Instituição é mais um jogo de forças, relações sociais constituídas. Ainda segundo Lourau:

Esse uso abusivo da palavra instituição tem origem na teologia cristã, no meu país [França] e no de vocês também [Brasil]. Para nós, todavia, da Análise Institucional, instituição não é uma coisa observável mas uma dinâmica contraditória construindo-se na (e em) história, ou tempo. Tempo pode ser, por exemplo, dez anos para a institucionalização de crianças deficientes ou dois mil anos para a institucionalização da Igreja Católica. O tempo social-histórico, é sempre primordial, pois tomamos instituição como dinamismo, movimento; jamais como imobilidade. Até instituições como igreja e exército estão sempre em movimento, mesmo que tenhamos essa impressão. O instituído, o *status quo*, atua como um jogo de forças extremamente violento para produzir uma certa imobilidade; especialmente nos dois exemplos que acabei de dar. O que aprendemos, durante esses vinte anos de trabalho, foi conhecer melhor o instituído e os diversos níveis contraditórios da instituição. (LOURAU, 1993, p. 11-12).

Heliana Conde (1983) indica que as instituições são relações sociais que instrumentalizam as organizações e as técnicas de que dispõem os pesquisadores, não se confundindo com uma organização nem com as próprias técnicas. Os próprios pesquisadores instrumentalizam essas instituições. É nisso que consiste a implicação de um profissional em um estabelecimento, *trata-se, isto sim, da análise dos vínculos (afetivos, profissionais e políticos) com as instituições em análise naquela intervenção em tal ou qual organização e, de forma ainda mais generalizada, da análise dos vínculos (profissionais e políticos) com todo o sistema institucional* (RODRIGUES & DE SOUZA, 1983: 33).

Talvez devamos iniciar esse trabalho pela análise de minhas implicações com a *instituição historiografia carioca*, antes situando o caminho até agora percorrido.

Esse projeto de pesquisa em nível de mestrado se desdobra de uma monografia de conclusão de graduação em história. Pretende pensar algumas práticas produtoras das marginalidades contemporâneas através da literatura, em uma espécie de literatura, em uma

literatura americana. Uma literatura marginal, considerada como tal, escrita por um autor que se entendia e gostava de ser marginal. Serão revelados, através de Bukowski, alguns mecanismos de funcionamento da sociedade americana, que levaram à formulação da idéia de “Sonho Americano”.

A opção pelo mestrado em *Estudos da Subjetividade* se dá pela aposta feita em uma ferramenta teórica: a transversalidade. As pesquisas desenvolvidas no Programa não se entendem fechadas sob as rígidas fronteiras do conhecimento disciplinarizado, ou melhor, do conhecimento tido como disciplina. A psicologia deste programa não se entende como falando somente para psicólogos, tratando de problemas tidos como específicos da psicologia. Referem-se às questões contemporâneas que irão atravessar o plano da clínica, que já não mais pode se dissociar da política, da filosofia, da arte e do pensamento histórico. Os campos se interpenetram, e nessa multiplicidade existe a possibilidade de se pensar a instituição da marginalidade contemporânea através da literatura. Todos esses campos, embora mantenham sua especificidade, são atravessados pelos desafios de seu tempo.

A tentativa de pensar um processo histórico, uma emergência no contemporâneo através de textos literários não se mostrava possível, no campo da historiografia carioca. Ou pelo menos teria uma recepção hostil. Nesse campo encontramos justamente o movimento contrário ao observado nos Estudos da Subjetividade: o fechamento em seu próprio campo disciplinar. A História parece quando muito aberta para abordagens interdisciplinares, onde o diálogo se dá entre dois campos já fechados e entendidos como especiais. Nesse fechamento do campo, vemos claramente os limites que esse movimento se impõe: os historiadores vão pensar questões próprias de seu campo num diálogo interno, produzindo seus próprios conceitos; quando muito chamar outras disciplinas historicamente próximas para uma troca, sempre preservando as particularidades respectivas.

Esse fechamento significa também em outros termos a consagração de certos postulados de cientificidade da história. Podemos colocar assim: a separação entre objeto e sujeito, ou quando muito o sujeito vai construir esse objeto, estabelecendo os cortes cronológicos e espaciais, para depois interrogá-lo. Teoricamente os limites da reflexão histórica se definem pela opção da dialética como horizonte absoluto, em que todo o *socius* pode ser entendido como povoado de contradições, ou reduzido a elas. O pensamento é entendido como representação, os sujeitos são pré-definidos como individuais ou coletivos, constroem-se representações sobre os objetos dados pela realidade. Dialética e Representação: esses são os limites teóricos da historiografia carioca. Nos estudos sobre o golpe militar de 1964, ainda se pergunta por que não houve uma resistência, principalmente entre o

movimento operário tão atuante até então. Pergunta-se como não se atingiu a uma consciência de classe, que daria o tom revolucionário da resistência, o que dela se pedia. Nesse sentido, fala-se na manipulação por líderes populistas que teriam capturado o movimento, dado aos trabalhadores direitos, que deveriam ter sido conquistados pela força da luta operária. Assim, teríamos um jogo de contradições, operando uma dialética que explicaria a nova síntese histórica do Brasil: o colapso do populismo gerando um período reacionário e autoritário. Não se foge muito disso quando se vai analisar as representações, que em conjunto constituem o imaginário do trabalhador, ou dos populares em geral.

Pensar essa emergência, essa constituição, essa prática, essa captura seriam complicados se estivéssemos nos limites estreitos da reflexão dialética, onde teríamos que sustentar uma estabilidade de objetos e sujeitos antes mesmo de iniciar a experimentação, o caminho a ser percorrido. Se estes constituem limites claros que não devem ser ultrapassados sob a pecha de deixar os limites do campo da história, resolvemos ir além, resolvemos fazer história fora de um Departamento de História situando o trabalho talvez ao mesmo nível da pesquisa: uma certa condição de marginalidade acadêmica. Tentaremos através desse trabalho apontar esses limites como uma limitação. Limitação essa que, talvez, coloque a história feita em nossas academias como muitas vezes incapaz de responder aos desafios da contemporaneidade, ou mesmo estando muitas vezes capturada, sucumbida, não combativa com o que de mais cruel essa ordem social contemporânea vem produzido, por ser incapaz de compreendê-la. Nós historiadores estaríamos nos afastando até mesmo do que alguns historiadores tidos com fundadores da chamada História Nova³, pregavam: a história se faz a partir do presente, das questões lançadas pelo contemporâneo, o que significa problematizá-lo, desestabilizá-lo. Corre-se o risco de voltar-se a fazer uma história de curiosidades, uma história brechó, onde velharias ficam a venda.

A pesquisa que aqui se propõe tenta problematizar a marginalidade contemporânea, e para tal necessita de algumas ferramentas conceituais que não são trabalhadas pela historiografia contemporânea carioca. Conceitos como *controle*, *disciplina*, *sociedade disciplinar*, *biopolítica*, *vida nua* e etc... são completamente alienígenas à historiografia, e essa prática apontada pretende consagrá-los dessa forma. Vamos onde eles, os conceitos,

³ Movimento historiográfico francês, inaugurado em finais da década de 1920, que teve como principais expoentes Lucien Febvre e March Bloch, que a frente da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*”, reformularam o pensamento historiográfico. Geração esta conhecida como “Escola dos Annales”. A grande marca foi a luta contra o positivismo do século XIX. Colocaram a questão da história como problema frente a idéia científica de coletar os fatos históricos dados

ganham vida, se integram com as práticas de resistência, em busca das práticas de libertação. O programa de pós-graduação em Estudos da Subjetividade acolhe essa proposta.

Em nossa pesquisa, apenas sabíamos que os dispositivos que construíram a marginalidade contemporânea poderiam ter se expandido junto com a sociedade disciplinar global, numa difusão de certas práticas. Sabíamos também que a literatura do escritor Charles Bukowski também era marginal e costumava incomodar, causar pruridos. O que incomodava? Principalmente a localização do discurso. Onde estava, de quem falava e como falava. Sabe-se que certas opções teóricas ajudavam a pensar essa combinação: filosofia da diferença, história das práticas e literatura. Michel Foucault e suas colocações acerca da formação dos dispositivos disciplinares e do bio-poder. Negri e a genealogia do que ele chama de Império, centrando-se na experiência americana no século XX. Paul Veyne e a redefinição da história como história das práticas dotadas de raridade. Giorgio Agamben e as problematizações benjaminianas do Estado de Exceção e do *Homo Sacer*, e das incidências do poder sobre a chamada vida não qualificada.

A passagem pela graduação em história na UFF⁴ não permitiu um contato com esses autores, e creio que eles não sejam trabalhados nesse estabelecimento pelo corpo de estudiosos ali abrigados. Talvez não se saiba quem são e do que tratam. De qualquer forma, não há lá ninguém que trabalhe com isso, o que dificulta a possibilidade de uma orientação. Certos conceitos não estão sendo operacionalizados pelas práticas historiográficas brasileiras. Metodologicamente o sujeito interroga o objeto que ele acabou de construir, e que chamou de fato. É assim que o atual consenso da cientificidade histórica orienta a condução das pesquisas.

Esse agenciamento história e literatura e *filosofia da diferença* parece ter a possibilidade de localizar e analisar as resistências, e com isso mapear as formas de vida que, pela sua singularidade, podem oferecer algo de diferente ao mundo contemporâneo. Que contemporâneo é esse? Essas são algumas das interrogações que instigam a investigação. Bukowski chamou de pesadelo, e de onde ele fala, seria bom que fosse. Talvez seja por essa posição marginal ocupada pela literatura de Bukowski que a literatura tenha chegado à pesquisa, mas chegou a quem se propõe a pesquisar, eu, por outros caminhos que não esse. Essa literatura pode soar fácil num primeiro momento, e se levarmos em conta a leitura, ela

⁴ Gostaria de indicar que a Professora Adriana Facina do departamento de História da UFF, embora não trabalhe com autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Antonio Negri e Giorgio Agamben, me acolheu de forma mais que respeitosa na orientação de monografia e seus grupos de estudo, onde esbocei esse primeiro impulso por essa viagem filosófica. Mas que respeito pelo pensamento, ela foi uma aliada, potencializando uma escrita que ela entendia como válida, permitindo sua passagem. Foi um feliz encontro que constituiu hoje uma amizade.

não oferece grandes desafios, e não predominam grandes experimentações lingüísticas e estilísticas. Não se poderia esperar isso de uma pessoa que optou pelos bares mais infames de Los Angeles, e pela companhia das mulheres que ali freqüentavam, mulheres chamadas de “puta”.

Essa literatura é impactante, algo está se quebrando enquanto esse escritor escreve. Para ele não há um lugar seguro na América. A mesma América conhecida como a “pátria dos imigrantes”, a “terra da liberdade”, a “terra das oportunidades”, a América, o “Novo Mundo”, tem suas relações destruídas, corroídas, a família como uma grande fábrica de sofrimentos, os empregos totalmente destituídos de significação, de sentido social, de funcionalidade; o Estado, uma máquina de extração de cada suspiro seu em força de trabalho; a religião, bom, essa não passa de um conto de fadas. Nenhum refúgio, nenhum ninho. Apenas a cerveja e a máquina de escrever. A primeira, tornando tudo mais suportável; a segunda, sua “metralhadora” contra tudo isso. Frases curtas e secas. Linguagem violenta e “vulgar”.

Numa época em que cada gesto e fala são avaliados, examinados, tudo é alvo de um certo controle, não deixa de impressionar que alguém opte por viver longe disso, mesmo que isso signifique um banco de praça e uma garrafa de Vodka da pior espécie. Eu que iniciava meu caminho pelo jogo de cartas marcadas da Academia, encontrava em Bukowski um alerta de que isso pode não valer nada. Que não valia mais do que uma noite no bar ou uma tarde no hipódromo. Nesse mundo de egos e enormes pretensões, de relações de vassalagem entre alunos e professores, de uma certa forma, ele não deixava de estar certo. Em um lugar onde a vida tem de pedir licença para passar e desculpas por existir – e aí gostaria de colocar a Academia como a vivenciei – esse universo bukowskiano oferecia uma força destruidora que se fazia necessária. Um fluxo dionisiaco⁵ e toda uma embriaguês que tinham uma força libertadora em sua destruição dos lugares dados. Nada era sagrado, nada era inatingível, não havia párias nem deuses que não poderiam ser tocados. Apenas o profano, que se travestia das formas mais limpas para esconder um certo horror. Pode ser que para outros não seja assim, mas foi assim que o vivi.

Já indicamos que não nos parece bom dizer o que vamos fazer, propor toda uma maneira de fazer, prescrever o nosso ato e o nosso agir antes de fazê-los, no destino de uma finalidade também pré-estabelecida. Acreditamos que o fazer vai se construindo no caminho

⁵ *Dionisiaco*. Conceito nietzscheano que é oposto ao de *Apolíneo*. O segundo seria o funcionamento grego que impede que a experiência de mundo destrua a vida humana construída. A aparência e a ilusão protetora contra as forças titânicas da terra. O *dionisiaco* seria a reconciliação com essas forças. Uma desestabilização da ordem existente. A destruição do estabelecido que permite o renascer. Eles não se anulam, mas constituem uma tensão entre pólos. Esses conceitos encontram-se trabalhados pelo filósofo em *O nascimento da tragédia* (2007).

que constitui o fazer e, nesse sentido, o destino, o *telos*, a finalidade dessa pesquisa também sairia desse fazer. Seria uma certa subversão do método. Etimologicamente o termo submete o fazer a uma finalidade previamente dada. *Meta*, finalidade, objetivo; *Othos* fazer, caminhar. Essa denominação já implica numa série de compromissos que poderiam nos levar facilmente a deslegitimar a experimentação que constitui a força do pensar, do criar algo novo. Se acreditássemos em um sujeito, prévio, dado, que fosse interrogar e emitir verdades sobre um objeto dado, ou mesmo construí-lo, para então interrogá-lo, talvez a palavra método fosse mais pertinente. Regina Benevides de Barros ao examinar os problemas propostos pelo que chama de “pesquisa-ação” e “pesquisa intervenção”⁶, coloca que:

As metodologias que utilizam o questionário/entrevista como objetos isolados criam a ilusão de que o pensamento de cada um pode ser ‘agarrado’ no objeto-entrevista. A expectativa é de objetividade e organização dos problemas. A crença é de que melhor se apreende a realidade, quanto mais versões se acumulem sobre ela. Tais pressupostos kantianos mantêm, de todo modo, o objeto como algo a ser apreendido, como um a priori do conhecimento (BENEVIDES DE BARROS, 1994, p. 309).

Seria melhor chamar a nossa prática de *othos-meta*⁷. Ou seja, uma finalidade que só vemos surgir após o caminhar, sem que uma finalidade prévia esteja dada. O resultados não estão inferidos nessa pesquisa. Estaríamos nos propondo a explicar a nossa prática, os nossos passos nessa pesquisa, pelo próprio fazer que as constituiu. Nesse sentido, estamos afirmando que o nosso método vai surgir junto com a pesquisa, vai se desenvolver conforme formos caminhando. A pesquisa se faz fazendo-a. Isso não significa que não teremos nenhuma prescrição, ou seja, uma série de hipóteses de pretensões do que será feito. Estamos afirmando que não iremos dizer previamente como vamos fazer algo que ainda não foi feito. Essa pesquisa questionará a marginalidade que aparece na obra literária de Charles Bukowski em alguns aspectos que nos parecem primordiais, e cujo desenvolvimento vai constituir o corpo dessa pesquisa.

⁶ “Pesquisa-ação”, segundo a autora, estaria ligada aos primeiros trabalhos desenvolvidos por K. Lewin nos EUA, e que tinham a perspectiva de alterar um determinado comportamento; sustentava a dicotomia sujeito/objeto, mas propunha uma mudança nas relações entre teoria e prática. “Pesquisa-intervenção” estaria ligado à corrente da Análise Institucional Socioanalítica, desenvolvida na França dos anos 1960, que se baseava numa interrogação dos lugares cristalizados das diversas relações que compõem uma pesquisa, convocando-as a uma nova relação.

⁷ Reflexão inspirada nas aulas de Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros na disciplina *Clinica e Subjetividade*, no segundo semestre de 2006, na UFF. O termo foi proposto por eles na primeira aula desse curso.

O primeiro capítulo se baseará numa interrogação acerca do “Sonho Americano”. Como ele aparece na obra de Bukowski e por que se pode afirmar tão facilmente que em sua obra nós teríamos uma contrapartida chamada de “Pesadelo Americano”. Esse capítulo será mais historiográfico pois se ocupará da emergência desse fenômeno. Como ele emerge historicamente e como ele funciona nessa sociedade. Ou melhor, como funciona a sociedade do *sonho americano*.

O segundo capítulo será o desenvolvimento da interrogação da instituição da marginalidade. Que força ela tem nessa sociedade norte americana, tão marcada pelos seus marginais, tão segmentada em suas múltiplas marginalidades. Uma marginalidade que constitui uma grande parte desse todo que chamamos de EUA, sendo inviável associá-la a uma exclusão, pensá-la como exclusão ou considerar os marginais como excluídos.

A conclusão pretende ser mais que uma simples síntese das teses expostas, mas um mapa das questões abertas pelo que se defendeu.

Estão incluídos anexos ao final da dissertação para que se possa ter acesso às poesias completas de Charles Bukowski publicadas no Brasil – às quais se teve acesso. Cada anexo corresponde a um livro do qual se retirou a poesia. O último anexo é o discurso completo de Martin Luther King “I have a dream”(Eu tenho um sonho).

Capítulo 1 - *The American Dream*

1.1 - Tentativas de um pensar além da dialética.

Mas ainda devemos-nos perguntar: o que é que quer o próprio dialético? O que é que quer esta vontade que quer a dialética? Uma força esgotada que não tem a força de afirmar a sua diferença, uma força que já não é activa, mas reage às forças que a dominam: apenas uma tal força faz passar o elemento negativo para o primeiro plano na sua relação com o outro, nega tudo aquilo que ela não é e faz desta negação a sua própria essência e o princípio da sua existência.

Gilles Deleuze

Este trabalho pretende trazer a dimensão das práticas como uma forma diferente de se escrever história, de se entendê-la tal qual abordada pelo historiador Paul Veyne (1995) em sua releitura da obra de Michel Foucault. O tema seria central dentro das preocupações desse mestrando, pois, uma das inquietações que me levaram a buscar o Programa de Pós-Graduação, eram as possibilidades de pensamento que não se mostrassem reféns e nem fossem capturadas pelo hegelianismo que impera nas ciências humanas cariocas e fluminenses. Portanto, a leitura inicial do texto “Foucault Revolucionaria a História” foi mais que uma lufada de ar fresco sobre um corpo ainda contaminado de dialética, foi a promessa de tempos ricos e cheios de vida no pensamento que já se anunciava cheio de multiplicidades.

Uma estratégia que pretendo utilizar para me aproximar da temática é a relação entre sujeito e objeto, ponto nevrálgico de qualquer atividade que se coloque como científica. Ou seja, as condições e possibilidades de um sujeito do conhecimento de emitir e/ou formular verdades acerca do objeto que estuda. Ao longo do século XIX esse acabou se tornando um paradigma para cada uma das ciências que se constituía, ou melhor, um desafio para cada atividade humana que possuísse a pretensão de atingir o status altamente positivado de “ciência” – a virtude máxima de qualquer atividade seria ser reconhecida pelas demais como irmã, como ciência. Assim, cada ciência se ocupa de um determinado objeto, e possuiria uma metodologia própria capaz de conferir, garantir e assegurar a veracidade de suas formulações.

Essa metodologia, *grosso modo*, deveria ser capaz de reproduzir através de experimentações tais fenômenos, ou ter ao menos a pretensão de comprová-los. Para a sociologia seriam os chamados “Fatos Sociais” postulados por Durkheim (2001) em *As regras do método Sociológico*, para a história os fatos históricos, para a psicologia os fenômenos psíquicos e assim por diante, para nos atermos apenas ao campo das humanidades.

Em todo o caso, temos aí duas questões básicas, um *sujeito* e um *objeto*. O primeiro sendo aquele que vai interrogar o segundo, munido de técnicas e um saber que o autorizem a tanto. No que concerne à historiografia, esse paradigma se sustenta de forma hegemônica. Mesmo grandes historiadores como Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel que discutiram as possibilidades de se ter uma ciência da história humana, levantaram o problema da imparcialidade e da neutralidade das análises históricas, e afirmavam que se deveria problematizar os fatos históricos, interrogá-los ainda se atêm como sujeitos que vão interrogar seu objeto: os fatos históricos, as estruturas e por aí vai. A “história problema” de Bloch e Braudel sucumbe antes de sair do berço. No entanto, Paul Veyne (1995) em seu texto nos traz uma inquietação com relação ao fazer da história que muitos jamais foram capazes de sequer atender ao lerem a obra de Michel Foucault: essa dicotomia é uma péssima estratégia. Ela atrapalha por demais, pois o mundo não funciona nem opera por dicotomias, elas não explicam, mas encobrem. Não existem sujeitos nem objetos naturais, anteriores a qualquer tipo de experimentação, mas somente nela é que esses papéis serão desenvolvidos. Eles são feitos. E são feitos por *práticas*, que caracterizam cada época da história humana:

Os objetos parecem determinar a nossa conduta, mas, primeiramente, nossa prática determina esses objetos. Portanto, partamos, antes, dessa própria prática, de tal modo que o objeto ao qual ela se aplique só seja o que é relativamente a ela (no sentido em que um ‘beneficiário’ é beneficiado porque o faço beneficiar-se de alguma coisa, e em que, se guio alguém, esse alguém é o guiado). A relação determina o objeto, e só existe o que é determinado [...] (VEYNE, 1995, p159).

Paul Veyne centrado nesta questão – as práticas determinam os objetos, os sujeitos e as verdades pelas quais os homens lutaram ao longo dos séculos – procura desmontar as armadilhas teóricas que tomaram conta da historiografia do século XX, sustentando a raridade das ações humanas, pois: *os fatos humanos são raros*, não estando instalados numa razão transcendente, ao que tudo mais deveria se articular, ou à ela pagar tributo. *Os fatos humanos são arbitrários*, ou seja, não são óbvios, por mais evidentes que possam parecer a quem os viva:

Tudo gira em volta desse paradoxo, que é a tese central de Foucault, e a mais original: *o que é feito*, o objeto, se explica pelo que foi o *fazer* em cada momento da história; enganamo-nos quando pensamos que o *fazer*, a prática, se explica do que é feito (...) toda dificuldade vem da ilusão mediante a qual ‘reificamos’ as objetivações em um objeto natural: tomamos um ponto de chegada por um fim, tomamos o lugar em que um projétil vai, por acaso, se esborrachar por um alvo intencionalmente visado. Em vez de enfrentar o problema em seu verdadeiro cerne, que é a prática, partimos da extremidade, que é o objeto, ‘material’ ou ‘racional, que seria dado inicialmente. Assim começamos os falsos problemas dualistas, assim como os racionalismos. A prática, vista como uma resposta a um dado, nos deixa com dois pedaços de corrente que não mais conseguimos tornar a soldar: a prática é resposta a um desafio, sim, mas o mesmo desafio não acarreta, sempre, a mesma resposta (VEYNE, 1995, p. 164).

Talvez estejamos nos aproximando do projeto marxista de eliminar do pensar as ideologias, as reificações; mas pensando não dialeticamente:

Substituamos, pois, essa filosofia do objeto tomado como fim ou como causa por uma filosofia da relação e encaremos o problema pelo meio, pela prática ou pelo discurso. Essa prática lança as objetivações que lhe correspondem e se fundamenta nas realidades do momento, quer dizer, nas objetivações das práticas vizinhas. Ou, melhor dizendo, preenche ativamente o vazio que essas práticas deixam, *atualiza* as virtualidades que estão prefiguradas no molde; se as práticas vizinhas se transformam, se os limites do vazio se deslocam, se o Senado desaparece, e se acontece que a ética do corpo passa a apresentar uma nova saliência, a prática atualizará essas novas virtualidades e não mais será mais a mesma (...) Essa atualização (o vocabulário escolástico é bem cômodo) é o que Santo Agostinho chamava de amor e de que fazia uma teleologia; como Spinoza, Deleuze não faz nada parecido e a chama desejo, palavra que causou menosprezo zombeteiro da parte dos ‘novos filósofos’. Esse desejo é a coisa mais óbvia do mundo, tanto que não se percebe: é o correlato da reificação; passear é um desejo, amimar um povo criança também, dormir ou morrer igualmente. O desejo é o fato de que os mecanismos giram, de que os encadeamentos funcionam, de que as virtualidades, aí compreendida a de dormir, se realizam, preferencialmente a não se realizarem; “todo encadeamento exprime e realiza, construindo o plano que o torna possível” (p. 166).

O método que aqui se propõe é que se desconfie das continuidades e das evoluções em processos contraditórios segundo uma lógica dialética evolutiva, por exemplo. Desviemos o foco dos objetos já definidos por práticas pretéritas, para então poder se debruçar sobre as práticas que tornaram possíveis tais objetivações. Aí, se localiza uma importante inflexão política, pois se apostarmos na transformação de uma sociedade, a idéia de ruptura é tão importante, que não pode subsumir ante uma reflexão dialética que acima de tudo significa transformação com conservação ou transformação conservadora. Ela é tão possível e necessária quanto a continuidade e não pode ser negligenciada. Sabemos que a lógica

dialética, *grosso modo*, funciona segundo uma oposição contraditória que subsume à uma síntese seguinte em que elementos da tese e da antítese se conservam e dão origem a uma outra situação original. Negação e síntese que se encontram e se separam num movimento contínuo, em que se destaca a conservação de elementos iniciais e a destruição de elementos negados num segundo momento. Tese – antítese = síntese. Rupturas parciais não podem ser chamadas de rupturas, pois o que vemos é uma grande cadeia conservadora. Uma cadeia conservadora que no século XIX pode ser chamada de evolução, acompanhando as práticas disciplinares eugenistas e higienísticas que então se disseminavam.

Esse é o alerta dado a todos os que se situam no campo da esquerda e que sempre se colocaram como vanguarda das transformações, sujeitos conscientes da revolução porvir. Esse alerta também pode assumir um ar de denúncia: dentro dessas vanguardas se esconde um terrível elemento conservador, algo que os faz como elementos da conservação: suas próprias práticas. Podemos perfeitamente observar práticas fascistas dentro de partidos ditos revolucionários e comunistas. Pois não há uma racionalidade nem uma grande consciência que conduzem essas pessoas segundo uma finalidade determinada, esse é outro ponto fundamental. A idéia de progresso permeia todos os cantos das análises historiográficas, quando parece que evoluímos a saltos qualitativos do trabalho vassalo da idade média ao glorificado trabalho assalariado do século XIX, e chegamos hoje à grande liberdade do trabalho flexível, liberto do local de trabalho:

A dialética não aflora sequer a interpretação, não ultrapassa nunca o domínio dos sintomas. Confunde interpretação com o desenvolvimento do sintoma interpretado. É por isso que em matéria de desenvolvimento e mudança, não concebe nada de mais profundo do que uma permutação abstrata, onde o sujeito se torna predicado e o predicado, sujeito. Mas aquele que é sujeito e esse que é predicado não mudaram, permaneceram no final tão pouco determinados como no princípio, tão pouco interpretados como possíveis: Tudo se passou nas regiões médias. Não podemos nos admirar com o facto de a dialética proceder por oposição, desenvolvimento da oposição ou contradição, solução da contradição. Ignora o elemento real do qual derivam as forças, as suas qualidades, e as suas relações; conhece apenas deste elemento a imagem invertida que se reflecte nos sintomas abstratamente considerados. A oposição pode ser a lei da relação entre produtos abstratos, mas a diferença é o único princípio de gênese ou de produção que produz ela própria a oposição como simples aparência. A dialética alimenta-se de oposições porque ignora os mecanismos diferenciais subtis e subterrâneos de um modo diferente: os deslocamentos topológicos, as variações tipológicas (DELEUZE, 1985: 236-237).

Nesse sentido, podemos avançar em nossa crítica do pensamento dialético acompanhando a reflexão deleuziana no que concerne ao papel da oposição na construção da

contradição dialética. A oposição não passa de um sintoma a ser interpretado e não é a formadora ou força motriz. Para Deleuze:

[...] esta desconhece o sentido porque ignora a natureza das forças que se apropriam dos fenômenos; desconhece a essência, porque ignora o elemento real de onde derivam as forças, as suas qualidades e as suas relações; desconhece a mudança e a transformação, porque se contenta com operar permutações entre termos abstractos e reais.

Todas essas insuficiências possuem uma mesma origem: a ignorância da questão: Quem? (DELEUZE, 1985, p 238)

Em seus diferentes autores, como Hegel, Feuerbach, Stiner e Marx o pensamento dialético se mostra movido pelas contradições e a superação, ou sua solução. Deleuze (1985) ainda indica que, esse pode ser considerado o motor especulativo da dialética. Seu motor prático se encontra na alienação e na supressão da alienação, ou na reapropriação. Em Hegel temos uma grande reconciliação, e suas transformações não cansam de conservar também os elementos negados. Em Feuerbach temos menos reconciliação e mais reapropriação, uma recuperação de certas propriedades. Em Stiner temos uma aniquilação de tudo o que não é eu. *“Marx elabora a famosa teoria do eu condicionado: a espécie e o individuo, o ser genérico e o particular, o social e o egoísmo reconciliam-se no eu condicionado segundo as relações históricas e sociais”* (DELEUZE, 1985:243). A isso tudo Deleuze vai contrapor idéias nietzscheanas que nos abrirão algumas possibilidades para além da dialética.

O homem da dialética é o mais miserável, porque não é nada mais do que homem, tendo aniquilado tudo o que não era ele. O melhor também, porque suprimiu a alienação, substituiu Deus, recuperou as suas propriedades. Não creiamos que o super-homem de Nietzsche seja uma oferta maior: difere em natureza do homem, do eu. O super-homem define-se por *uma nova maneira de sentir*: um outro sujeito que não o homem, um outro tipo que não o humano. *Uma nova maneira de pensar*, outros predicados que não o divino, porque o divino constitui ainda uma maneira de conservar o homem, e de conservar o essencial de Deus, Deus como atributo; Uma nova maneira de avaliar: não uma mudança de valores apenas, não uma permutação abstracta ou uma inversão dialética apenas, mas uma mudança e uma inversão no elemento do qual deriva o valor dos valores, uma “transavaliação”.

Do ponto de vista desta tarefa positiva todas as intenções críticas de Nietzsche encontram a sua unidade. A amálgama, processo querido aos hegelianos, virou-se contra os próprios hegelianos. Numa mesma polêmica Nietzsche engloba o cristianismo, o humanismo, o egoísmo, o socialismo, o niilismo, as teorias da história e da cultura, a dialética em pessoa. Tudo isso tomado separadamente forma a teoria do *homem-superior*: objeto da crítica nietzscheana. No homem, a disparidade manifesta-se, como a desordem e a indisciplina dos próprios momentos dialéticos, como a amálgama das ideologias humanas e demasiado humanas. O grito do homem superior é

múltiplo: “era um grande grito, estranho e múltiplo, e Zaratustra distinguia perfeitamente que ele se compunha de muitas vozes; ainda que a distância, parecesse o grito de uma só boca.” Mas a unidade do homem superior é também a unidade crítica: feita de peças e de fragmentos que a dialética reuniu por sua conta, tem como unidade a do fio que retém o conjunto, fio do nihilismo e da reacção. (DELEZUE, 1985, p. 245-246)

Uma aposta que o pensamento foucautiano faz e que nos permitiriam pensar a descontinuidade e a diferença, para além da dialética, não suas colocações acerca do problema dos domínios de saber e da descontinuidade. Uma das questões que Foucault tenta explorar em suas pesquisas é a problemática da produção de domínios de saber a partir de práticas de saber. O saber entendido como algo que se produz, um efeito, assim como os próprios sujeitos de conhecimento, os conceitos e os objetos. Enfim, todos estes elementos tidos tradicionalmente nas pesquisas acadêmicas como prévios, ou até mesmo como condição de possibilidade de conhecimento, de produção de saber, segundo Michel Foucault, possuem uma história. A própria verdade não seria um *thelos* a ser atingido, ou desvelado, que se encontrava escondido ou impossibilitado de ser *reconhecido*, mas justamente alvo de uma investigação, algo que possui uma história.

Em um texto chamado *A verdade e as formas jurídicas* (1996) – trata-se da publicação de uma série de conferências suas feitas na PUC-Rio, de 21 a 23 de maio de 1973 – ele indica que pretende explorar três eixos de pesquisa. O primeiro, já esboçado, poderia ser intitulado como a *história da verdade*. O segundo seria uma *análise de discurso*, ou ainda uma nova proposta de análise de discurso, a partir do momento que o que o preocupa não é mais um conjunto de fatos lingüísticos concatenados por regras de construção sintática, pois:

Teria então chegado o momento de considerar esses fatos de discurso, não mais simplesmente sob seu aspecto lingüístico, mas de certa forma – e aqui me inspiro nas pesquisas realizadas pelos anglo-americanos – como jogos (*games*), jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquiva, como também de luta. O discurso é esse conjunto regular de fatos lingüísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro (FOUCAULT, 1996, p. 09).

O terceiro eixo que vai abordar e que será ponto de convergência com relação aos outros dois, é o que ele chama de uma nova teoria do sujeito. Essa teoria embora tenha sido reformulada por uma série de práticas, dentre as quais a *psicanálise*, ocupa um lugar preponderante, na reavaliação do papel do sujeito conferido no pensamento Ocidental desde Descartes. No entanto, esse papel do sujeito, segundo Foucault, na filosofia ainda estava por

demais assegurada, embora suas reverberações tenham sido sentidas nos domínios do que se conhece como teoria do conhecimento, ou na epistemologia. Se na década de 1970 ainda ao se fazer história se apegava a esse sujeito um tanto absoluto, sujeito que Foucault chama da representação, a partir do qual *o conhecimento é possível e a verdade aparece*, hoje mais que nunca devemos nos encaminhar em direção a uma crítica radical do sujeito tomando, justamente, a história. Buscando na história a emergência dos muitos tipos diferentes de sujeitos, poderemos fazer a crítica radical do sujeito absoluto, *apriori* universal de qualquer forma de conhecimento.

Ao retomar a alguns textos de Nietzsche, Foucault desenvolve a idéia esboçada de que o conhecimento é uma invenção dos homens, tendo a preocupação de destacar que a oposição que o termo invenção estabelece é com o termo origem. A história, a forma como as coisas se passam, não seriam através de grandes continuidades que o termo origem indica. Não é assim que se faz história, pois isso seria procurar as coisas que já estariam dadas, mas sim entender que, em determinado momento e em algum lugar do espaço, as coisas são inventadas: algo acontece e então aparecem as coisas. O termo invenção indica uma descontinuidade, uma ruptura. A oposição dos termos usados por Nietzsche seriam, *Ursprung*, entendida como a origem que aponta para uma grande continuidade de uma essência metafísica, o núcleo verdadeiro de algo que se repetiria e se modificaria na história, e *Erfindung*, correspondendo à invenção que operaria justamente um corte na história. O conhecimento nesse sentido é uma invenção.

O conhecimento foi, portanto inventado. Dizer que ele foi inventado é dizer que ele não tem origem. É dizer, de maneira mais precisa, por mais paradoxal que seja, que o conhecimento não está em absoluto inscrito na natureza humana. O conhecimento não constitui o mais antigo instinto do homem, ou, inversamente, não há no comportamento humano, no apetite humano, no instinto humano, algo como um germe do conhecimento. De fato, diz Nietzsche, o conhecimento tem relação com os instintos, mas não pode estar presente neles, nem mesmo por ser *um* instinto entre os outros; o conhecimento é simplesmente o resultado do jogo, do afrontamento, da junção, da luta e do compromisso entre os instintos. É porque os instintos se encontram, se batem e chegam, finalmente, ao término de suas batalhas, a um compromisso, que algo se produz. Este algo é o conhecimento (FOUCAULT, 1996, p.16).

O conhecimento, segundo esta interpretação dos textos de Nietzsche, seria um efeito de superfície, não podendo, portanto, ser confundido nem com os instintos, nem com o seu aperfeiçoamento, pois não possui a mesma natureza. Ele se dá a partir deles, mas seu desenvolvimento é totalmente contingente, depende do acaso, do resultado do conflito entre

os instintos. Na verdade este seria menos uma interpretação, e mais um dos sentidos apontados por Foucault para a idéia de conhecimento presente nos textos nietzscheanos. O outro apontado é que o conhecimento também não teria nenhuma semelhança com o mundo. Não haveria nem mesmo uma afinidade prévia entre o conhecimento e as coisas a serem conhecidas. O conhecimento estaria entre o mundo e o humano, sendo estranho aos dois.

Com estas observações, temos então, na história da filosofia Ocidental uma dupla ruptura: entre o conhecimento e as coisas, assim como da unidade do sujeito. Esta unidade do sujeito está rompida a partir do momento em que consideramos haver uma diferença de natureza entre ambos. Então, para Foucault, poderíamos não só admitir a existência de vários sujeitos, como também a não existência de um.

O conhecer para Foucault, e para Nietzsche também, seria não um processo de aproximação ou identificação, não estaria colocado pelos dois autores como uma paixão, um impulso de gostar do objeto a conhecer, ou qualquer forma de aproximação com o objeto a ser conhecido. Não existe adequação entre o conhecimento e o algo a ser conhecido. É justamente por haver um conflito entre os instintos, um desacordo, uma desarmonia é que o conhecimento surge como possibilidade. Algo que emerge desse conflito, sem nenhuma relação de parentesco com eles (os instintos). O movimento de afastamento é que permite que o conhecimento surja.

No livro *Arqueologia do Saber* (1972), Foucault interroga a disciplina da História, feita pelos historiadores – aqui essa distinção é importante, refere-se o autor a uma prática de saber, uma disciplina institucionalizada – acerca de suas presentes questões, o que se propõe fazer e produzir. Ou seja, o que se preocuparam os historiadores, o que passaram a se preocupar e o que estão passando a se preocupar. A história recente está preocupada com as grandes periodizações, as grandes seqüências de acontecimentos, as grandes continuidades, capazes de constituir totalidades. Ante a localização deste fundo, Foucault vai então colocar a problemática da descontinuidade, da ruptura, que neste contexto constituiria algo a ser evitado, algo que incomodava e rapidamente subsumia nesta grande cadeia causal. O descontínuo estaria sendo progressivamente (e simultaneamente com a “história das continuidades”) explorado por outras disciplinas, como a Filosofia e a Literatura. O entendimento geral seria da *descontinuidade* como *erro* ou obstáculo; aquilo que deve ser evitado.

E o grande problema que se vai colocar – que se coloca – a tais análises históricas não é, então, mais de saber por que caminhos as

continuidades puderam se estabelecer, de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único; qual modo de ação e em qual suporte implica o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições, como a origem pode estender seu reinado bem além dela própria e até aquele desfecho que jamais se deu, - o problema não é mais da tradição e do rastro, mas do recorte e do limite; não mais do fundamento que se perpetua e sim o das transformações que valem como fundar e renovar das fundações. Vê-se então abrir-se todo um campo de questões – algumas já familiares – e pelas quais essa nova forma de história tenta elaborar toda sua teoria; como especificar os diferentes conceitos que permitem pensar a descontinuidade (limiar, ruptura, corte, mutação, transformação?) Por quais critérios isolar as unidades a que nos relacionamos: o que é *uma* ciência? O que é *uma* obra? O que é *uma* teoria? O que é *um* texto? Como diversificar os níveis em que podemos colocar-nos, cada um deles comportando suas escansões e sua forma de análise: qual é o nível legítimo da formalização? Qual é o da interpretação? Qual é o da análise estrutural? Qual é o das determinações e da causalidade?

Em suma, a história do pensamento, dos acontecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todos os arripes da continuidade, enquanto que a história propriamente dita, a história *tour court*, parece apagar, em benefício das estruturas sem labilidade, a inrrupção dos acontecimentos (FOUCAULT, 1972, p.12).

Nessa análise, Foucault não coloca que a história propriamente dita caminhou em direção às séries e continuidades, cada vez mais refinadas com auxílio de técnicas de quantificação. Muito menos em contrapartida às demais disciplinas que se chamam de história (da filosofia, da literatura, etc.). O entendimento proposto é que ambos são efeitos de superfícies provocados por uma problematização comum. Os mesmos problemas que se colocaram para todos. A problematização de que fala é acerca do documento, da crítica do documento:

Digamos, para resumir, que a história, em sua forma tradicional empreendia “memorizar” os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falar estes traços que, por si mesmos, raramente são verbais, ou dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos*, e o que, onde se decifravam traços deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, desdobra-se uma massa de elementos que se trata de isolar, de agrupar, de tornar pertinentes, de estabelecer relações, de constituir conjuntos. Era um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos traços inertes, dos objetos sem conexão e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poder-se-ia dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia; para a descrição intrínseca do monumento (FOUCAULT, 1972, p.16).

Se na história tradicional a série era dada e cabia ao historiador estabelecer a posição de proximidade e vizinhança entre os acontecimentos ou fatos, agora trata de constituir-se séries. Cada série com uma cronologia própria, com sua própria temporalidade e duração e limites fixados. Essas séries estão superpostas e possuem leis e lógicas próprias. A interligação ou não entre elas constitui uma nova tarefa. Estamos diante da possibilidade de constituir limites das séries amplas, de acontecimentos raros ou repetitivos. Isso nos deixa diante da dúvida de uma possibilidade de totalização e da impossibilidade de se reduzir a história a esquemas lineares.

Dos efeitos apontadas por Foucault para a crítica do documento, gostaria de me deter sobre o segundo citado por ele na introdução da *Arqueologia do Saber*: a crescente importância da noção de descontinuidade nas disciplinas históricas. A descontinuidade passa por uma inflexão sobredeterminante, deixa de ser algo a ser abandonado, um obstáculo ao trabalho do historiador, e passa a ser *uma operação deliberada do historiador*. Se a descontinuidade *era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história*, ela passa a compor um elemento metodológico de sua prática, como resultado de sua descrição, do estabelecimento dos níveis possíveis de análise, das periodizações cabíveis. Se séries pedem uma periodização própria, o estabelecimento de seus limites é algo de fundamental. E se tomada enquanto conceito, a descontinuidade pede uma definição inerente ao *domínio* e ao *nível* em que se insere ou inscreve, pois “*não se fala da mesma descontinuidade quando se descreve um limiar epistemológico, a reversão de uma curva de população, ou a substituição de uma técnica por outra*” (FOUCAULT, 1972, p 16).

Foucault aponta ainda para seu caráter paradoxal:

Noção paradoxal, esta de descontinuidade: é ao mesmo tempo, instrumento e objeto de pesquisa, delimita campo de que é o efeito, permite individualizar os domínios, mas só pode estabelecer isso por comparação e, afinal de contas, ela não é talvez simplesmente um conceito presente no discurso do historiador, mas que este em segredo a supõe: de onde poderia ele falar, na verdade, senão a partir dessa rutura que lhe oferece como objeto a história – e sua própria história? Um dos traços mais essenciais da história nova, é sem dúvida, esse deslocamento do descontínuo: sua passagem do obstáculo à prática, sua integração no discurso do historiador no qual não desempenha mais o papel de uma fatalidade exterior que é preciso reduzir, e sim de um conceito operatório que se utiliza; por isso, a inversão de signos graças à qual ele não é mais o negativo da leitura histórica (seu avesso, seu fracasso, o limite de seu poder) mas o elemento positivo que determina seu objeto e valida sua análise (FOUCAULT, 1972, p.16).

Acredito ser essa a mutação mais importante introduzida pela descontinuidade na historiografia. Ela vai colocar em cheque, segundo o autor a possibilidade de se fazer uma *história global*, e esboçaria o projeto de uma *história geral*. A história global seria a possibilidade de se reconstituir o conjunto do que foi uma civilização, o seu princípio, a significação comum a todos os fenômenos que compõem uma época, ancorada em alguns pressupostos: (1) relações homogêneas numa rede causal de um recorte espaço-temporal (2) Uma única e mesma forma de historicidade se sobrepondo a todos os fenômenos sociais (3) a articulação da história em grandes unidades. Os problemas, segundo Foucault, que seriam pano de fundo para o projeto da história geral, seria, não estabelecer recortes heterogêneos que se superpõem, como o da economia ao lado das instituições, etc. Mas a forma legítima de relação que se pode estabelecer e descrever entre essas séries distintas.

Para sermos fiéis a tal pensamento, proponho pensar o “Sonho Americano” como aquele elemento que estabelece um corte na história da América e do mundo, um novo dispositivo que passa a operar em escala global e que emerge com toda a força depois da Segunda Guerra Mundial, embora opere amplos elementos da história norte americana, seus mitos e discursos hegemônicos, assim como reafirma a tradição do Ocidente. O dispositivo do “Sonho Americano” constituiu a ordem global, ou o “Império”, de que nos fala Negri (2001), e não pode ser visto como jogos contraditórios entre a política interna e a externa, assim como as contradições da Guerra Fria, ou a “cultura norte americana”, mas a afirmação de um *modus vivendi* original se desdobrando sobre o mundo.

1.2 – O sonho americano.

Significava tantas coisas, a América! E, acima de tudo, o inacessível: jazz, cinema, literatura, ela tinha alimentado a nossa juventude, mas também tinha sido um grande mito: um mito não se deixa tocar. (...) A América era a terra de onde nos tinha vindo a libertação; era o futuro em marcha; era a abundância e o infinito dos horizontes; era um caos de imagens lendárias: pensar que se podia ver com os nossos próprios olhos, dava-nos volta à cabeça.

Simone de Beauvoir⁸

Simone de Beauvoir dificilmente poderia ser considerada uma americanófila, quando sua trajetória de militância política ao lado de Sartre os constituíram como ícones do que seria um “intelectual de esquerda engajado”. Não teríamos nenhuma dificuldade em sustentar que na segunda metade do século XX “ser de esquerda”, ou uma implicação mínima neste campo, significava um *anti-americanismo* em algum grau. Essa declaração nos deixa entrever um certo desgosto, ou decepção, que mesmo ao lembrar de quando a América significou salvação, o encontro produziu muito sofrimento. No entanto, a força dessa declaração está justamente em ser capaz de reconhecer que a América no segundo pós-guerra se afirmava como um modo de existir no mundo, se afirmava como um modo de existir sobre o mundo. A americanização do mundo tomava forma e não se deixou ignorar.

Localizar esse momento da história do século XX, e não outro, tem sua razão de ser. Por que não no “entre guerras”, quando os EUA se tornam a maior potência econômica do mundo, o maior credor e financiador de dívidas e cuja “Grande Depressão” de 1929 se disseminou sobre o mundo em efeito dominó? Embora esses fatores econômicos sejam indicativos, eles não são determinantes. Tendências podem ser revertidas. Não temos aí uma americanização do mundo, muito menos a América pode ser considerada o local privilegiado da existência humana a ponto de se querê-la em todas as partes. Ainda não temos um “american way of life”, ele apenas se encontra em gestação. Temos neste fato apenas uma indicação de como o capitalismo estava e está integrado entre as grandes potências capitalísticas⁹.

⁸ Citação de Simone de Beauvoir retirada do livro de Bernard Droz & Anthony Rowley “História do Século XX: expansão e crise” (1991: 55).

⁹ O termo capitalístico é utilizado por Felix Guattari no sentido de apontar para as diferentes formas de subjetividade que o modo de produção capitalista apresenta e é capaz de produzir, inclusive nos espaços denominados de “socialistas”.

A experiência da América, meio escondida e ofuscada até então pela história, agora se desdobrava sobre o mundo. Era o Ocidente potente, capaz de ativar os velhos funcionamentos do capitalismo na Europa, como nos lembra o Plano Marshall¹⁰ de 1947. Era ao mesmo tempo uma novidade histórica, nascida no seio da expansão européia sobre o mundo entre o colonialismo e o imperialismo; uma sociedade inteiramente diferente, mas ao mesmo tempo Ocidental e inteiramente capitalista. É a única sociedade na história que vai se definir como um sonho, o “American Dream”. Se existe algum momento na história, em que viver nos Estados Unidos poderia ser comparado a viver num *sonho*, certamente é aquele que se segue à Segunda Grande Guerra. É a América que emerge no segundo pós-guerra que, se comparada aos gerados pela guerra¹¹ que se espalhou pela Ásia, Europa e África, mas poupou a América, será um sonho e, como tal, se deseja.

Para os contemporâneos, ou aqueles que viveram às décadas de 1950 e 1960 foi muito simples afirmar isso: os Estados Unidos, entre os principais beligerantes e entre as chamadas potências, não sofreram o combate em seu território. Não tiveram a experiência de destruição inerente a guerra moderna: cidades arrasadas, campos devastados, fome, bloqueios, massacres de civis. Sua guerra não esteve ameaçada de derrota, embora a de seus aliados sim. Entraram na guerra tardiamente, trazendo consigo a virada dos Aliados sobre as potências do Eixo. Somente os EUA puderam realmente ser considerados os vitoriosos. O “Sonho Americano” emerge para o mundo aí.

Giorgio Agamben (2002) nos convida a pensar que, a partir desse mesmo período, o Campo de Concentração se tornou o paradigma biopolítico de nossa época. O campo de concentração é o local em que se materializa um Estado de Exceção, ou melhor, onde ele se

¹⁰ “Plano Marshall”: nome do plano econômico proposto pelo General Marshall, em 1947, visando reerguer a Europa, incapaz de se reerguer sozinha. Este plano é um dos marcos da Guerra Fria, pois essa ajuda se estende à Europa Oriental, controlada pela URSS, e à própria URSS, que recusa: “Dessarte, não é só o Plano Marshall, mas também a conjunção do oferecimento norte americano e a recusa soviética que remata a cisão da Europa. A ‘cortina de ferro’ de que falava Churchill, e que até então só tinha significação política, é também duplicada por uma barreira econômica: a Europa divide-se em duas partes. A partir da recusa soviética e da conferência que dá consistência ao Plano Marshall, as duas Europas seguirão evoluções divergentes: dois blocos se constituem. A Oeste, os países ligados aos Estados Unidos, a princípio à sua economia, mas logo também à sua estratégia (...) No Leste, os países formam um bloco em torno da União Soviética. Suas economias se solidarizam com a da Rússia; seus sistemas militares também” (REMOND, 1984: 149-150)

¹¹ O Holocausto e as Bombas Atômicas figuram apenas entre os exemplos mais fortes, já que a destruição é literalmente incalculável. Tanto do ponto de vista material, das cidades e campos arrasados na Europa, e do número de mortos, existem apenas estimativas. O historiador René Remond, sobre as perdas humanas nos diz: “falando com precisão, são incalculáveis; o que quer dizer que não lhes conheçamos o número exato; para certos países, estamos reduzidos a anunciar cifras que apenas representam ordens de grandeza. Não sabemos, por exemplo, com certeza, a quanto montam as perdas da União Soviética: 17, 20 milhões? Em certo sentido isso pouco importa. O que conta e deve estar presente ao espírito é que um décimo, mais ou menos, da população russa pereceu entre 1941 e 1945 (...) Ao todo, uns 50 ou 60 milhões de seres vivos desapareceram durante a guerra de 1939-1945” (1974, p. 128).

torna a regra. O campo de concentração é o espaço onde norma e exceção entram em um campo de indiscernibilidade, ou dito de outra forma, a exceção ocorre quando a norma é suspensa. Isso significa que num Estado de Exceção os direitos que qualificam a vida humana politicamente não estão mais aplicados sobre o humano, sobrando apenas a vida humana biologicamente vivida, ou em suas palavras, a *vida nua*. Esta vida nua pode ser morta, cabendo ao poder soberano, decidir qual vida pode ser vivida e qual pode ser morta, sem que isso constitua um crime.

Talvez não seja absurdo pensar a experiência do sonho americano como um campo de concentração em constante expansão, que se espalha pelo mundo. A americanização do mundo não é um fenômeno que se possa ignorar, sem que ignoremos uma marca do contemporâneo, e esqueçamos o peso dos EUA no século XXI, o que os eventos de 11 de setembro nos desaconselham a fazer. Os Estados Unidos foram a única sociedade que se viram como um sonho. A definição do campo de concentração como paradigma biopolítico do contemporâneo, coincide historicamente com esses apontamentos. É válido tentar pensá-los juntos, pois quando a hegemonização do “american way of life” se dá, a expansão do campo o acompanha. O sonho americano é o dispositivo que operou a americanização do mundo.

Gilles Deleuze (1990) entende que nos encontramos em dispositivos, que nos fazem pensar e falar, nos individualiza e subjetiva, sendo eles responsáveis pela nossa atualidade, devemos saber o que somos em cada dispositivo, e se é possível resistir a ele. Em sua definição:

Os dispositivos têm, então, como componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, enquanto umas suscitam, através de variações ou mesmo mutações de disposição. Decorrem daí duas conseqüências importantes para uma filosofia dos dispositivos. A primeira é o repúdio dos universais. Com efeito, o universal nada explica, é ele que deve ser explicado. Todas as linhas são linhas de variação, que não tem sequer coordenadas constantes. O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação, processos imanentes a um dado dispositivo. E cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir, distintos dos que operam em outro dispositivo (DELEUZE, 1990, p. 155)

O Sonho Americano provoca, já a partir da Segunda Guerra, a suspensão dos *modus vivendis* locais e passa a decidir soberanamente sobre quais são os legítimos de serem vividos, tendo sua auto referêcia como elemento de decisão. Ou seja, qualquer forma de existência

social é menor se comparada com a que traz o sonho e, como tal, pode, e talvez deva, ser eliminada para que o sonho possa persistir, possa ser sonhado, possa ser imposto como uma certa forma de viver. Nessa noção de Estado de Exceção que acompanha a expansão do sonho americano, agora entendido como o dispositivo que instala um Estado de Exceção que age soberanamente multiplicando campos de concentração:

É preciso refletir sobre o estatuto paradoxal do campo enquanto espaço de exceção: ele é um pedaço de território que é colocado fora do ordenamento jurídico normal, mas não é, por causa disso, simplesmente um espaço externo. Aquilo que nele é excluído é, segundo o significado etimológico do termo exceção, *capturado fora*, incluído através de sua própria exclusão. Mas aquilo que, deste modo, é antes de tudo capturado é o próprio estado de exceção. Na medida em que o estado de exceção é, de fato, “desejado”, ele inaugura um novo paradigma jurídico-político, no qual a norma se torna indiscernível da exceção. O campo é, digamos, a estrutura em que o estado de exceção, em cuja possível decisão se baseia o poder soberano, é realizado *normalmente*. O soberano não se limita mais a decidir sobre a exceção, como estava no espírito da constituição de Weimar, com base no reconhecimento de uma dada situação factícia (o perigo para a segurança pública) : exibindo a nu a íntima estrutura de *bando* que caracteriza esse poder, ele agora produz a situação de fato como consequência da decisão sobre a exceção. (AGAMBEN, 2002, p. 176-177).

Teríamos agora, não uma resposta para a polarização estabelecida com a idéia de Pesadelo Americano, que nos traz a literatura de Charles Bukowski, mas justamente, como a formulação de um Sonho e de um Pesadelo. Estamos estabelecendo um paradoxo, ou ainda, um funcionamento paradoxal, que habitaria o mesmo lugar. O pesadelo estaria implicado no sonho pela sua própria exclusão. Se o sonho é a experiência que se quer repetir sempre, e a história nos diz que a americanização se dá em qualquer lugar e o pesadelo é aquilo que não queremos nunca mais viver, estaríamos diante da definição de sociedades inteiras como não mais desejáveis de serem vividas. A relação do sonho é de *bando* com os demais modos de existir; isso os coloca a condição híbrida de monstruosidade em que cidade e selva se misturam, não estão separados, a figura do banido pela comunidade é uma relação ambígua e se mostra de difícil separação.

O bando é essencialmente o poder de remeter algo a si mesmo, ou seja, o poder de manter em relação com um irrelato pressuposto. O que foi posto em bando é remetido à própria separação e, justamente, entregue a mercê de quem o abandona, ao mesmo tempo excluído e incluído, dispensado e ao mesmo tempo capturado (...) O bando é propriamente a força simultaneamente atrativa e repulsiva, que liga os dois pólos da exceção soberana: a vida nua e o poder, o homo sacer e o soberano. Somente por isto

pode significar tanto a insígnia da soberania (...) quanto da exclusão da cidade (AGAMBEN, 2002, p. 116).

Ainda acompanhando os apontamentos de Agamben, devemos entender essa relação de bando que invariavelmente está presente na política contemporânea, que deriva da tradição ocidental moderna:

É esta estrutura de *bando* que devemos aprender a reconhecer nas relações políticas e nos espaços públicos em que ainda vivemos. *Mais íntimo que toda interioridade e mais externo que toda estraneidade é, na cidade, o banimento da vida sacra*. Ela é o *nómos* soberano que condiciona todas as outras normas, é a espacialização originária que torna possível e governa toda localização e toda territorialização. E se, na modernidade, a vida se coloca sempre mais claramente no centro da política estatal (que se tornou nos termos de Foucault, biopolítica), se, no nosso tempo, em um sentido particular mas realíssimo, todos os cidadãos apresentam-se virtualmente como *homines sacri*, isto somente é possível porque a relação de *bando* constituía desde a origem a estrutura própria do poder soberano (AGAMBEN, 2002:117).

Embora muitos afirmem: o Sonho é americano; em que consiste este sonho? O que é a América? Encontramos uma bela resposta para essa pergunta na descrição do livro mais famoso de Bukowski “Notas de um velho safado” (2002):

Em *Notas de um velho safado*, a América tem uma cara de 50 anos, corpo de 18 e desfila de calcinha rosa-claro e salto alto na madrugada corrosiva de Los Angeles. A América é um sapatão furioso com uma garra metálica no lugar da mão esquerda e não quer saber de transar com o Velho Safado. A América é uma deusa milionária com a qual ele se casa e da qual ele amargamente se separa. A América é uma prostituta, 150 quilos, um metro e meio de altura, que peida, uiva e destroça a cama quando goza. A América é também estudantes e revolucionários proferindo discurso inflamados em parques ensolarados de São Francisco no final da década de 1960. A América é Neal Cassady dirigindo alucinadamente pelas ruas de Los Angeles, pouco tempo antes de morrer de overdose sobre os trilhos de uma ferrovia mexicana. A América é Jack Kerouac e Bukowski poetando na Veneza californiana. (BUKOWSKI, 2002, p. 287)

1.3 As capturas das idéias de cultura e identidade

O conceito de cultura é um dos mais problemáticos de ser utilizado, tanto pela sua multiplicidade de referências e usos ao longo da história – sua longevidade é bem grande, quanto das implicações que ele apresenta no contemporâneo como pelos estudos acerca das

práticas políticas americanas, que passa por uma definição do que se entende por cultura, para depois se recortar a cultura norte americana e então explorar seus aspectos, desvendar seus mistérios e, enfim, chegar, quem sabe, a um “bom esclarecimento” do que compõe a cultura americana. Acredito ser valoroso não traçar a cartografia deste conceito, mas simplesmente rejeitá-lo como indesejável, inútil, ou pior, a serviço das forças mais destrutivas desse mundo.

Bem ou mal, a idéia de cultura pressupõe que algumas esferas da atividade humana, notadamente as de caráter semiótico, poderiam, ou estariam separadas em esferas isoladas. Assim teríamos os campos da literatura, da música, das representações simbólicas, mais ou menos separadas da vida social, mais ou menos padronizadas e instituídas, ou em vias de instituição, mas de qualquer forma desimplicadas da realidade política das quais participam. Felix Guattari (1986) indica que a cultura enquanto esfera autônoma, só existe se pensarmos em termos de mercado econômico. Ao nível da criação e da produção essa autonomia é impensável, mas no plano da comercialização e exploração econômica de mercados econômicos, sim, pois para ele dois aspectos relevantes devem ser entendidos ao se analisar os modos capitalísticos de produção: ele se baseia numa exploração de mais-valia¹² do capital, que produz a sujeição econômica, e da cultura que produziria a sujeição subjetiva.

Embora não faça uma cartografia do conceito, é importante apontar para três núcleos semânticos que a idéia comporta, e que embora tenham emergências distintas, ainda operam simultaneamente na produção das subjetividades capitalísticas. Guattari aponta para um primeiro sentido que seria o de cultura-valor, e este seria o mais antigo. É a idéia de cultivar o espírito, que corresponde a um julgamento de valor sobre quem tem ou não cultura, cultura baixa ou inculto. Pode-se inferir que isto está correlacionado a uma mudança das formas de segregação social, em termos do século XVIII: passagem de uma ordem aristocrática-estamental para uma burguesa, quando o que vai estar em jogo não é mais o sangue ou a origem da pessoa; não é a pessoa que está em jogo, mas justamente a cultura resultante do trabalho. Ela pode estar relacionada à legitimação das elites burguesas que se dedicam a um determinado campo do saber, mas também estabelecer uma hierarquia de valores em setores, como a “cultura clássica”, a “cultura científica” e assim por diante.

O segundo sentido, ou definição possível de cultura, está relacionada à idéia de uma alma coletiva, mais baseada numa espécie de formulação científica, de onde derivam os estudos antropológicos. Uma idéia vaga, por mais esforço científico que se tenha feito pelos

¹² “Mais-Valia” conceito criado por Marx que o permitiu pensar a acumulação de capital própria ao capitalismo, que não se daria por pilhagem, conquista ou diferença de preços nas trocas. Mais-Valia se refere ao trabalho exercido pela força de trabalho que não é remunerado, e sobre o qual se dá a maior parte de acumulação de riqueza nas mãos do capitalista em questão assim como da própria expansão da produção.

antropólogos, e que serviu aos mais difentes propósitos na História, como imperialismo, fascismo, nacionalismo, etc... Não se trata de possuir ou não, cultivar ou desenvolver o espírito, cultura é uma particularidade da existência humana, uma expressão dessa coletividade. Essa cultura-alma, segundo Guattari, consiste numa operação de isolamento de “esferas de cultura” ao qual se oporão outros, heterogêneos entre si. Ou seja, todas as atividades de semiotização são separadas numa esfera rotulada de cultura, esquecendo-se que essas atividades não são vividas separadamente. Os exemplos antropológicos deixam isso mais claros, pois, a articulação das atividades expressivas com a produção de bens, regulação das atividades sociais de parentesco, se dá por completo. Essa operação de categorização e autonomização é uma atividade operada pela antropologia, em cujos trabalhos, mais ou menos afirmam esse caráter etnocêntrico e racista.

O terceiro sentido está já ligado à cultura como mercadoria, ou cultura de massa, em que cultura é tudo o que pode ser utilizado para a produção de bens. Não falamos mais da territorialidade do segundo tipo, ou da interioridade desenvolvível ou conquistável do primeiro, mas uma nova operação, a cultura são os meios, as pessoas, as instituições e locais que contribuem de alguma forma para a produção de bens semióticos. Seria uma forma mais objetiva, que pode ser produzida e reproduzida, quantificada em níveis de desenvolvimento.

A tese defendida por Guattari (1986) é de que esses sentidos mapeados de cultura embora possam ter surgido sucessivamente na história não constituíram etapas de um processo de desenvolvimento. Um não deu lugar ao outro, nem a idéia de cultura foi se transformando, até chegar na cultura-mercado:

Minha idéia é que esses três sentidos que apareceram sucessivamente no curso da História continuaram a funcionar, e ao mesmo tempo. Há uma complementaridade entre esses três tipos de núcleos semânticos A produção dos meios de comunicação de massa, a produção da subjetividade capitalística gera uma cultura com vocação universal. Esta é uma dimensão essencial na confecção da força coletiva de controle social Mas independentemente desses dois grandes objetivos, ela está totalmente disposta a tolerar territórios subjetivos, que escapam relativamente a essa cultura geral (...) esse duplo modo de produção da subjetividade, essa industrialização da produção de cultura segundo os níveis B e C não renunciou absolutamente ao sistema de valorização nível A. Atrás dessa falsa democracia da cultura continuam a se instaurar – de modo completamente subjacente – os mesmos sistemas de segregação a partir de uma categoria geral de cultura (...) Como fazer com que essas categorias ditas de “cultura” possam ser, ao mesmo tempo altamente especializadas, singularizadas (...). (GUATTARI & ROLNIK, 1986, p. 22).

Pretendo ainda continuar minha crítica, pois acredito que para desenvolver melhor a tese é preciso limpar o campo mais um pouco. Poder-se-ia dizer que estamos apenas desenvolvendo mais um capítulo da identidade americana, plural, ou fractal, ou finalmente chegando à ela A IDENTIDADE. Digo que não. Não é nada disso que me interessa, nem a cultura norte americana, nem a “identidade de um povo”. A identidade é um *telos*, na melhor das hipóteses. Um indivíduo vai desenvolvê-la, encontrá-la ou se encaixar nela, sendo o que está em jogo aqui é apenas o nível de sua dureza, mas ainda sim, dura. O mesmo vale para um povo, ou para uma classe social. Já se escreveu muito sobre a identidade revolucionária da classe operária, o quanto ela não foi falseada ou reificada pelo feitichismo de mercadoria. Os mais sofisticados dizem que cada classe constrói a sua própria identidade, ou ainda a sua consciência de classe – sendo que consciência e identidade se equivalem – próprias, de acordo com a história de cada “povo”.

O problema da identidade está intimamente ligado ao problema do reconhecimento. Melhor dizendo: um pede o outro, ou ainda, um existe em função do outro. Uma identidade deve ser reconhecida. A identidade é uma circunscrição do real, uma delimitação capaz de apagar as diferenças, ou os processos de diferenciação num local estável e permanente. Na verdade podemos afirmar que o conceito de identidade reifica uma representação das subjetividades existentes apagando seus processos e elementos compostos, descaracterizadas de seu processo produtivo, fabricado.

É interessante observar que os conceitos de cultura e de identidade são bastante complementares, e podem até se combinar. Está bastante na moda os estudos das identidades culturais, principalmente nas disciplinas que gravitam em torno da Antropologia, ou que com ela dialogam, ou dela se apropriam. Na verdade isso tem muito a dizer sobre a nossa sociedade atual: a que esses estudos se prestam? A quem eles interessam? Vejamos um dos cursos que cresce no Brasil como Produção Cultural: o nome já diz bastante: produção de cultura. Mas não é apenas disso que se trata, se trata de venda de mercadorias para determinado grupo. É uma radiografia de mercado, em que são mapeadas as fontes de recursos e viabilidade de produtos simbólicos que serão vendidos. Quanto maior o número de Identidades Culturais, maior o espectro de mercadorias diferenciadas a serem vendidas. Ao capitalismo interessa essas circunscrições, que em último caso expandem mercados e quem as produz está dentro da máquina de captura capitalística, não produzindo outra, escapando dessa, mas a colocando para funcionar. Felix Guattari entendeu muito bem esse funcionamento conceitual:

A idéia de subjetivação singular não se refere, forçosamente, a uma alma imanente ou transcendente, que seria a lama de um grupo social: todas essas concepções que referem fenômenos subjetivos a identidades culturais, em minha opinião, têm sempre um fundinho de etnocentrismo. Uma subjetividade pode estar envolvida em processos de singularização – por exemplo, a subjetividade de grupos homossexuais, ou a subjetividade dos negros, que reinventam um sistema religioso particular como o Candomblé – , sem que se tenha, por isso, que projetar sobre essa produção de subjetividade a referência de uma identidade cultural. Tal referência, a meu ver, é mítica... Não é bem “mítica” a palavra que eu gostaria de empregar, pois trata-se de um mito extremamente funcional: ele implica um tipo de produção subjetiva que casa muito bem com os negócios das sociedades capitalísticas. GUATTARI (1986: 71).

A idéia é escapar dessa captura generalizada que se esconde através das possíveis purificações que o conceito de cultura possa apresentar. Temos de construir uma sociedade que se mantenha, e que não precisem de objetos culturais a preencher um vazio. Uma divisão geral da produção que não permita a segregação das pessoas em categorias estanques, ou esferas especializadas e herméticas com a chave da cultura. Ou seja, fugir dessa captura para que possamos lutar contra o sonho americano.

1.4 Geração do “american way of life”

O que eles não irão nos dizer é que nossos loucos, nossos assassinos *realmente* surgiram do nosso modo de vida atual, nosso bom e velho modo americano de vida e de morte.

Charles Bukowski

Os historiadores brasileiros dificilmente falam em Sonho Americano, ou em “american way of life”, ou em “american dream”. Temos essas referências aparecendo com muita força tanto na literatura quanto no discurso político norte americano. Aparece ainda com alguma frequência no jornalismo, mas geralmente atravessado tanto pela literatura, quanto pelos próprios discursos políticos. Os principais trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores na área das ciências humanas se ligam ao “imaginário político norte americano”, ao “New Deal”, às relações entre os EUA e a América Latina, relações entre EUA e Brasil. Em nosso levantamento preliminar encontramos duas exceções, um livro paradigmático que se intitula: “Reverendo o Sonho Americano”, do historiador Marco A.

Pamplona (1995) e o trabalho de Walter Allen (1972), “O Sonho americano e o Homem Moderno”. Na verdade pouco se pensou sobre os Estados Unidos.

O primeiro trabalho citado entende o sonho americano como metáfora. O nome apenas confere ao livro um apelo poético, não traz consigo uma problematização do assunto. Ele trata da história da constituição dos Estados Unidos no Estado-Nação mais importante do século XX, tomando como recorte o fim da Guerra de Secessão¹³, abordando as temáticas clássicas de análise histórica: movimento operário, industrialização, política institucional, política externa, imperialismo, guerra fria, manifestações artísticas a fim de traçar um painel, um quadro geral do período. Para ele o Sonho Americano seria a transformação dos Estados Unidos na grande potência militar e econômica, ou melhor, o mote que permite traçar essa trajetória, indo mais além, o nome dessa teleologia.

O segundo livro procura dar uma definição ao sonho, no sentido de uma busca de identidade, de uma essência. Ou seja, dentre todas as diferenças que são produzidas e que se estendem pelo *socios*, em que consiste o ser americano, a América. Essa identidade se daria pela experiência de recomeçar que parte de uma decisão de se deixar de ser o que é, ou seja, deixar sua identidade nacional e abraçar uma nova, a americana. A decisão de mudar de identidade, para uma necessariamente americana, a ser descoberta; a essência da América seria a vontade de ser americano, o sonho seria simplesmente atingir essa meta a ser construída. O trabalho de Walter Allen procura mostrar como, ao longo da história essa identidade por definição fluida, se deu, privilegiando a literatura, os grandes escritores de cada período. Essas considerações se fazem ricas por nos trazer elementos que nos ajudam a montar um quadro da América enquanto mito, enquanto sonho. Mas mais que isso, eles nos ajudam a compor o modo americano de existência, que vai substituindo e se mesclando aos modos “não-americanos”.

O que hoje entendemos como Estados Unidos é fruto de uma experiência de colonização, que tem seu início no século XVII, por ingleses. Menos fruto de uma “vontade de colonizar”, que partira dos Estados Português e Espanhol na expansão marítima do século XV, essa experiência se deu mais nas bases de uma imigração, carregada do sentido de fuga em busca da salvação. Embora outras colônias tenham sido fundadas na América do Norte, e

¹³ Historicamente o nome dado à guerra civil americana (1860-1865), travada entre dois grupos de estados americanos, os do norte e os do sul. Ela pôs fim à escravidão no país, e há um certo consenso de que esta instituição foi o principal estopim para que os estados do sul escravistas, Confederados, buscassem a independência. A Guerra Civil, com a derrota do sul, foi a primeira grande guerra moderna, caracterizada como uma guerra total, ou seja, nela a destruição do inimigo é o objetivo, mais que a simples derrota do exército adversário. A grande marca deixada são os milhões de mortos e um profundo ressentimento nesses estados reincorporados à União.

a maioria nem era inglesa, mas diversificada numa pluralidade pulverizada entre holandeses, franceses, suecos, franceses, tendo em vista não só o crescimento e o desenvolvimento histórico dos Estados Unidos, mas a experiência norte-americana, as mais importantes foram as colônias puritanas da Nova Inglaterra¹⁴:

O paralelo que os Puritanos fizeram foi entre eles e os filhos de Israel libertados do cativeiro do Egito para a terra prometida de Canaã. Isso é evidente pelos nomes que deram às suas colônias; misturada com nomes derivados da velha Inglaterra, Plymouth, Boston, Worcester, Cambridge, e outros, encontramos invocações e lembranças de estórias do Velho Testamento, tais como Salem, Canaã, Nova Canaã e Providência. Em parte isso era produto de um pensamento normal puritano, pois quando os Puritanos fizeram das escrituras a única autoridade em religião não diferenciaram o Velho do Novo Testamento, e na verdade, às vezes tomavam o primeiro tão literalmente quanto os judeus ortodoxos. Sabiam-no bem. O texto coloria a sua maneira de pensar e de falar, tanto assim que, considerando-se o Povo Escolhido, chegaram bem perto de se identificar com os Filhos de Israel. Encontra-se essa idéia de terem sido escolhidos de Milton “inglês de Deus”, que sugere que o inglês – Puritano inglês – existe numa relação para com Deus semelhante à do Judeu. A famosa expressão atribuída aos Estados Unidos “O próprio país de Deus”, leva a mesma idéia”. (ALLEN, 1972, p. 25).

Não deixa de ser tentador relacionar, mesmo que precariamente, essa característica dos chamados pais fundadores, à permanente reciprocidade e apoio incondicional oferecidos pelos Estados Unidos ao Estado de Israel, desde sua fundação em 1946 aos dias atuais. No entanto, um forte traço bastante destacado nos textos clássicos que abordam a questão da identidade norte americana e do imaginário político dos EUA, é justamente o papel central desempenhado pela religiosidade protestante. Sem dúvida alguma é a forma de religiosidade que perpassa com bastante força a sociedade norte-americana, suas próprias instituições, como indica o pensador francês Alexis de Tocqueville – para ele a religião seria a principal instituição política norte-americana, legitimando todas as outras. Mas antes de avançarmos mais, fiquemos com a ressalva de Edward Said:

Antes que possamos concordar quanto aos elementos que compõem a identidade americana, temos de admitir que, enquanto sociedade de colonos imigrantes que se impõe sobre a ruína de uma considerável presença autóctone, a identidade americana é variada demais para chegar a constituir algo unitário e homogêneo; na verdade a luta que se trava no seu interior

¹⁴ “A primeira delas data de 21 de dezembro de 1620, quando os patriarca desembarcados do Mayfloer no local onde hoje é Provincetown, se estabeleceram em Plymouth. A segunda colônia data de 12 de junho de 1630, quando 600 ou 700 Puritanos sob a liderança de John Winthrop, fundaram Salém em Massachusetts”(ALLEN, 1972, p. 16-17.)

envolve defensores de uma identidade unitária e os que vêem o conjunto como uma totalidade complexa, mas não redutoramente unificada. Essa oposição supõe duas perspectivas diferentes, duas historiografias diversas, uma linear e dominante, uma contrapontual e muitas vezes nômade (SAID,1990: 28).

Irei um pouco mais além de Edward Said qualquer proposta de identidade é totalizadora e linear, a busca de uma identidade é o mesmo que buscar uma origem, e um *telos*, um sentido para algo que é hermeticamente fechado.

O legado do mito da América, a idéia de uma missão a ser desempenhada casando com a idéia de uma sociedade única e bíblica da sociedade norte americana, são idéias recorrentes nos discursos políticos dos presidentes, em diferentes contextos e em diferentes administrações. Esse discurso sobre a América aparece constantemente reinterpretado e atualizado nos desafios oferecidos pela época, pelos conflitos enfrentados em determinada conjuntura histórica. Sacvan Bercovitch também localiza na experiência do puritanismo presente na Nova Inglaterra, o legado da composição desse funcionamento que atravessa a sociedade americana. Esse legado consiste numa forte base bíblica na retórica política:

Nesse sentido sua influência aparece mais claramente na persistência extraordinária de uma retórica assentada na Bíblia e na forma pela qual os americanos retornam recorrentemente a essa retórica, especialmente em épocas de crise, como fonte de coesão e continuidade. Isso se refere a apenas um aspecto da cultura, mas um aspecto muito significativo, com implicações de longo alcance (BERCOVITCH,1988:142).

O elemento central do mito é a concepção de que a América significava uma sociedade a ser criada, totalmente original, num continente novo e vazio, como partes integrantes de um plano divino previsto na Bíblia, que pode ser sintetizado pela expressão *cidade sobre uma colina* – (House upon an hill). A expressão de Winthrop significa uma comunidade convocada por Deus – os EUA – para uma missão histórica, ela possuía um destino a ser cumprido, uma missão para a própria terra. Ela serviu para uma nova compreensão de si mesma, como um modelo de identidade para os imigrantes, que não era de europeus numa terra estrangeira, mas sim um povo escolhido fundando uma Nova Israel, totalmente inteligível nas escrituras sagradas. A América estava prometida a eles, o povo escolhido. A idéia de América comporta um significado missionário à longo prazo, indissociável dos símbolos de exclusividade e superioridade. A religião e o texto sagrado vão também sacralizar todas as estruturas políticas por eles fundadas; sua estrutura econômica, assim como a própria idéia de livre empresa. Ser Americano é se descobrir pela profecia. É

reformular a identidade de alguém dentro de um plano divino, onde a forma é a palavra da promessa, e a reformulação é o processo ritual pelo qual o texto chega à vida. Nesse sentido, temos uma sacralização das instituições e das origens nacionais que fornecem uma base para a idéia de excepcionalidade de um povo, que por um outro lado também significa que essa nação possui uma missão e/ou destino, único é verdade, na humanidade.

A sacralidade das origens também deve ser entendida com o relacionamento desenvolvido com a natureza, que recebeu e serviu de ambiente para a experiência americana. Para tanto, a idéia de fronteira e *wilderness* se mostram fundamentais nesse imaginário político, e intercambiáveis entre si. Se a idéia de ser um povo escolhido chegando a uma terra prometida, implica diretamente na valorização do homem branco anglo-saxão e protestante – *WASP: White, Anglo-saxon and Protestant* – o mito da fronteira vai expressar o espaço onde o ocidental se deparou com uma realidade que não conhecia, estranha. Esse sentimento de estranhamento com o meio, com a realidade, é o elemento central da *wilderness*. Uma realidade que num primeiro momento deveria ser transformada em algo positivo pelo trabalho humano e orientada pela providência divina. Uma realidade indomada, que por apresentar inúmeros perigos selvagens – incluindo-se aí as diversas sociedades nativas, mas também é uma noção aberta para se referir ao comunismo ou ao islã – vai marcar uma forte dicotomia: trevas fora da sociedade construída e luz dentro dela. Lúcia Lippi Oliveira (2000) indica em seu estudo que o *wilderness* é centrado numa antítese: felicidade e boa ventura, chegada ao paraíso antes do pecado, que pode ser contraposta às trevas e à insegurança.

O mito da fronteira em um primeiro momento é o desafio do homem branco, uma história do seu sucesso em enfrentar o desconhecido e vencer, numa luta contra o profano em busca do sagrado revelado pelas escrituras. Isso poderia significar mais diretamente guerra, aniquilamento étnico ou escravização, variando no contexto e no tipo de leitura feita do mito. Esse campo mítico, no século XIX, apresenta uma variante, podendo ser relacionada ao expressivo movimento romântico, sendo reinterpretado num novo contexto, no qual o homem branco renasce no contato com o profano. Enquanto natureza, a realidade apresenta um valor intrínseco, e essa interação revela autoconhecimento, aceitação e obrigações sociais, pois tudo derivaria dessa relação: democracia, independência, identidade nacional etc. Lucia Lippi Oliveira complementa:

Slotkin vai dizer que o mito da fronteira em sua expressão moderna – de valorização do cowboy, de expressão de um jogo social de dois ou três papéis: o de agressor, a vítima e o vingador – é resultado do trabalho intelectual de um grupo. Trabalhando na época do fim da fronteira como

realidade econômica, social e política, esse grupo formulou o sistema ideológico mítico desta fase da história americana, deu-lhe forma sistemática e construiu uma teoria geral da história política americana. Eles transformaram a democracia ambivalente, utilizando a bagagem literária do mundo agrário, em um conjunto de doutrinas e fábulas que se encaixam com as necessidades ideológicas da economia industrial e da política gerencial. Compõem esse grupo, entre outros: o político Henry Cabot Lodge, o conservacionista Jon Pinchot, o historiador Frederick Jackson Turner, (...) Theodore Roosevelt. Seu entusiasmo pelo Oeste e pela história dos pioneiros, sua ligação a progressivismo, permitiu atuar em papel fundamental na elaboração da nova versão do mito da fronteira, versão esta que permanece no imaginário americano durante o século XX e que pode ser surpreendida em muitas manifestações culturais contemporâneas (OLIVEIRA, 2000, p. 138).

A idéia da fronteira nesses autores e seu significado na construção das instituições democráticas americanas, nesses autores, também engloba uma valorização desse passado como forma de defender essas mesmas instituições. Esse universo simbólico relaciona a expansão para o Oeste, com o excepcionalismo e a idéia de missão em nome da humanidade, entendendo isso tudo como um processo histórico da civilização avançando contra a selvageria/barbárie.

Tendo como referência as observações tecidas por Pierre Milza, podemos indicar que as questões referentes à política interna, apesar de não determinarem os rumos da política externa, são preponderantes na definição dos rumos e dos contornos das orientações políticas. Aceitando que não existe qualquer dicotomia entre política interna e externa, não constituindo ambos campos distintos, com lógicas próprias de atuação política, deve-se indicar que a forma como as pessoas se entendem e percebem a si mesmas e ao mundo, assim como os sistemas de valores predominantes na sociedade, são aspectos fundamentais para a compreensão desta relação. Pierre Milza indica ainda que, para a compreensão do complexo relacionamento existente entre política interna e externa, há um aspecto essencial, que é uma extensa problemática referente à natureza do Estado. Outro ponto relevante levantado pelo autor é que os acontecimentos e opções que se dão na política externa podem, com certa eficácia, serem utilizados para a obtenção de um certo consenso interno, no sentido da manutenção da ordem/regime/sistema:

A busca do consenso pela política externa, visando integrar as massas e a transcender as ideologias antagônicas e as lutas partidárias, pode inclinar os estadistas e os grupos dirigentes a propor ao país “um grande projeto” mobilizador cujo objetivo principal é construir a unidade da nação, ou preservar a nação, diante do jogo solvente das forças centrífugas. (MILZA, 2000, p. 380).

O mesmo vale para os Estados Unidos, onde a noção messiânica de “destino manifesto”, herdada do puritanismo dos Pais fundadores, pode se adaptar tão bem à prioridade conferida por alguns aos princípios e à moral quanto aos imperativos reais da defesa do “mundo livre” invocados por muitos. Uma análise também comum a muitos autores é que a sua “experiência modeladora” para usar um termo de Edward Said, foi forjada nas lutas com os índios americanos, apontando para uma nova raça não marcada pelo pecado. São justamente essas idéias de liderança e excepcionalidade dos EUA, que sempre estiveram presentes na retórica de sua política externa. É esse relacionamento da “identidade” norte-americana com sua política externa, claramente percebido por Edward Said, que lhe permite afirmar que não só o imperialismo não acabou, como ele se relaciona diretamente com essa experiência norte-americana:

Admitindo-se que o expansionismo americano é sobretudo econômico, mesmo assim ele depende muito e caminha junto com ideologias e idéias culturais sobre os próprios Estados Unidos, incessantemente repisadas em público (...) é um tanto monótona a regularidade de projetos, expressões ou teorias criadas por sucessivas gerações para justificar as pesadas responsabilidades do raio de ação global dos Estados Unidos. Estudos recentes mostram um quadro desolador de como a maioria dessas atitudes e as políticas por elas geradas baseavam-se na ignorância e em interpretações equivocadas, quase petulantes e cabais, exceto pelo desejo de dominação e de comando, ele próprio marcado pelas idéias de excepcionalidade americana (SAID, 1990: 358).

No contexto do pós-Segunda Grande Guerra, não são mais os povos mais fracos, mas todo o Ocidente que vai receber essa carga de triunfalismo, e modelo de sobrevivência do capitalismo, sob a forma do “sonho americano”. *De início, essa espantosa explosão da economia pareceu apenas uma versão gigantesca do que acontecia antes; por assim dizer, uma globalização da situação dos EUA pré-1945, tomando esse país como um modelo de sociabilidade industrial capitalista.* (HOBSBAWN, 1994: 259). Esses mitos criados ao longo da história norte americana, permitem que se pense numa eterna volta às origens e um eterno buscar da verdadeira América, que para além de suas corrupções, pode ser reinventada, deve ser reinventada, e pode ser alocada em qualquer lugar do mundo, até mesmo por ser esta a sua missão quase divina. Assim, a experiência americana pode ser reinventada, pode ser depurada, pode ser difundida, pode ser desejada: se deseja que isso ocorra e é a isso que assistimos atualmente.

1.5 – Uma nova soberania

O controle da sociedade capitalista sobre os indivíduos não é feito apenas por meio da consciência ou da ideologia, mas também no corpo e com o corpo. Para a sociedade capitalista, a biopolítica é o que mais importa, o biológico, o somático, o

Michel Foucault

O filósofo italiano Antônio Negri, estabelece uma genealogia que aponta para a emergência da sociedade atual definida por ele como *Império*, ou ordem imperial global, em que os EUA teriam desempenhado o papel principal na estruturação desse novo modelo de organização capitalista. Ele indica que a revolução americana desempenha uma importante ruptura na genealogia da soberania moderna. A soberania moderna está calcada num poder político transcendente, de um reino transcendente, que organiza as massas, e afasta e alienam as forças e a política da própria sociedade. A nova soberania americana inaugura um poder *inteiramente dentro da sociedade*.

Esse novo paradigma de soberania possui algumas características próprias. A sociedade, a multidão – para usar os termos negrianos, – não é mais regulamentada, mas consiste no próprio fundamento desse poder. A soberania é resultado da *sinergia produtiva das massas*, que garante a politização da sociedade. Essa transformação de paradigma está relacionada às experiências do protestantismo europeu, em que o poder é feito pelos homens, e não mais algo que emana do divino; o próprio é o fazer que garante a presença divina. É uma noção produtiva de soberania. Para Negri e Hardt, é o poder da multidão que garante a emancipação de toda transcendência soberana e garante a construção das instituições políticas e a própria formação da sociedade.

A segunda característica marcante da soberania americana é uma espécie de dobra ou reflexão sobre si mesma. Num primeiro momento ela é afirmação das massas, da multidão, da sociedade. Num segundo momento ela é controle contra a perda de consistência, de esfacelamento da ordem soberana, resultante de uma experiência de finitude advinda da própria natureza conflituosa das multidões. Negri indica que esse movimento funcionaria numa espécie de dialética entre afirmação produtiva e negação transcendental da soberania da multidão. Acreditamos que isso não constitua um movimento dialético, mas apenas um funcionamento paradoxal de expansão e contenção, fundamentado no exercício do controle.

Essas duas faces vivem em tensão permanente. A terceira característica dessa noção de soberania é ela se apresentar como um *projeto aberto e expansivo sobre um terreno ilimitado*, infinito. A história e as instituições políticas norte americanas apresentam essa abertura para a expansão.

Essa nova soberania é expansiva diferentemente dos Estados-nação e dos impérios transcendentais:

Essa tendência expansiva democrática, implícita na noção de rede de poder, precisa ser distinguida de outras formas de propagação puramente expansionistas e imperialistas. A diferença fundamental é que a expansividade do conceito imanente de soberania é inclusivo, não exclusivo. Em outras palavras, quando se expande, essa nova soberania não anexa ou destrói os outros poderes que encontra, mas pelo contrário, volta-se para eles, incluindo-os na rede. O que se abre é a base do consenso, e assim todo o corpo soberano é continuamente reformado. Justamente por causa dessa tendência expansiva, o novo conceito de soberania é profundamente reformista (...) Podemos agora distinguir claramente a *tendência expansiva* da república democrática do *expansionismo* dos soberanos transcendentais – ou, porque esta é, principalmente, a questão dos modernos Estados-nação. A idéia de soberania como poder expansivo em redes é posta no gonzo¹⁵ que liga o princípio de república democrática à idéia de Império. O Império só pode ser concebido como uma república universal, uma rede de poderes e contrapoderes estruturada numa arquitetura ilimitada e inclusiva. Essa expansão imperial nada tem a ver com o imperialismo, nem com esses organismos estatais projetados para a conquista e pilhagem, o genocídio, a colonização e a escravização. Contra esses imperialismos, o Império estende e consolida o modelo da rede de poder. (NEGRI & HARDT, 2001, p. 185).

Para os filósofos, a principal característica da noção de soberania imperial é o seu espaço estar sempre aberto, sem necessidade de policiamento de suas fronteiras soberanas. A expansão e o desenvolvimento imperial está indissociado ainda de uma noção de paz como natureza, não mais imposta e garantida pelo soberano transcendente que põe fim a guerra natural. A paz é o estado de natureza, que deve ser garantido e para o qual a ordem deve ser reencaminhada sempre. A noção imperial de soberania se realiza ao longo da experiência histórica dos Estados Unidos.

No livro Império, Hardt & Negri estabelecem quatro momentos históricos do desenvolvimento/realização da soberania imperial. Essa tipologia compreende (1) Da declaração de Independência à Guerra Civil e a Reconstrução; (2) o que ele chama de A Era progressista, a virada de século até a Primeira Guerra Mundial – a fase imperialista norte americana, como o Corolário Roosevelt da doutrina Monroe; (3) A terceira Fase corresponde

¹⁵ Segundo o dicionário virtual Priberam de língua portuguesa a palavra *Gonzo* significa: *quício, dobradiça, bisagra*.

ao New Deal até o final da década de 1960, abarcando a Segunda Guerra Mundial Guerra Fria e, por fim, a quarta (4) com os movimentos sociais do final da década de 1960, passando pela Queda do Muro de Berlin e dissolução da URSS. O interessante dessa abordagem é a proposta de rever a história americana sob o ponto de vista da Constituição do poder soberano, o que acaba por constituir numa visão problemática dessa história, bastante rica de ser recuperada, e que entendemos ser importante para avaliarmos o peso que a América tem sobre o mundo. Acompanhá-los é importante.

Nesse sentido:

Na primeira etapa da Constituição, entre as presidências de Thomas Jefferson e Andrew Jackson, o espaço aberto da fronteira torna-se o terreno conceptual da democracia republicana: essa abertura proporcionou à Constituição sua primeira forte definição. As declarações de liberdade tiveram sentido num espaço onde a constituição do Estado era vista como um processo aberto, uma autoconstrução coletiva. Mais importante, esse terreno americano estava livre das formas de centralização e hierarquia típicas da Europa. Tocqueville e Marx, cujas perspectivas eram opostas, concordam nesse ponto: a sociedade civil americana não se desenvolve dentro dos pesados grilhões do poder feudal e aristocrático, mas a partir de uma fundação separada e bem diferente. Um sonho antigo parece que acaba de se tornar possível. Um território ilimitado é aberto ao desejo (*cupiditas*) da humanidade, e essa humanidade pode, dessa maneira, evitar a crise das relações entre virtude (*virtus*) e sina (*fortuna*) que tinha atacado de emboscada e descarrilado a revolução humanista e democrática na Europa. Da perspectiva dos Novos Estados Unidos, os obstáculos ao desenvolvimento humano são criados pela natureza, não pela história – e a natureza não apresenta antagonismos insuperáveis ou relações sociais fixas. É um campo a ser transformado e percorrido (HARDT & NEGRI, 2001, p. 187).

Essa imagem utópica não seria possível sem uma brutal obliteração: os nativos americanos estão incluídos nessa abertura, incluídos como o vazio. Ou melhor, eles compõem a natureza, que deve ser dobrada à força do homem. Como tais podem ser expulsos ou exterminados, saída mais fácil para se lidar com as “feras da natureza”. Ao contrário dos nativos, os negros afro-americanos estavam brutalmente incluídos.

Essa inclusão se dá por uma operação de costura entre os conceitos de fronteira aberta e democracia com a de povo, um conceito também aberto e dinâmico. O povo americano em sua república, são um povo em êxodo, em movimento, migrante que ocupa um espaço vazio ou que serão feitos vazios. Negri e Hardt apontam que não se trata apenas de um espaço extensivo, considerado em suas dimensões, mas intensivo, considerado na sua consistência. Esse espaço se forma na intersecção de diferenças, numa proposta de hibridização contínua. É

assim que eles propõem uma leitura diferente da guerra civil, ela se dá nessa zona intensiva. Quando os negros são chamados a participarem dessa república, eles vão gozar de uma situação anômala: escravos compondo um povo livre, numa constituição pensada na idéia de liberdade. Assim, surgem os arranjos em que os negros valem 3/5 de uma pessoa livre, para fins de contabilidade de votos. Da indefinição sobre o que fazer com os novos territórios incorporados aos Estados Unidos – se seriam ou não escravistas – assim como se ela deveria continuar como uma instituição é que temos a guerra.

Assim, da Guerra Civil, e do debate acerca da escravidão vemos emergir uma nova vontade de circulação livre de pessoas e fluxos, a reconfiguração de um espaço público e a destruição de uma idéia transcendental de nação com várias divisões raciais.

Ao final desse século XIX, temos a impossibilidade física de expansão territorial esgotada – o Pacífico já havia sido atingido e o Alasca comprado à Rússia. Essa máquina expansiva efetuava uma mediação espacial dos conflitos, levando a um constante deslocamento populacional, que agora via-se bloqueado. Esses conflitos tomam novas formas de expressão, principalmente pela organização do operariado. Da violência desse confronto, e a extrema brutalidade da repressão é que nos apontam para a opção de um caminho diferente ao imperialismo europeu. Ao fechamento do espaço no continente americano, temos na virada do século duas respostas que vão configurar o *progressivismo americano*, nas figuras de Theodoore Roosevelt e Woodrow Wilson¹⁶, em que o internacionalismo do segundo é contraposto ao imperialismo do primeiro. Os autores destacam que a proposta de ordem mundial contidas nos pontos levantados por Wilson, preservam a proposta imperial original da Constituição Americana, de abertura e inclusão, afinal de contas, essa ordem mundial é baseada na própria constituição americana, e respeita sua lógica original.

Para a terceira fase de desenvolvimento constitucional americano, temos agora um mergulho no New Deal. NEGRI e HARDT propõem uma releitura dessa problemática clássica da história americana. É sabido que o “Novo Acordo”, de Franklin Roosevelt, é uma resposta imediata às conseqüências da Grande Depressão, que buscava superar os efeitos nefastos das crises de superprodução. Negri & Hardt entendem que dentro da lógica de

¹⁶ Theodoore Roosevelt e Woodrow Wilson foram certamente os mais importantes presidentes norte americanos desse recorte estabelecido pelos autores. O primeiro marcou pelo guinada imperialista dos EUA, ao reinterpretar a Doutrina Monroe. Esta tentava afastar as possibilidades de recolonização das Américas após a restauração monárquica ao fim das guerras napoleônicas. O que ficou consagrado como Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe, estabelecia a América Latina como território de exploração imperialista privilegiado dos EUA. O segundo marcou pela tentativa de superação dos conflitos gerados pela corrida imperialista dos estados nação, propondo dez princípios que afastariam esta ameaça.

desenvolvimento da soberania imperial, o New Deal tem suas raízes na revolução de 17 de outubro na Rússia, em que sua ameaça ainda pairava sobre os EUA, a Europa e o mundo:

A legislação do New Deal, juntamente com a construção dos sistemas de bem-estar social comparáveis na Europa Ocidental, pode ser vista como resposta à ameaça evocada pela experiência soviética, isto é, ao crescente poder dos operários dentro e fora do país. Os Estados Unidos se viram cada vez mais impelidos pela necessidade de aplacar o antagonismo de classes, e com isso o anticomunismo tornou-se um imperativo esmagador (NEGRI&HARDT, 2001, p. 197).

A imagem e figura do governo americano como xerifes do mundo, e mentores da repressão aos movimentos populares e as lutas de libertação, está ligada a Revolução Soviética. Durante a Guerra Fria, e por causa dela, o manto imperialista exerceu uma forte influência nos EUA, pois proteger o mundo do *imperialismo soviético*, se tornou indistinguível de *dominá-los e explorá-los com técnicas imperialistas*. Nesse período, essa vontade imperialista norte americana atinge seu auge – ao ponto de se considerar que eles continuaram o imperialismo europeu – e também terminam junto com a derrota americana na Guerra do Vietnam. Essa derrota é também o momento final dessa tendência imperialista.

“Durante a guerra fria, quando adotaram ambigualmente o manto do imperialismo, os Estados Unidos subordinaram as antigas potências imperialistas a seu próprio regime. A guerra fria travada contra comunistas não derrotou o inimigo, e talvez esse nunca tenha sido seu objetivo principal. A União Soviética ruim sob o fardo de suas próprias contradições internas. A guerra fria produziu no máximo algumas condições de isolamento que, reverberando dentro do próprio bloco soviético, multiplicaram aquelas explosivas contradições. O efeito mais importante da guerra fria foi reorganizar as linhas de hegemonia dentro do mundo imperialista, acelerando o declínio das antigas potências e levantando a iniciativa americana de constituição de uma ordem imperial. Os Estados Unidos não seriam os vencedores ao fim da guerra fria se um novo tipo de iniciativa hegemônica já não tivesse preparado. Esse projeto imperial, um projeto de rede de poder, define a quarta fase ou regime da história constitucional americana”. (NEGRI & HARDT, 2001, p 198).

Ao longo do século XX, precárias instituições internacionais foram se constituindo na base de pequenos ou grandes pactos entre estados nações. Essas instituições, não obstante, eram capazes de produzir normas, regulamentos, propostas de legislação, enfim, direito. Uma das faces dessa ação internacional universal, baseada em valores de consenso, segundo os autores, não está calcada apenas na força militar certamente superior de que goza os EUA. Ou seja, a ação americana de polícia global age de forma diferenciada agora, não mais no sentido

imperialista, mas imperial, e como tanto avalizada por normas jurídicas que produzem também essa situação, aumentando o poder hegemônico de forma duradoura e legal.

Ao fim da guerra fria os EUA foram chamados a garantir o funcionamento dessa nova ordem jurídica de formação de *um novo direito supranacional*;

Hoje as organizações internacionais (a ONU, as organizações monetárias e até as organizações humanitárias) pediram aos Estados Unidos que assumissem o papel central numa nova ordem mundial. Em todos os conflitos regionais do fim do século XX, do Haiti ao Golfo Pérsico, da Somália à Bósnia, os Estados Unidos são chamados a intervir militarmente – e esses chamados são reais e substanciais, não apenas golpes publicitários para sufocar dissidência política pública dos EUA. Mesmo com relutância, as Forças Armadas dos EUA teriam de atender ao chamado em nome da paz e da ordem. Esta é, talvez, uma das características principais do Império. – ou seja, ele reside num contexto mundial que continuamente o convoca à existência. Os Estados Unidos são a polícia de paz, mas só como última instância, quando as organizações supranacionais de paz demandam uma atividade organizacional e um complexo articulado de iniciativas jurídicas e organizacionais. (NEGRI&HARDT, 2001, p. 200).

Nesse sentido é fundamental entender que a expansão imperial só foi possível graças a formação constitucional singular dos EUA, e que nasce de seu projeto global de expansão. Ele difere do imperialismo por se basear num modelo de *rearticulação de um espaço aberto e da reinvenção incessante de relações singulares num terreno ilimitado*.

1.6 A Sociedade Disciplinar Global.

O poder sobre a vida, o novo paradigma de poder como analisado por Michel Foucault primeiramente nas duas últimas conferências de “A verdade e formas jurídicas” e, posteriormente, no primeiro volume da “História da Sexualidade vol.1: A vontade de saber”; desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais, que não são antagônicas e constituem dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controles eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por mecanismos de poder que caracterizam *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da

metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo trespassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma bio-política da população*.

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em tornos dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação durante a época clássica, desta grande tecnologia de dupla face: anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo (FOUCAULT, 1988:131).

Nesse momento podemos incorporar algumas das análises que o filósofo marxista italiano Antonio Gramsci (2004) desenvolveu ao analisar a sociedade americana do início do século. Façamos antes uma ressalva: não aceitamos suas colocações acerca de modos de vida superiores e inferiores, e denunciaremos aqui um emprego despotencializador da dialética numa crítica. Ainda assim, sua crítica pode ser colocada em termos mais interessantes, dentro das perspectivas até então defendida por nós.

Para os EUA, Gramsci (2004) entendeu que as transformações do capitalismo ocidental se deram de forma mais intensa e singular na primeira metade do século XX, sendo essas transformações essencialmente vinculadas aos problemas constituídos pelo *fordismo* e o *taylorismo*. Essas novas práticas industriais que emergem no palco americano, têm como efeito a produção de uma nova subjetividade. Uma subjetividade mais adequada, mas industrial e individualizada. Esses fenômenos constituiriam uma sociedade nova, singular e mesmo um modelo capitalista distinto do europeu, o *americanismo*. A ausência de grandes tradições na América, tal qual na Europa, para o filósofo italiano garantia a possibilidade do desenvolvimento dessa nova forma de sociedade, pois as camadas antigas não constituíam focos de resistências às mudanças:

A América não tem grandes ‘tradições históricas e culturais’, mas tampouco está sufocada por esta camada de chumbo: é esta uma das principais razões – certamente mais importante do que a chamada riqueza natural – de sua formidável acumulação de capitais, malgrado o fato do nível de vida de suas classes populares ser superior ao europeu. A inexistência dessas sedimentações viscosamente parasitárias, legadas pelas fases históricas passadas, permitiu uma base sadia para a indústria e, em especial, para o comércio, possibilitando a redução cada vez maior da função econômica representada pelos transportes e o comércio a uma real atividade

subordinada a produção, ou melhor, a tentativa de incorporar essas atividades à própria atividade produtiva (cf. os experimentos feitos por Ford e as economias obtidas por sua fábrica através da gestão direta do transporte e do comércio da mercadoria produzida, economias que influíam muito sobre os custos de produção, ou seja, que permitiram melhores salários e menos preços de venda). Dados que já existam essas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) e conseguindo concentrar toda a vida do país na produção. (GRAMSCI, 2004, p. 247).

Para o pensamento de Gramsci essa nova sociedade, mais *desenvolvida e superior*, possui a necessidade de exercer um forte controle e condicionamento do corpo, para a produção de um novo tipo de trabalhador. É nele que a racionalização do trabalho é aperfeiçoada ao extremo:

“Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: a investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a ‘moralidade’ dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem ironizasse estas iniciativas (mesmo fracassadas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de ‘puritanismo’ estaria se negando a qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o alcance objetivo do fenômeno americano, que é também, o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência de objetivo jamais vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem. A expressão ‘consciência de objetivo’ pode parecer pelo menos espirituosa a quem recordasse a frase de Taylor sobre o ‘gorila amestrado’. Com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalhador profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. Mas, na realidade, não se trata de verdades originais: trata-se apenas da fase mais recente de um longo processo que começa com o próprio nascimento do industrialismo, uma fase que é apenas mais intensa que as anteriores e se manifesta de formas mais brutais, mas que será superada através de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos anteriores e, certamente, de um tipo superior”. (GRAMSCI, 2004, p. 266).

Dessa forma, para Gramsci, o americanismo estaria no mesmo patamar do nazifacismo, como uma forma de manutenção do capitalismo. Em Bukowski, ainda no livro *Cartas na Rua*, podemos encontrar uma das múltiplas formas de contínua incorporação desse trabalhador na nova sociedade, agora em fase de expansão e consolidação do capitalismo americano:

“Então o supervisor transferiu-nos para uma nova sala. Estávamos lá há mais de dez horas.

- Antes que comecem, quero lhes dizer uma coisa, disse o chefe. Cada pacote desse tipo de correspondência tem de ser preparado em 23 minutos. Esse é o cronograma de produção. Agora, só por brincadeira, vamos ver quantos de vocês conseguem acompanhar o cronograma! Agora, um, dois, três... JÁ!

- Mas que droga é essa?, pensei. Estou pregado.

Cada pacote tinha um metro de comprimento. E cada um tinha diferentes quantidades de carta. Alguns tinham 2 ou 3 vezes mais cartas do que outros, dependendo do tamanho das cartas.

Braços começaram a voar. O medo do fracasso.

Fiquei na minha.

- Quando terminarem o primeiro pacote, agarrem outro!

Eles realmente se empenhavam. Aí se apuravam e se lançavam a outro pacote.

O supervisor veio por trás de mim:

- Este homem, sim, está em produção. Está na metade do seu segundo pacote.

Eu estava no meu primeiro pacote. Não sabia se ele estava tentando me ridicularizar ou não, mas já que estava tão a frente dos outros, diminuí o meu ritmo um pouco mais.”. (BUKOWSKI, 1984, p. 54).

O período histórico das primeiras décadas do século XX trouxe grandes transformações para a economia capitalista mundial, simbolizadas pela Primeira Grande Guerra Imperialista e a Revolução Russa de 1917. Antonio Negri e Michael Hardt (2005) entendem que embora necessitasse de grandes reformas, para poder se manter e expandir, o sistema capitalista nesse período não encontrou uma atmosfera receptível a mudanças. O avanço imperialista do século XIX avançou sobre as posses das potências derrotadas na Primeira Guerra¹⁷; a concentração de produção continuou nas grandes potências européias; crescimento da produtividade pela difusão do taylorismo, assim como o padrão de altos salários do modelo fordista. Eles apontam que essa reforma só foi possível nos EUA, onde eclodiu a Grande Depressão de 1929, que tinha esses fatores como pano de fundo.

Essa reforma, o Novo Acordo ou New Deal, não mais funciona como um reajuste interno de um país, mas uma reestruturação econômica proposta ao mundo, em que a regulamentação burguesa do desenvolvimento econômico sofre uma profunda alteração. É com o New Deal que temos a superação do imperialismo.

Os autores indicam que o New Deal foi apoiado por uma forte subjetividade política, que juntou as forças populares e a elite, sendo essa subjetividade a grande força que *transformou o capitalismo americano e renovou a sociedade americana*. Nesse sentido, o

¹⁷ Alemanha Imperial, Império Austro-Húngaro e Rússia (que se tornou URSS).

Estado foi redefinido, não mais como o mediador dos conflitos sociais, mas o grande agente do movimento social, em que, reformas jurídicas abriram espaço para *a participação e expressão vigorosas de uma vasta pluralidade de forças sociais*:

O Estado também assumiu um papel central na regulamentação da economia, enquanto o keynesianismo foi aplicado às políticas trabalhistas e monetária. O capitalismo americano foi espicaçado por essas reformas, e desenvolveu um regime de altos salários, de alto consumo e, certamente, de alta conflitividade. Esse desenvolvimento produziu a trindade que constituiria o moderno Estado de bem-estar social: uma síntese de taylorismo na organização do trabalho, fordismo no regime salarial, e keynesianismo na regulamentação macroeconômica da sociedade. Não era um Estado de bem-estar social produzido por políticas econômicas e sociais que misturassem assistência pública e incentivos imperialistas, como fora o caso na Europa, e sim uma condição que cobria as relações sociais em sua totalidade, impondo um regime de disciplina acompanhado nos processo de acumulação (NEGRI&HARDT, 2001, p. 263).

Os processos de reformas que compreenderam o *New Deal*, para o autor, foi responsável pela criação de uma *sociedade-fábrica* – ou sociedade disciplinar – sendo esse processo uma síntese do *taylorismo*, do *fordismo* e do *keynesianismo*. O *New Deal* colocou o Estado mais do que um mediador dos conflitos sociais, mas um organizador da sociedade, e garantiu uma alta participação de grupos sociais distintos.

Os EUA apresentaram, ao entrar na Segunda Grande Guerra, o *New Deal* como um projeto alternativo e sucessor para a ordem imperialista européia, que o resultado da guerra garantiu como declinante, e que foi sobreposto com a reconstrução. O modelo de reconstrução correspondeu a uma adesão ao modelo expansivo de sociedade disciplinar de acordo com o modelo construído pelo *New Deal*. Até a década de 1960 a hegemonia americana garantiu a expansão do capitalismo segundo esses moldes e a consolidação de um estado disciplinar global. Muito do grande boom mundial foi assim um alcançar ou, no caso dos EUA, um continuar de velhas tendências. O modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se para indústrias do outro lado dos oceanos, enquanto nos EUA o princípio fordista ampliava-se para novos tipos de produção, da construção de habitações à chamada junkfood (HOBBSAWM, 1994, p.259).

Devemos deixar claro que exageramos um pouco a apologia do Estado de bem-estar social de Roosevelt para demonstrar nossa tese central: a de que o modelo do *New Deal* (respondendo à crise comum a todos os Estados capitalistas dominantes depois da Primeira Guerra Mundial) foi o primeiro caso de forte subjetividade tender na direção do Império. O *New Deal* produziu a mais alta forma de governo *disciplinar*. Dizendo governo disciplinar não estamos nos referindo simplesmente às formas jurídicas e políticas que o organizam. Referimo-nos, basicamente, que numa sociedade

disciplinar, toda a sociedade, com todas as suas articulações produtivas e reprodutivas, é subordinada ao comando do capital e do Estado; e que a sociedade tende, gradualmente mas com uma continuidade inevitável, a ser governada apenas pelo critério da produção capitalista. *Uma sociedade disciplinar é, portanto, uma sociedade-fábrica.* Disciplinaridade é ao mesmo tempo uma forma de produção e uma forma de governo, de tal maneira que a produção disciplinar e a sociedade disciplinar tendem a coincidir plenamente. Nessa nova sociedade-fábrica, subjetividades são forjadas como funções unidimensionais do desenvolvimento econômico. As figuras, estruturas e hierarquias da divisão do trabalho social tornam-se cada vez mais generalizadas e minuciosamente definidas enquanto a sociedade é cada vez mais absorvida pelo Estado: as novas regras de subordinação e os regimes capitalistas disciplinares são estendidas por todo o terreno social. É justamente quando o regime disciplinar é levado ao seu nível mais alto e a sua mais completa aplicação que ele se revela o limite extremo de um arranjo social, de uma sociedade no processo de ser subjugada. Em grande parte, isso se deve, certamente, ao motor que está por trás do processo, às dinâmicas subjetivas de resistência e revolta, às quais voltaremos na próxima seção (NEGRI&HARDT, 2001, p. 264).

Assim temos agora, em meados do século XX, já no pós-Guerra, uma hegemonia americana sobre o mundo, com um modelo reformado de capitalismo, que opera a americanização do mundo. Ou seja, gradualmente temos a descolonização, a descentralização da produção e a disciplinarização do mundo. A conclusão do processo de descolonização permite que o controle nas mãos dos EUA seja progressivamente menos nas bases do armamento militares, e mais pelo dólar.

Podemos agora entender um pouco esse desdobramento material que já argumentamos sobre o sonho americano sobre o mundo, que por sua vez operou uma americanização do mesmo.

“Havia aquela coisa chamada Aula de treinamento, o que nos livrava de carimbar cartas durante 30 minutos toda noite.

Um enorme italiano levantou-se no tablado da sala de aula para nos indicar nosso lugar.

- Bem... não há nada tão agradável quanto o cheiro de um suor sadio e limpo; por outro lado, nada cheira tão mal quanto suor entranhado...

Por Deus, pensei, será que estou ouvindo bem? E esse troço é sancionado pelo governo, certamente. Esse grande imbecil está me dizendo para lavar as axilas. Não fariam isso com um engenheiro ou um maestro. Está nos rebaixando.

- Então... tratem de tomar banho todo dia. Vocês serão julgados tanto pela aparência quanto pela produção.

Eu acho que ele queria usar a palavra *higiene* em alguma parte, mas ela simplesmente não cabia nele.

Aí ele foi até o fundo do tablado e puxou um mapa imenso. Imenso mesmo. Ocupava metade do palco. Uma luz brilhou sobre o mapa. E o enorme italiano pegou um indicador com ponta de borracha, como se usava no primário, e apontou pro mapa:

- Bem, vocês vêem todo esse VERDE? Há um bocado dele, olhem!

Pegou o indicador e esfregou-o pra frente e pra trás ao longo da área verde.

O sentimento anti-soviético era bem mais forte naquela época do que agora. A China não tinha nem começado a esquentar os músculos. O Vietnã era uma festinha de fogos de artifício. Mas ainda pensei, devo estar louco! Não posso estar ouvindo bem! Ninguém no auditório protestava. Precisavam do emprego. E, segundo Joyce, também eu precisava de um emprego.

Aí ele disse:

- O olhem. Aqui é o Alaska! E lá estão *eles*! É como se pudessem dar um salto, não é mesmo?

- É isso mesmo, disse um cérebro de minhoca na primeira fila.

O italiano soltou o mapa. Ele enroscou-se rapidamente pra dentro de si mesmo, furioso como numa guerra.

Daí o italiano avançou a frente do tablado, apontou sua vara com ponta de borracha pra nós:

- Quero que vocês entendam que temos de segurar essa fronteira. Quero que entendam que CADA CARTA QUE CARIMBAREM – CADA SEGUNDO, CADA MINUTO, CADA HORA, CADA DIA, CADA SEMANA – CADA CARTA EXTRA QUE CARIMBAREM AJUDA A DERRUBAR OS RUSSOS! É tudo por hoje. Ante que saiam, cada um de vocês receberá sua designação de método.” (BUKOWSKI, 1984, p. 60)¹⁸.

¹⁸ O livro “Cartas na Rua”, em inglês *Post Office*, foi publicado em 1971. No entanto ele remete as experiências vividas por Bukowski no trabalho nos Correios dos Estados Unidos, entre os anos de 1952 e 1969. O livro foi escrito logo após o autor largar o emprego, “para não morrer” segundo suas palavras.

Capítulo 2. A construção da Margem.

Acompanhando o pensamento de Deleuze e Guattari (1977), vemos que antes de se pensar o Marginal, quem é marginal ao quê, ou quem está sendo marginalizado, temos de pensar o *Devir Menor*, ou seja, entender como a produção da diferença se dá na sociedade do capital. Eles nos indicam que sem esse apontamento as discussões sobre os marginalizados pela sociedade ficam prejudicadas, pois deixamos de analisar toda a força que acompanha esse movimento criativo. Ou seja, a marginalização é um processo de captura de um devir, de uma criação social que luta contra o que está constituído, contra o hegemônico.

Esse devir minoritário, menor, não está ligado à uma quantidade, não é um tamanho, mas uma questão imediatamente política:

(...) Alguns homens anseiam pela revolução, mas quando você se revolta e constitui seu novo governo você descobre que o seu novo governo é ainda o velho papai de sempre, tendo apenas colocado uma nova máscara de papelão (...) (BUKOWSKI, 2000. p. 82).

Ou ainda, numa seqüência bem radical:

“Eu preferia ver Cleaver presidente do que Nixon, mas isso não é grande coisa. o que esses malditos revolucionários que ficam zanzando ao redor do meu apartamento e bebendo a minha cerveja e comendo a minha comida e exibindo suas mulheres precisam aprender é que a coisa precisa vir de dentro pra fora. não se pode dar a um homem um novo governo como se fosse um novo chapéu e esperar um homem diferente dentro desse chapéu. ele ainda vai continuar com as suas predisposições de merda e uma barriga cheia e uma coleção completa de Dizzy Gillespie não vai mudar isso. Muitas pessoas juram que vai haver uma revolução mas eu odiaria ver essas pessoas semimortas por nada. (BUKOWSKI, 2000. p. 83-84)

O menor de relaciona com o que é majoritário, com o que se entende como referência, como modelo. Deleuze e Guattari (1977) apontam para três características que definem uma literatura menor: a desterritorialização da língua, a imediatez política e o agenciamento coletivo de enunciação¹⁹.

Por desterritorialização da língua podemos entender a capacidade de lutar contra uma língua materna, essa sim maior, predominante, instituída e referente. E criar com e contra ela, através dela; escapando dela. Ou seja, a condição imposta pela inevitabilidade de uma língua

¹⁹ Em “Kafka: por uma literatura menor” (DELEUZE, G.&GUATTARI, F, 1977) um agenciamento coletivo de enunciação é um, ou vários, enunciados de uma coletividade, e não de um “eu”.

para se criar a literatura, ao mesmo tempo em que nela vai ser feita uma luta contra essa condição. Podemos assim dizer que vai haver uma torção dessa língua inevitável.

Essa literatura que merece ser chamada de menor segundo os autores, tem a marca política por excelência:

A segunda característica das literaturas menores é que nelas tudo é político. Nas “grandes” literaturas, ao contrário, *o caso individual* (familiar, conjugal, etc.) tende ir ao encontro de outros casos não menos individuais, servindo o meio social como ambiente e fundo; embora nenhum desses caso edipianos seja particularmente indispensável, todos “formam um bloco” em um amplo espaço. A literatura menor é totalmente diferente: o seu espaço exíguo faz com que cada caso seja imediatamente político. O caso individual se torna tão mais necessário, indispensável, aumentado ao microscópio, na medida em que uma outra história se agita nele. É nesse sentido que o triângulo familiar se conecta com outros triângulos comerciais, econômicos, burocráticos, jurídicos, os quais determinam os valores do primeiro. Quando Kafka indica, entre as finalidades de uma literatura menor, “a depuração do conflito que opõe pais e filhos, e a possibilidade de discuti-lo”, não se trata de uma fantasia edipiana, mas de um projeto político. (DELEUZE&GUATTARI, 1977, p.26).

A terceira característica estaria no fato de que tudo nessa literatura é imediatamente coletivo, possui ou adquire um valor coletivo. Seja pela escassez de talentos, em uma literatura menor, não há espaço para que uma enunciação individuada se apresente. Não abertura para formação de mestres, que devem ser seguidos, inaugurando escolas literárias e padrões a serem assegurados e estabelecidos. A enunciação menor é indissociável da enunciação coletiva. *O que um autor sozinho diz já constitui uma ação comum*. Essa ação comum se dá pela própria condição de fragilidade que se encontra a coletividade do autor, ou seja, a possibilidade exterior de coletividade de alguma forma. A possibilidade de se constituir uma nova comunidade, de se diferenciar em uma nova sociedade não está sendo permitida por algum fator. Nesta posição, o autor é por excelência aquele que através da escrita pode anunciar a coletividade em potencial, o porvir.

O minoritário é aquilo que escapa ao majoritário, o torce, com ele cria; é capaz de operar uma desterritorialização da língua, em que ela deixa de funcionar em seus pressupostos majoritários: edipianização das individualidades, funcionamento mercadológico das mesas, nacionalização dos conflitos, ou reduzi-los aos seus recortes de Estados-Nação etc. É político por estar em sintonia com todos os conflitos que perpassam o bloqueio do porvir, nesse sentido os casos individuais se conectam com os demais e se constitui em um projeto alternativo. É coletivo pois não possui espaço para formações dogmáticas e mais, é aquele que ao escrever pode anunciar as virtualidades não manifestas no presente.

Quando questionado sobre a vinculação e a sobreposição de termos, Felix Guattari (1983) concordou mas fez questão de marcar micro diferenças que são importantes não só por mostrarem uma extrema precisão conceitual, mas pela relevância política que se está oferecendo aos processos de diferenciação social, de questionamento da realidade e de potencialização dos mesmos movimentos. Os termos Marginalidade, processos de singularização ou autonomização, função de minoração, minoria ou revolução molecular podem ser sobrepostos evidenciando uma certa equivalência. Nesse sentido, revolução molecular corresponderia a uma atitude “ético-analítico-política”; “processo de singularização” estaria objetivamente ligado ao desprender, a atualização de uma virtualidade e sua produção de diferença e reverberação pelo tecido social ou captura pelas máquinas capitalísticas; “autonomia” se refere à produção de novos territórios, novos espaços de sociabilidade e é o que mais nos interessa:

Quanto a “minoria” e a “marginalidade”, eu veria “minoria” mais no sentido de um devir, um devir minoritário (exemplos: um devir minoritário para a literatura, que seria uma saída das redundâncias dominantes, um devir criança, um devir multidão, etc.), enquanto marginalidade seria mais “sociológico”, mais passivo. (ROLNIK & GUATTARI, 1983, p. 122).

Ignorando a referência pouco honrosa à sociologia, fiquemos com a dica de que marginalidade seria “mais passivo”. Dessa indicação podemos até enunciar umas das teses desse capítulo que a marginalidade não só é produzida incessantemente pelas sociedades capitalísticas como também é uma grande máquina de captura dos devires minoritários. Sob a pecha de marginal temos a tentativa política de impedir os processos de singularização social, a construção de novas autonomias e quiçá a produção de revoluções moleculares para explorar a ampla gama de conceitos propostas.

Marginal é aquele que incomoda. Marginal é aquele que está em um determinado local e as imagens de pobreza, perversão, perigo, violência crime, loucura, doença, maldade são facilmente associadas ao que é chamado de marginal. Embora se possa hoje em dia romantizar os grandes marginais do passado, os “capoeiras”, a “turma da lira” os malandros, apenas para ficarmos nas imagens clássicas do Rio Antigo, uma rápida olhada nos jornais de época pode confirmar nossa tese, de que na sua contemporaneidade, a marginalidade é capaz de confusamente articular essas imagens que produzem afastamentos, distanciamentos. Esses não podem deixar de ser pensados como estratégicos para uma possibilidade de destruição desse mesmo marginal. Guattari (1983) indica, ainda, que uma das condições para que a sociedade capitalística se mantenha é que ela está calcada em uma *axiomática de segregação subjetiva*.

A passividade de que Guattari nos fala, é o que sofrem esses processos minoritários, não parte deles, pois essa marginalização é produzida com eles, a partir deles. É o grande enquadramento referencial que está na base da produção do conceito de marginalidade impedindo que esses devires produzam o que é inevitável para eles: um amplo questionamento político da sociedade capitalística. Esse enquadramento referencial passa, segundo os estudos de Foucault acerca da emergência das sociedades disciplinares, pela definição do normal, do homem normal, homem modelo referência através do qual será possível mapear os possíveis desvios. Resumidamente: através de uma nova estratégia de poder, que operando através de algumas instituições e utilizando-se de novos saberes, produzirá um homem anormal. A partir desse anormal será possível controlar certas virtualidades, certas então definidas anormalidades, corrigi-las ou puni-las, quando for o caso. Então será possível definir o que é normal

2.1 – Um Panorama Biográfico

A obra de Charles Bukowski é bastante extensa e diversificada; compreendendo a publicação de seis romances, desenhos e charges, numerosas crônicas em forma de conto, assim como, uma vasta obra de relevante importância em poesia. Em português temos alguns livros de poesia traduzidos: “Essa loucura roubada que não desejo a ninguém, a não ser a mim mesmo, amém”, “25 melhores poemas de Charles Bukowski”. Ademais, no ano de 2008, temos quase²⁰ toda a bibliografia em prosa de Bukowski traduzida para o português relançados pela LP&M, que reeditou todos os livros lançados no Brasil pela Brasiliense na década de 1980.

Henry Charles Bukowski Júnior nasceu em 1920, na cidade de Adernach, Alemanha, filho de um soldado americano com uma alemã, se mudou para os EUA em 1924, vindo a falecer de leucemia em 1994 aos 74 anos. Sua vida pode ser considerada uma pequena amostra do *inferno* que foi viver nos Estados Unidos ao longo do século XX na condição de “marginal”. Sua infância pautada por uma convivência traumática e sofrida com sua família, que foi profundamente marcada pelo espectro sombrio e desolador da Grande Depressão de 1929. Foram primeiro para Baltimore em 1923, mas depois disso se mudaram para o subúrbio de Los Angeles. Foi uma criança atormentada por um pai extremamente autoritário e

²⁰ Encontra-se ainda esgotado o romance “Mulheres”, encontrado no Brasil apenas em sebos – BUKOWSKI, C. “Mulheres”. São Paulo: Brasiliense, 1984.

frustrado, que descontava os seus problemas o espancando pelos motivos mais fúteis. Quando atingiu a adolescência, somou-se a este problema o fato de ter o rosto e toda a parte superior do corpo literalmente tomada por inflamações que o obrigaram a submeter-se a tratamentos médicos no hospital público de sua cidade. Na escola, a situação também não é das melhores, tendo poucos amigos e sendo sempre o penúltimo a ser escolhido para o time de beisebol.

Bukowski veio de uma família de imigrantes que posteriormente, naturalizaram-se norte americanos, é possível afirmar que embora tenham sido feitos inúmeros esforços de adaptação a nova sociedade, foram expostos a todo tipo de constrangimento social, e assim como foram discriminados, discriminaram. É interessante ver como seus pais vão se colocar para a sociedade como superiores, assim como vão impor e exigir um “comportamento apropriado” de seu filho, o que se deve entender por uma impossibilidade de relacionamento afetivo com as demais crianças vizinhas e escolares.

Sua literatura apresenta, quando se dirige para esse período, muitas marcas do desespero próprio da época, caracterizada pelas agudas dificuldades financeiras e a aterradora perspectiva de se passar fome. Temos ainda uma família de classe média que é violentamente jogada no desemprego e na pobreza súbita, em que as relações constituídas em certos padrões de moralidade suburbana norte americana são violentamente sacudidos, uma forma para um conteúdo material que ruiu com a terça-feira negra:

os desempregados,
fracassos em dias fracassados
estavam presos em suas casa em suas casas com as
mulheres e filhos
e os
bichos.
os bichos não saiam por nada
e largavam seu lixo em
lugares estranhos

os desempregados ficavam loucos
trancados com
suas outrora belas mulheres.
tinham brigas terríveis
ao verem a hipoteca executada
na caixa do correio (BUKOWSKI *apud* SOUNES, 2000, p.26).

A imagem da família completa, pai, mãe e filhos, que almoçam alegremente juntos, assim como jantam, se desfaz, é destruída. Não existe mais emprego, a hipoteca vencida aponta para um despejo inevitável, mulheres tendo de trabalhar. Homens vagando pelas ruas, orgulhosos demais para se mostrarem como frágeis desempregados, passeiam durante o dia de carro, fingindo ir trabalhar. As relações familiares vão se desarticulando da forma mais

agressiva possível: *certos pruridos de honra não é por serem absurdo que comicham menos*²¹. Ressentimento generalizado com relação ao que já, que não é mais, sem se saber ao certo o que se passou.

Temos simplesmente o desespero e o orgulho ferido, pessoas se agridam facilmente, homens e mulheres, maridos e esposas, transferindo brutalmente isso aos seus filhos. Esses filhos tornam-se o alvo de suas frustrações; a válvula de escape possível para os incríveis tormentos do cotidiano de Los Angeles, uma das grandes metrópoles dos EUA, a Grande Potência capitalista, o grande exemplo para o mundo. Essas crianças, toda geração formada ao longo da Grande Depressão, serão marcadas por todo tipo de preconceito: raciais, étnicos, de classe social – indicando de um modo geral as características predominantes da sociedade americana, profundamente marcada pelos estigmas da escravidão e do imigrante:

com um murro, aos 16 ans e ½,
derrubei meu pai,
um filho da puta cruel com mau hálito,
e não voltei para casa por um tempo, só vez por outra
para batalhar um dólar com a
querida mamãe.

era 1937 e Los Angeles era uma grande
Viena.

eu? tenho 30 anos
a cidade está quatro ou cinco vezes maior
mas tão acabada quanto
e as garotas ainda cospem quando
passo, outra guerra se cria por outra
razão, e não consigo emprego agora
pela mesma razão de outrora:
não sei fazer nada, não consigo fazer
nada. (BUKOWSKI *apud* HOUNES, 2000, p. 14)

A falta de carinho familiar e a humilhação de ter um rosto deformado obrigam-no a fugir. Abandonou a escola para só voltar um ano depois. Neste meio tempo descobriu duas coisas que o ajudaram a tornar a sua vida suportável: o álcool e os livros. A escola foi um verdadeiro inferno para o autor e seus contemporâneos de modo geral. A vida familiar, pautada por castigos brutais, muitas vezes incredivelmente humilhantes, havia lhe ensinado a ser uma criança quieta, intimista e introspectiva. Ao mesmo tempo, vai desenvolvendo um senso crítico bastante acentuado, assim como uma visão bastante irônica de tudo o que lhe cerca. A sociabilidade foi um dos grandes problemas da vida desse escritor: como se

²¹ SARAMAGO, José. “A jangada de pedra”. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 198.

relacionar com os demais seres humanos, sendo a humanidade uma tragédia? Uma fuga que se apresenta é tornar-se um freqüentador assíduo da biblioteca pública de Los Angeles, onde entrou em contato com grandes escritores contemporâneos, principalmente os da chamada “Lost Generation” – Gertrud stein, F. Scott Fitzgerald, Ernest Hemingway etc.

Segundo suas próprias palavras, ele sobreviveu aos EUA. Levando uma vida errante, ainda jovem, vai se misturando ao que pode ser chamado de submundo de Los Angeles. A vida em familiar vai progressivamente se deteriorando, tornando impossível a convivência. Obrigado a encarar o mundo, vai tendo por companhia os bêbados e as prostitutas, relatando com frieza crítica seu sofrimento e dos demais. Vivendo na mais pura miséria e sempre que possível bêbado, não vai recusar nenhum dos grandes vícios da vida moderna, principalmente o álcool e o jogo. Desesperado por dinheiro, vai se sujeitar aos trabalhos mais exaustivos e degradantes que a indústria e os serviços públicos podem oferecer; com destaque para a sua passagem pelos correios. Esse foi o tema de seu primeiro romance “Cartas na Rua”²². Passou anos “pulando” de emprego em emprego, se demitindo e sendo demitido, até ser contratado como carteiro pelos correios. Seu segundo romance “*Factótum*”²³ – um projeto de reescrever os sofrimentos do homem moderno apresentados por George Orwell em *Down and out in Paris and London* – abordou todas as humilhações e perigos que sofreu, na vida errante de desempregado que levou após sair da casa de seus pais.

Iniciada assim uma vida errante, bebendo em excesso e escrevendo alucinadamente. Os produtos destas noites e mais noites de trabalho eram enviados para as mais diversas publicações literárias independentes dos Estados Unidos, mas quase sempre recusados. Após esse período de errância, Bukowski passa 15 anos como funcionário dos correios. Ele descreve esses 15 anos como simplesmente de um trabalho extremamente destrutivo para seu corpo e sua mente, enfrentando uma jornada de 12 horas diárias mais horas extras. Dores musculares são uma constante. Todo esse tormento se refletiu no comportamento extremamente extravagante que ele sempre adotou perante a vida: nunca será um trabalho exemplar. Sempre bêbado, sofrendo brutais ressacas; o autor retratou os correios dos EUA de uma forma bastante crítica e irônica. Após se demitir dos correios, iniciou uma nova fase de sua carreira. Associou-se a um editor que o sustentou, com uma mesada em troca de “mais poemas do que ele poderia publicar”²⁴. Dono de um talento nato, o poeta usava a simplicidade e a singularidade dos fatos mais rotineiros e transformava o cotidiano em obra de arte.

²² BUKOWSKI, C. “Cartas na Rua”. São Paulo, Brasiliense, 1984.

²³ BUKOWSKI, C. “Factótum”. São Paulo, Brasiliense, 1985.

²⁴ SOUNES, Howard. “Charles Bukowski: Vida e loucuras de um velho safado”. Rio de Janeiro: Conrad, 2003.

Inconformado e, sempre, com uma garrafa na mão, ele sentava em sua antiga máquina de escrever e, com uma sutileza surpreendente, deixava fluir seus pensamentos sem censura alguma. Bukowski vivia em um mundo atormentado e distorcido, totalmente fora dos padrões impostos pela sociedade de sua época. O escritor nunca fez questão de esconder que seus trabalhos eram, quase sempre, autobiográficos. E sua falta de discrição era tão grande, que durante toda a vida teve de lidar com a quebra de laços de amizade. Ele citava, sem qualquer preocupação, nomes e, quando muito inspirado, fazia duras críticas às pessoas que o cercavam. Algumas vezes os personagens ficavam sabendo das peripécias do poeta bêbado após a publicação dos textos.

Sua obra surtiu tanto efeito que alguns de seus contos e romances acabaram sendo adaptados para o cinema por alguns diretores. Inclusive, o próprio Bukowski recebeu diversos convites para escrever argumentos, apesar de assumir que nunca gostou muito de filmes.

Na fase de sua vida na qual começou a escrever, que vai do final de sua adolescência até a demissão dos correios dos EUA, a grande questão que o perturbava é: Como fazer para ser publicado? Como ter a sua obra – seus contos e poemas – aceita, reconhecida, valorizada e publicada pelas grandes revistas de literatura? Houve em sua biografia e bibliografia uma profunda confusão e conflito que consiste em ser aceito, ou possuir um reconhecimento, sem que isso afete a qualidade de sua obra. Como ser reconhecido socialmente, sobreviver com o trabalho de escritor e se manter como um escritor relevante. Bukowski construiu a idéia de que a força de sua obra vinha das ruas, de suas experiências nos bares e com as prostitutas, do seu passado em trabalhos degradantes, da perspectiva da fome e do desemprego, da falta de ter onde dormir. Isso teria conferido certo senso de realidade que o tornaria imune às “afetações” do mundo das celebridades, dos grandes escritores, do *high society*. Ao longo desse período de sua vida foi progressivamente se dedicando a escrever poemas e pequenos contos, pornografias, enviados para várias revistas. Conseguiu ser paulatinamente introduzido no universo literário. Associou-se, em muitos casos, a muitos escritores *beatniks*, publicando contos e poesias em seus jornais. Existe certa condição de marginalidade de sua obra, não associada aos “grandes movimentos” da literatura norte americana. Em 1969, passa a escrever para o jornal *Open City* sua famosa coluna semanal “*Notas de um velho safado*”, na qual desfruta de ampla liberdade e se dedica aos contos e crônicas. Nela retratou a América de forma bastante escandalosa para sua época.

Desenvolveu também, nesse “período de maturidade”, relacionamentos bastante conturbados e conflituosos com suas mulheres. Jamais conseguiu manter um relacionamento totalmente estável. A vida nas ruas e a convivência com prostitutas vão lhe proporcionar uma

visão “baixa” das mulheres. Para ele serão sempre “putas”, as suas prostitutas, de caráter “duvidoso” e “pouco confiável”. É apresentado um contraponto razoável às famílias consagradas do *American Dream*. Relacionamentos que vai procurar retratar em seu romance “Mulheres”²⁵. Com o passar dos anos, o crescimento de seu público e fama de maldito, Bukowski vai penetrar progressivamente no mundo dos artistas e no mundo acadêmico norte americano; quando passa a ser convidado para dar palestras em faculdades. No auge de sua carreira, na década de 1980, tem dois filmes produzidos e inspirados em sua obra: “*Barfly – Condenados pelo vício*”, dirigido por Barbet Schoreder, para o qual escreve o argumento e “*Crônica de um amor louco*”, dirigido por Marco Ferreri, inspirado num conto homônimo. Após essa experiência com o cinema escreveu “*Hollywood*”²⁶. Nesse livro revelou, de forma desconcertante, o mundo que cerca a indústria de cinema. Os conflitos de ego entre os diretores, os caprichos e vaidades dos atores, as conspirações e o mundo mafioso da indústria cinematográfica. Com muito sarcasmo e ironia (principalmente sobre si mesmo), vai relatar suas experiências com a produção do filme “*Barfly*”, tentando uma certa distância, uma não mistura com esse universo de celebridades.

A partir da publicação de “*Hollywood*” em 1985, Charles Bukowski contrai tuberculose, doença erradicada nos EUA há várias décadas. Sua saúde se deteriora rapidamente com o passar dos meses e a dificuldade de diagnóstico da doença, que só vai ser identificada por um veterinário amigo de sua esposa Linda Lee. Se até então Bukowski demonstrasse uma grande vitalidade e resistência aos anos de maus tratos e bebedeiras aos quais ficara exposto; sua saúde passa a definhir progressivamente. Consegue ainda publicar um romance policial chamado “*Pulp*”²⁷. No início da década de 1990, desenvolve leucemia, não resistindo ao tratamento de quimioterapia, falece em 1994.

2.2 Linhas de fuga na literatura anglo-americana

“A literatura inglesa ou americana são um processo de experimentação. Acabaram com a interpretação”

(Gilles Deleuze).

²⁵ BUKOWSKI, Charles. *Mulheres*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

²⁶ BUKOWSKI, Charles. *Hollywood*. Porto Alegre, LP&M, 1987.

²⁷ BUKOWSKI, Charles. *Pulp*. Porto Alegre, LP&M, 1998.

Deleuze nos diz que a construção de novo mundo só é possível quando fugimos dos lugares onde nos encontramos. Não se trata de uma covardia frente aos desafios, uma falta de força perante um grande inimigo, cujo enfrentamento tememos. Não é por medo que fugimos. Fugir é o empreendimento de uma cartografia, por uma série de traçados de linhas. Ao atravessarmos uma linha de fuga podemos encontrar novos mundos. É antes de tudo uma disposição de afirmar a possibilidade de algo diferente, e que aquilo tudo que compõe nosso real não é necessário e pode ser descartado. Deleuze indica que a literatura anglo-americana tem essa característica: traça linhas de fuga, anuncia novas terras, apresenta continuamente rupturas: *A literatura inglesa e americana é atravessada por um processo sombrio de demolição, que arrasta consigo o escritor* (DELEUZE & PARNET, 1996, p. 52).

Esse é fundamentalmente um empreendimento perigoso. Não se pode prever o que uma linha de fuga pode produzir. Podemos encontrar nessa ruptura simplesmente a pura destruição. Além disso, suas chances de fracasso, e um conseqüente retorno ao que já foi, ou em outro lugar conhecido. Ela deve ser protegida contra isso e contra si mesma, contra a vontade de auto abolição. A fuga teria a sua possibilidade em um “entre”, nas fronteiras dos territórios; seria como um delírio, como uma quebra dos eixos. Se os deuses são definidos pelos seus atributos, pelas suas propriedades, seus territórios e códigos próprios, assim como por suas funções fixas, a fuga teria algo de demoníaco. Pois os demônios se distinguem dos deuses por terem uma função de “anômalo”. O anômalo está sempre em cima de uma fronteira, a beira de uma multiplicidade, da qual faz parte, mas que também anuncia outra. Faz passar de uma para a outra.

Uma linha de fuga não está jamais fugindo da vida, ou para um imaginário, algo essencial como visões da arte em si. *Fugir, porém, ao contrario, é produzir algo real, criar vida, encontrar uma arma.* (DELEUZE & PARNET, 1996, p. 62)

Jack London bebendo a vida toda enquanto
escrevia sobre homens estranhos e heróicos.
Eugene O’Neill bebendo até se anestésiar
enquanto escrevia sua obra
sombria e poética

Agora nossos escritores
discursam em nossas universidades
de terno e gravata
os aluninhos atentos e sóbrios,
as aluninhas de olhos vidrados

olhando admiradas,
a grama tão verde, os livros tão chatos,
a vida então morrendo de sede. (BUKOWSKI, 2005, p. 93)²⁸.

Deleuze nos diz que escrever tem alguma coisa de especial por estar em relação com essas linhas que anunciam o novo. Digamos que escrever é se engajar em uma linha de fuga qualquer, e que nada tem de imaginária. É um devir, que não pode ser comparado com uma atividade profissional de escrita – que pode ser julgado pelo seu futuro e pelo seu passado. Quando escrever se torna diferente de se repetir chavões, palavras de ordem, opiniões e veicular informações endereçadas, existe um precioso encontro dela com as minorias. Essa minorias que não escrevem, e sobre as quais também não se escreve. Uma minoria não está nunca dada, mas se dá em cima dessas linhas de fuga, e a escrita é como que um combate, um atacar. Ou seja:

“Ao escrever sempre se dá escritura a quem não tem, mas estes dão a escritura um devir sem o qual ela não existiria, sem o qual ela seria pura redundância a serviço das potências estabelecidas. Que o escritor seja minoritário não significa que há menos pessoas que escrevam do que leitores; já não seria verdade hoje em dia: significa que a escritura encontra sempre uma minoria que não escreve, e ela não se encarrega de escrever para essa minoria, em seu lugar, e tampouco sobre ela, mas há encontro onde cada um empurra o outro, o leva em sua linha de fuga, em uma desterritorialização conjugada. A escritura se conjuga sempre com outra coisa que é seu próprio devir. Não existe agenciamento que funcione sobre um único fluxo. Não é caso de imitação, mas de conjugação. O escritor é penetrado pelo mais profundo, por um devir-não-escritor” (...) Tantos silêncios e tantos suicídios de escritores devem ser explicados por essas núpcias contra a natureza, essas participações contra natureza. Ser traidor de seu próprio reino, ser traidor de seu sexo, de sua classe, de sua maioria – que outra razão para escrever? E ser traidor da escritura” (DELEUZE & PARNET, 1996, p. 57-58).

Se fosse possível dizer qual seria a finalidade de um escrever, esse seria o de se fazer, ou melhor, de devir-imperceptível. Não se está falando jamais de ser reconhecido pelos seus pares ou pelos lugares de legitimidade social, que dizem: isso é bom! Esse lugares que buscam nos fixar, dizer o que somos, essas academias, essas escolas, essas repartições, contra isso tudo uma velocidade estupenda ou uma lentidão alucinante que seja capaz de acabar com as significações dominantes, com os rostos e caras, com o que seja reconhecido; enfim, com todas as determinações sociais:

²⁸ Ver Anexo II

quando minhas não pálidas
 deixarem cair a última caneta
 em um quarto barato
 eles vão me achar lá
 enunca saberão
 meu nome
 minha intensão
 nem o valor
 dea minha fuga (BUKOWSKI, *apud* HOUNES, 2000, p. 60)

Escrever não pode ser considerado um fim em si, da mesma forma que a vida não está localizada sobre uma problemática pessoal, ou melhor, não há nada de pessoal na vida, de próprio, de particular. Tudo estaria dentro de um mesmo movimento que produziria certas falsidades, ou melhor, certas concepções perigosas por tenderem a um assujeitamento: obra em si, obra total, obra em andamento, progresso, escrever por escrever, arte pela arte, etc. Escrever está em relação com a vida, em levá-la a um estado de potência, em elevar a sua potência. Sua função não poderia ser outra além, ou aquém, de ser um fluxo capaz de conjugar, unir, associar outros fluxos e todos os devires-minoritários do mundo. *Um fluxo é algo intensivo, instantâneo e mutante, entre uma criação e uma destruição* (DELEUZE & PARNET, 1996, p. 63). Seria através desses fluxos, desses sistemas de substituição e mutações pelo meio, conjugados pela escritura, transformados pela escritura, que a vida poderia enfim escapar ao ressentimento pessoal e social.

Deleuze nos esclarece ainda que na relação entre enunciação e autoria, fundamental para a escritura, deve-se ter em mente que os enunciados jamais tem por causa um sujeito, ou se referem a sujeitos. Não são sujeitos do enunciado nem da enunciação. Os enunciados são produzidos por agenciamentos. Essa seria a unidade real mínima, o agenciamento, aquele que é sempre coletivo, que coloca em nós e fora de nós toda uma coletividade, uma multiplicidade.

O nome próprio não designa um sujeito, mas alguma coisa que se passa ao menos entre dois termos que não são sujeitos, mas agentes, elementos. Os nomes próprios não são nomes de pessoa, mas de povos e de tribos, de faunas e floras, de operações militares ou de tufões, de coletivos, de sociedades anônimas de escritórios de produção. O autor é um sujeito de enunciação, mas não o escritor, que não é um autor. O autor inventa agenciamento a partir de agenciamentos que o inventaram, ele faz passar uma multiplicidade para a outra. O difícil é fazer com que todos os elementos de um conjunto não homogêneo conspiram, fazê-los funcionar juntos. As estruturas estão ligadas a condições de homogeneidade, mas não os agenciamentos. O agenciamento é co-funcionamento, é a 'simpatia', a simbiose. (...) O autor, como sujeito de enunciação, é, antes de tudo, um espírito: ora ele se identifica com seus personagens, ou faz com que nos identifiquemos com ele, ou com a idéia da qual são portadores; ora, ao

contrário, introduz uma distância que lhe permite observar, criticar, prolongar. Mas não é bom. O autor cria um mundo, mas não há mundo que nos espera para ser criado. Nem identificação nem distância, nem proximidade nem afastamento, pois, em todos esses casos, se é levado a falar por, ou no lugar de... Ao contrário, é preciso falar com, escrever com. Com o mundo, com uma porção de mundo, com pessoas. De modo algum uma conversa, mas uma conspiração, um choque de amor ou ódio. (DELEUZE & PARNET, 1996, p. 65-66).

Segundo Deleuze virá da língua inglesa, do americano e do inglês, essa prerrogativa das relações sobre os termos, assim como uma crítica radical das noções de princípio (o primeiro princípio) e dos dualismos estéreis:

(...) As relações estão no meio e existem como tais. Esta exterioridade das relações não é um princípio, é um projeto vital contra os princípios. Com efeito se virmos aí algo que atravessa a vida, mas que repugna o pensamento, então é preciso forçar o pensamento a pensá-lo, a fazer dele o ponto de alucinação do pensamento, uma experiência que traz violência ao pensamento, uma experimentação que faz violência ao pensamento. Os empiristas não são teóricos, são experimentadores: eles nunca interpretam, não têm princípios. Se se toma como fio condutor, ou como linha, essa exterioridade das relações, vê-se desdobrar, parte por parte, um mundo muito estranho, casaco de Arlequin ou colcha de retalhos, feito de cheios e de vazios, de blocos e de rupturas, de atrações e de distrações, de nuances e de coisas bruscas, de conjunções e de disjunções, de alternâncias e de entrelaçamentos, de adições cujo total nunca é feito, de subtrações cujo resto nunca é fixo. Bem se vê como daí resulta o pseudo-primeiro princípio do empirismo, mas como um limite negativo sempre rechaçado, uma máscara colocada no início: com efeito, se as relações são exteriores e irreduzíveis aos seus termos, a diferença não pode ser entre o sensível e o inteligível, entre a experiência e o pensamento, entre as sensações e as idéias, mas apenas, entre duas espécies de idéias, ou duas espécies de experiências, as dos termos e as das relações. (DELEUZE & PARNET, 1996, p. 69-70).

Isso nos leva a pensar que a multiplicidade jamais está nos termos, no seu conjunto ou sua quantidade, mas justamente no entre termos, nesse “e” que derrota qualquer dualismo redutor. E se fizemos essa pequena digressão, acompanhando o pensamento deleuziano através do empirismo é justamente pelo fato disso tudo ter vindo da língua inglesa, ou melhor, do inglês ou do americano. Sua pretensão imperialista e hegemônica, se sobrepõe, se mistura, invade e ocupa espaços cada vez mais consideráveis nas demais línguas. As discussões acerca de uma pureza a ser recuperada apenas nos afasta das possibilidades que acompanham a língua inglesa, pois como nos aponta Deleuze, ela é imperialista, mas por isso mesmo, mais vulnerável *ao trabalho subterrâneo das línguas ou dialetos que minam de toda a parte, e lhe impõe um jogo de corrupções e variações muito vasto* (DELEUZE & PARNET, 1996, p. 71).

Essa pretensão da língua americana de ser majoritária está fundada em uma atitude de torção, de quebra de si, que se coloca a favor de minorias que a minam ao mesmo tempo em que se expande, o que Deleuze chama de o “inverso do poder”.

A força da literatura anglo-americana se faz nessa preferência pelas relações, onde os termos pouco importam, ou ainda, nessa constância em linhas de fuga e seus perigos, cuja extrema mortalidade de seus escritores, seja pelas drogas, seja pela bebida, não canse de denunciar. Mais que linhas de fuga talvez, elas nos ensinem dos perigos que um lançar-se tem ainda a oferecer, mas que mesmo assim, vale muito essa disposição de criar novos mundo, de buscar o novo, de fazer valer as diferenças que escapam às teias de poder. Em outras palavras:

portanto, aqui estamos nós, misturando Revolução com Literatura e ambas combinam. de alguma forma tudo combina, mas fiquei cansado e espero pelo amanhã. (BUKOWSKI, 2000, p. 92)

Antes de avançarmos, algumas considerações se fazem necessárias acerca do modo ocidental das formas literárias. A forma literária que se constitui como tendência a partir do século XVII, Foucault descreve como uma espécie de arte da linguagem que primar por fazer aparecer o que não aparece ou que não se gostaria que aparecesse. Na virada dos século XVII e XVIII, pode-se dizer que as relações de poder, discursivas, da verdade e do cotidiano vão se compor em um arranjo que vai atravessar a literatura, ou ainda, em que a literatura se encontra engajada. Se instala um dispositivo que faz falar o ínfimo e o que não tem glória. O infame entra no regime de dizibilidade.

Essa é uma passagem importante pois antes, uma das mais fortes tradições discursivas do Ocidente nos informa que o que merecia ser dito, devia merecer literalmente. Aliás essa é a tradução da palavra fábula. A vida, o cotidiano para entrar nesse discurso devia ser transfigurado, ou melhor dizendo, retirado para fora de si, deixando-se atravessar pelo heroísmo, pela façanha, pela Providência ou pela graça. Dito de outra forma, por tudo aquilo que é comumente chamado de fabuloso, traduzido por impossível. Essa estranha condição, Foucault (2003) nos diz que o permitia funcionar como lição, como exemplo, para *fascinar e persuadir*.

Afirma que a instauração desse novo dispositivo vai constituir o que se pode chamar de uma ética imanente ao discurso literário do Ocidente, o que implica um progressivo desaparecimento das funções cerimoniais, perdendo a preocupação em mostrar sensivelmente a visibilidade espetacular das manifestações da força, do heroísmo, da graça divina etc. Em um outro movimento, também é progressiva a aproximação com o que se encontra mais

escondido e difícil e, posteriormente, o proibido e o escandaloso. Não que a literatura seja isso ou esteja reduzida a isso, mas que encontra nesse terreno político de imperativos a sua própria condição de possibilidade.

Daí sua dupla relação com a verdade e o poder. Enquanto o fabuloso só pode funcionar em uma indecisão entre verdadeiro e falso, a literatura se instaura em uma decisão de não-verdade: ela se dá explicitamente como artifício, mas engajando-se a produzir efeitos de verdade que soa reconhecíveis como tais; a importância que se concedeu na época clássica, ao natural e a imitação é, sem dúvida, uma das primeiras maneiras de formular esse funcionamento “de verdade” da literatura. A ficção, doravante, substituiu o fabuloso, o romance se desembarçou do romanesco e só se desenvolverá liberando-se dele cada vez mais completamente. A literatura, portanto, faz parte desse grande sistema de coação através do qual o Ocidente obrigou o cotidiano a se pôr em discurso; mas ela ocupa um lugar particular: obstinada em procurar o cotidiano por de baixo dele mesmo, em ultrapassar os limites, em levantar brutal ou insidiosamente os segredos, em deslocar as regras e os códigos, em fazer dizer o inconfessável, ela tenderá, então, a se pôr fora da lei ou, ao menos, a ocupar-se do escândalo, da transgressão ou da revolta. Mais do que qualquer outra forma de linguagem, ela permanece o discurso da “infâmia”: cabe a ela dizer o indizível – o pior, o mais secreto, o mais intolerável, o descarado. (FOUCAULT, 2003, p. 221).

É importante destacar que esta posição singular se deve ao fato de sua posição ocupada neste dispositivo especial que atravessa a forma literária e a obriga funcionar dessa forma. Esse mesmo dispositivo que atravessa toda a economia de discursos e estratégias da verdade e do que constitui o verdadeiro.

2.3 – Homem como modelo

O surgimento do homem como modelo só poderia se dar a partir de um momento em que o próprio homem, um tipo de homem, o homem como figura de saber, fosse a própria dobra do saber. Não é por acaso que a Época Moderna, também conhecida como “época do homem”, terá seus saberes determinados pela ordem da história. “O aparecimento do homem em sua finitude, como sujeito e objeto de conhecimento, passa a ser a grande referência essencial à ordem dos saberes” (FONSECA, 2002, p. 55). Se na Idade Clássica os saberes se dão no plano das suas representações, na Época Moderna, os saberes se perguntarão pelos seus limites e condições de possibilidades, e estes serão o sujeito racional. O homem enquanto sujeito racional é sujeito e objeto dos saberes:

Para Foucault, a constituição das ciências empíricas é contemporânea ao “acontecimento” na filosofia representado pelo pensamento kantiano. Com Kant, conhecer é uma faculdade do sujeito, e este pode descobrir a verdade, podendo fazer a partir de si mesmo. Desta forma, as ciências empíricas e a filosofia transcendental permitem o aparecimento desse empírico-transcendental, o homem, que seria condição de possibilidade dos discursos a que chamamos de ciências humanas. Como parte das “empiricidades” e, ao mesmo tempo, fundamento do saber, o homem torna possível tais saberes. Ele, homem, é seu *a priori* histórico (FONSECA, 2002, p. 56).

Segundo esse raciocínio as ciências empíricas seriam aquelas que acompanham esse movimento de interiorização do saber. Elas tratam do empírico transcendental, pois tratam do homem agora como elemento constituinte do saber. A biologia trata do homem enquanto ser vivo, a economia do homem enquanto ser que produz riquezas e a filologia, do homem enquanto ser que fala. As ciências humanas vão tratar das representações acerca desse empírico transcendental: vida, trabalho e linguagem. Seriam elas respectivamente: psicologia, sociologia, e literatura. Essas ciências têm como grande efeito produzir modelos, ou melhor, elas constituem três modelos que abarcam todas as representações referidas ao homem, as organizam segundo três pares conceituais: norma-função, conflito-regra, significação sistema.

Deste modo, a psicologia se apropria do conceito biológico de função e o utiliza para pensar em termos de “normas” que permitem o exercício dessas mesmas funções, ou seja, as representações que permitem ou não o fazer das funções. A sociologia interroga o trabalho e se apropria do conceito de conflito inerente ao mundo do trabalho e com ele estuda as representações dos mesmos e que constituem as regras, operação desses conflitos. A literatura se apropria do conceito de significação e através dele estuda as representações possíveis de cada significação manifesta através da palavra, e com isso a composição ou não de um sistema de representações dos significados. “Pode-se dizer que tais saberes sobre o homem na Época Moderna, “normatizam” as funções do homem como ser vivo, “regulamentam” os conflitos inerentes ao homem que produz [trabalho] e “sistematizam” as significações do homem que se expressa pelas diversas formas de linguagem.” (FONSECA, 2002, p. 58).

Em seu estudo sobre as imagens da norma e do direito em Foucault, Márcio Alves da Fonseca não deixa de associar a idéia de norma ao modo de ser desses saberes, sendo assim, esses conceitos por ele indicados em suas bipolaridades vão sempre apresentar a tensão entre normal e patológico:

A idéia de norma é, portanto, componente do modo de ser destes saberes constituídos pelas ciências dos homens. A “norma”, a “regra” e o “sistema”, não deixam de remeter aqui à idéia de separação, de bipolaridade do normal e do patológico. Se de um lado as ciências humanas somente foram possíveis a partir da afirmação de uma negatividade fundamental (o homem em face à sua finitude), de outro, o seu caráter singular se deve à positividade que situam como norma. (FONSECA, 2002, p. 58).

Entender a norma em sua positividade, para sermos fieis ao pensamento de Foucault, é entendê-la em sua imanência. Ela não pode ser pensada em si, não existe norma em si. Só existe em relação, mas em relação ao plano que traça, ou seja, na sua positividade, inseparável de sua implicação, dos seus efeitos de realidade. Não existe uma essência da norma, cujos significados variam, mas que esse problema se constitui de forma diferente a cada investigação.

Se nas investigações arqueológicas acerca das condições de possibilidades de emergência de um saber, a norma aparece como um modelo de homem sobre o qual se esquadrinham variações, e se acusam os desviantes; a análise genealógica da modernidade enquanto as estratégias de poder permitem entender que a norma agora é uma ação. Ao pensarmos a sociedade disciplinar temos de ter em mente os processos de normalização, ou seja, processos enquanto mecanismos de intervenção.

Para Foucault é através do que ele nomeia como poder psiquiátrico que o grande assujeitamento que se configura no século XIX vem operar; não que dele emane todas as suas manifestações, mas na medida em que a partir de sua constituição, o poder psiquiátrico vai se multiplicar pelo terreno social. A noção de anormal surge no seio da ciência médica, ou nas práticas psi da passagem do século XVIII ao XIX. É dessa noção de norma e normalização que se poderá pensar em disciplina e disciplinarização. Primeiramente, é preciso entender que o poder psiquiátrico funciona como um assujeitamento pela disposição em que se apresenta o processo de cura da loucura. Pelo mecanismo da intensificação da realidade, em relação à loucura, ela pode ser vencida pela vontade do médico, utilizaria de uma série de estratégias diárias, como a reutilização da linguagem e a recondução de uma série de necessidades, como trabalho, dinheiro, família entre outros. Essa cura seria um dobrar de forças, em que o médico impõe a sua vontade. Essa operação só seria possível em um espaço disciplinar. Esse espaço é caracterizado, por agora, como uma certa disposição precisa dos indivíduos que lá se encontram, assim como o controle quase que absoluto das atividades desenvolvidas e do tempo em que transcorrem. Vigilância e sanção.

Para Foucault (2006) essa disseminação do poder psiquiátrico é operada através do processo de psiquiatrização da infância. Na entrada da modernidade não era possível a constituição de uma criança louca, a loucura na infância não era tida como possível. Mas foi possível entender a infância enquanto um desenvolvimento. Através da noção de desenvolvimento foi possível pensar a infância, e enquadrar seus desvios.

e logo teremos os relatos dos painéis dos psiquiatras, que como os painéis da pobreza que nos contam que alguns homens estão morrendo de fome lá embaixo, eles nos contarão que alguns homens estão morrendo lá em cima; e depois tudo será esquecido até o próximo pouco comovente assassinatozinho ou incêndio de cidade, e então eles se reunirão novamente para proferir suas tolas e inesperadas palavras, esfregarão suas mãos e desaparecerão como cagalhões na desgraça da privada. parece que eles não se importam muito desde que o equilíbrio da balança seja mantido. e esses psiquiatrazinhos, exibindo seus trunfos mágicos, nos iludindo com palavras dizendo que isso é assim por que o pé da sua mãe era torto e seu pai bebia e uma galinha cagou na sua boca quando você tinha três anos de idade e portanto você é homossexual ou operador de uma prensa de perfuração. Tudo menos a verdade: simplesmente que alguns homens se sentem mal porque a vida é boa para eles do jeito que está e que ela poderia facilmente ser tornada melhor. mas, não, os psiquiatras com suas bobagens mecanicistas que serão algum dia provadas completamente falsas, e eles continuarão a nos dizer que somos todos loucos e eles serão bem remunerados para fazerem isso. nós é que não estamos pegando bem a coisa (...) o que eles *não irão* nos dizer é que nossos loucos, nossos assassinos *realmente* surgiram do nosso bom e velho modo americano de vida e de morte. (BUKOWSKI, 2000, p. 66-67)

Um desvio nos estágios de desenvolvimento de uma criança, não é propriamente uma loucura, passível de cura, mas uma anomalia que pode se apresentar em vários graus: idiotia, demência, imbecilidade. Esse desenvolvimento tem por fim um adulto e, sobre esse fim, apresenta duas normatividades possíveis: adulto como finalidade ideal, e a uma média desse processo, ou seja, a média do processo de desenvolvimento de uma criança em adulto.

Para Foucault, o princípio de difusão do poder psiquiátrico para outras instâncias da sociedade para além do asilo se dá justamente pela confiscação da categoria da anomalia pela medicina, a partir da psiquiatrização da infância, e pela ampliação dos campos que tal categoria poderá cobrir.

Inicialmente, a anomalia não teria sido uma categoria aplicada ao adulto, mas à criança. No início do século XIX, o adulto é que será considerado louco e não se concebia a possibilidade real de uma criança ser louca. Por outro lado, a criança será o anormal, é ela que será portadora de anomalias. Progressivamente é que esta categoria da anomalia irá encobrir toda série de problemas práticos que constitui a “família que vai do mentiroso ao envenenador, do pederasta ao homicida, do onanista ao incendiário” (FONSECA, 2002, p. 70-71).

Nesse momento, Foucault começa a tecer uma análise bastante interessante, pois ele começa a relacionar esse movimentos do poder disciplinar às transformações sociais propriamente constitutivas das sociedades capitalísticas. O poder psiquiátrico vai progressivamente deixando de ser um mecanismo de intervenção sobre a loucura, e passa progressivamente a ser o poder de definir e controlar tudo o que é considerado anormal. Isso pode nos assustar muito ao nível de nossas próprias brincadeiras cotidianas, em que pedimos que os outros busquem se “tratar”. A preocupação crescente do século XIX com a constituição de uma força de trabalho operário inexistente até então, assim como, a necessidade que esses trabalhadores, também pais, exerçam suas funções produtivas: a preocupação com o tempo de trabalho das pessoas, faz com que a internação das crianças sejam obrigatórias, tanto para as crianças idiotas, como para as pobres. “Tudo o que é anormal em relação ao regime familiar, escolar, posteriormente ao regime do trabalho, do lazer, entre outros, será pertinente à psiquiatria, definida desse modo como a ciência e o poder sobre o anormal” (FONSECA, 2002, p. 71).

Foucault (2006) nos lembra que essa internação obrigatória é custeada pelo Estado, que essa assistência estatal se apresenta como encargo e sua justificativa se dá pela demonstração de que esses indivíduos internados não apenas apresentam uma trava no seu desenvolvimento normal. Eles não são somente pessoas que infelizmente se atrasaram no desenvolvimento esperado. Mais que isso, essa pessoa poderia causar vários danos materiais objetivos. Uma pessoa como essa se não tivesse internada, poderia cometer um homicídio, um incêndio, machucar alguém, ou a si próprio. Resumidamente: uma pessoa perigosa. Anormal, anomalia e perigo passam a caminhar lado a lado. Esse caminhar lado a lado faz com que de assistência social, a anomalia se torne pouco a pouco um elemento de proteção social. Enfim: os anormais são perigosos. No século XX, no oeste dos Estados Unidos tivemos uma manifestação ante tamanha força e poder:

prender os loucos. mas quem é louco? todos nós fazemos os nossos joguinhos, dependendo das posições dos peões, dos cavalos, das torres, do rei, da rainha (...) e agora nós teremos os psiquiatras, os pensadores, os jurados, os assessores presidenciais nomeados para calcular o que há de errado conosco. quem está louco, quem está triste, quem está certo, quem está errado. prender os loucos quando cinquenta e nove entre sessenta homens que você encontra na rua estão lelés-da-cuca por causa das neuroses industriais e das esposas e das batalhas e nenhum tempo para relaxar e descobrir onde estão ou por que, e quando verão o dinheiro que os manteve por tanto tempo cegos e fodidos quando não interessa mais continuar assim por muito mais tempo, então o que é que nós vamos *fazer*? vamos lá, cara, os

assassinos têm estado conosco há muito tempo. só que não tem sido uma explosão, apenas um homem com uma cara parecida com pó de serragem, e olhos como manchas de merda na cueca, tantos homens assim e mulheres também. Milhões deles. (BUKOWSKI, 2000, p 65-66).

A anomalia, o domínio da anomalia para Foucault é, de uma certa forma, um parente distante de três figuras somente articuláveis entre si quando submetidas a uma mesma tática de poder. Seriam eles o monstro humano, o indivíduo incorrigível e a criança masturbadora. Essa convergência só foi possível no século XIX, pois anteriormente, essas figuras eram independentes umas das outras. O anormal vai ser submetido a um mecanismo de poder que o marcará como uma monstruosidade cada vez menos distinta, com uma busca pela retificação de sua incorrigibilidade e será submetido a um segredo próprio àqueles que se masturbam. Embora sua análise sobre a monstruosidade e sua progressiva conversão em anormalidade recue até o século XVII – em que a transgressão da natureza configura um monstro que em seu ser combina formas de animais e sexos diferentes – no século XVIII as irregularidades que possam configurar as de um “transgressor” – na passagem do século XVIII para o XIX, por ocasião da Revolução Francesa – nos é apresentado à figura do monstro político.

A monstruosidade deixa de estar remetida a uma natureza, desviada, transgredida, e passa para a moralidade. Essa moral permite implicar a figura do monstro com a do criminoso, pois o crime político com a ascensão revolucionária da burguesia atinge um status monstruoso e, nesse momento, de disputa política entre monarquia aristocrática e burguesia, a monstruosidade está em ambos. Pode ser do monarca: incestuoso, déspota, tirano. Pode ser do povo revoltado: antropófago, vilão, destruidor de lares. As imagens morais encobrem uma sina comum a ambas as figuras, pois ambos são monstros por romperem o pacto social, originário da sociedade, fundador da cidadania:

Assim, a noção de monstruosidade que começa a se fixar a partir do final do século XVIII remete à idéia de irregularidade e distancia-se do caráter jurídico natural a que esteve ligada por tanto tempo, passando a concernir aos desvios de conduta de um indivíduo. Surge nesse ponto a figura do monstro político, do criminoso político. O monstro político representa todos aqueles que rompem com o pacto social a que havia subscrito (...) Entretanto o que mais lhe interessa é perceber como a estatura desses grandes monstros morais (rei, povo) foi sendo reduzida, pouco a pouco, até se tornar a figura menor, cotidiana do anormal, como teria se dado a passagem, do monstro à categoria dos anormais. (FONSECA, 2002, p. 77-80).

A operação que Foucault vai denunciar é que essas figuras deixam de ser extraordinárias, para serem mais corriqueiras. Os monstros são convertidos em anormais, através de uma noção inventada pela Psiquiatria, e também apropriada pelo Direito. Essa noção é a noção de instinto, que permite que um crime sem razão seja cometido. Essa noção permite que a ausência de razão se torne uma patologia, sobre a qual se pede uma intervenção. A partir do que foi exposto, temos mais ou menos traçado a forma como o poder psiquiátrico foi progressivamente sendo chamado pela própria sociedade a intervir e se multiplicar nela, generalizando uma nova operatória de poder. Essa generalização é tipificada pelo autor em três momentos: 1) o entrecruzamento da psiquiatria e a regulamentação administrativa, 2) a demanda familiar da psiquiatria e 3) uma demanda política com relação a ela. A primeira tipifica essa ciência como aquela especialista em higiene pública, e seu efeito imediato será que a administração passará a esquadrihar o *socius* em busca daqueles que podem constituir uma ameaça à ordem pública, os perigosos, estes devidamente encaminhados à ordem pública.

Nesse movimento, temos a nítida percepção de um poder que se apresenta como produtor e que utiliza uma noção de norma que se parece mais como modelo que repressão. Modelo ao qual devem ser sempre reconduzidos os desvios, desvios esses totalmente espalhados pela sociedade. Nesse sentido, temos um poder chamado a operar em todo tecido social, a fim de produzir uma sociedade modelo. Uma sociedade que clama por ser disciplinada. Uma sociedade que a cada situação específica vai progressivamente utilizando uma tecnologia de poder específica, para a produção de condutas esperadas dentro de uma lógica econômica nova que desenvolve.

2.4 Vozes que diferem: um panorama dos anos 1950, 1960, 1970

Podemos dizer muitas coisas sobre os anos 1950, 1960 e 1970. Dentre elas é que esse período foi marcado pela prosperidade. São os anos de ouro do capitalismo. De uma forma generalizada pelo mundo, e em particular nos Estados Unidos. Idéias como conforto material e sociedade de consumo emergem sem que isso não queira dizer nada.

Os anos 1950 são carregados desse triunfalismo interno. É quando os subúrbios se formam, a explosão de natalidade se manifesta, as horas de lazer passam a ser preenchidas com televisão, e a compra de eletrodomésticos se confirma como uma nova tendência para o

mundo. A vida começa a ser agradável, pois o conforto se torna materialmente possível. A economia deu sinais de que não iria parar de crescer, e a Grande Depressão foi definitivamente afastada da memória. Em lugar de trabalhadores, uma mão-de-obra a ser explorada, temos de nos relacionar agora também como consumidores de bens. A máquina se auto alimentava de forma incrível: gastos governamentais em armamentos, pois a guerra fria se manifestou principalmente assim; abundância de empregos e abundância de consumo, chegando a um nível em que *o povo americano, em uma geração, passara da pobreza e depressão para o mais alto nível de vida que o mundo jamais havia conhecido.* (DIVINE, 1992, p. 635).

Nesses anos também temos movimentos famosos que marcaram como a caça as bruxas anticomunista, empreendida pelo Senador Joseph R. MacCarthy;²⁹ o início da luta pelos direitos civis dos negros, a Guerra Fria e a Guerra da Coréia esquentando as disputas entre EUA e a URSS, assim como o satélite Sputnik sendo levado ao espaço por russos, difusão massiva do jazz. Parece ser importante, no entanto, destacar principalmente a surgimento dos primeiros críticos da sociedade de consumo. Os beatniks, provavelmente expressão mais radical desse movimento crítico – que segundo DIVINE (1992) deve o nome a múltiplas referências, todas possíveis e prováveis: uma influência budista na procura de beatitude, um estado de paz ou graça interior; a batida do jazz conhecida como “beep bop”, o satélite russo, numa provocação fonética. Acreditamos que é uma mistura de tudo isso, pois não podemos deixar de acreditar que nessa época tudo se conecta com tudo. Os beatniks se

²⁹ Esse movimento conhecido como macarthismo, ou macartismo, foi deflagrado no dia 12 de fevereiro de 1952, quando por ocasião do aniversário de Lincoln, o Senador McCarthy declarou: “Tenho aqui na minha mão uma lista com 205 nomes, indicados ao Secretário de Estado como sendo membros do Partido Comunista e que, no entanto, ainda estão trabalhando e planejando a política do Departamento de Estado” (DIVINE, 1992, p. 641). **Macartismo** (em inglês *McCarthyism*) é o termo que descreve um período de intensa patrulha anticomunista nos Estados Unidos que durou do fim da década de 1940 até meados da década de 1950. Foi uma época em que o medo do Comunismo e da sua influência em instituições estadunidenses tornou-se exacerbado, juntamente ao medo de ações de espionagem promovidas pela União Soviética. Originalmente, o termo foi cunhado para criticar as ações do senador estadunidense Joseph McCarthy, tendo depois sido usado para fazer referências a vários tipos de condutas. Durante o Macartismo, muitos foram acusados de ser comunistas, tornando-se objeto de investigações agressivas. A maior parte dos investigados pertencia ao serviço público, à indústria do espetáculo, professores e sindicalistas. As suspeitas eram freqüentemente dadas como certas mesmo com investigações baseadas em conclusões parciais e questionáveis, além da magnificação do nível de ameaça que representavam os investigados. Muitos perderam seus empregos, tiveram a carreira destruída e alguns foram até mesmo presos. A maioria das punições foi posteriormente ilegítimada por veredictos dos judiciais. Embora suas acusações não fossem comprovadas, seu jogo de denunciamento e acusações múltiplas provocaram uma grande desestabilização política, em que durante mais de quatro anos todos virtualmente podiam ser acusados de comunistas e traidores. Mesmo após ser desmascarado em rede pública de TV o estrago proporcionado pela difusão dessa prática denunciadora, que se aliava a nova questão imposta pela lealdade foi gigantesco: listas negras de artistas de TV, Radio e Cinema, livros considerados esquerdistas proibidos, juramento de lealdade. A dissidência política foi profundamente condenada nesses anos.

preocupavam principalmente com o materialismo dessa década. O conformismo com as condições americanas é algo a ser criticado em poesias e contos. Talvez o grande problema tenha sido a prosperidade americana afastando qualquer possibilidade de transcendência para além dos prazeres mundanos. Para além disso, os beats pode-se dizer que ofereceram uma forma inconformista de protesto que nos anos 1960 será deslocada para um viés mais rebelde, libertário que, como em algumas outras correntes, será englobada em um amplo movimento conhecido como contra-cultura.

Esses mesmos anos 1950 Marshall Berman, se torcemos³⁰ um pouco o seu pensamento, vai entender como o momento em que a modernidade se dobra sobre si mesma, nessa construção de um novo mundo. Teríamos agora tudo o que chamamos até agora de hiperdesenvolvimento econômico e subjetivo da sociedade de consumo, da sociedade e disciplinar em escala mundial, em outras palavras, americanização do mundo abarcado por esse dobrar-se. É o “mundo da via expressa”, quando ruas dão lugar a auto-estradas, que se desenvolve, maximizando seu poder:

O mundo da via expressa, o meio ambiente moderno que surgiu após a Segunda Guerra Mundial, atingira o pináculo de poder e autoconfiança nos anos 1960, nos Estados Unidos da Nova Fronteira, da Grande Sociedade, da nave Apolo na Lua (...) Os fomentadores e adeptos do mundo da via expressa o apresentavam como único mundo moderno possível: opor-se a eles e as suas obras era opor-se à própria modernidade, fugir a história e ao progresso, tornar-se m ludita, um escapista, um ser temeroso da vida e da aventura, da transformação e do crescimento. Essa estratégia pareceu eficaz porque, na realidade, a asa maioria dos homens e mulheres modernos não pretende resistir à modernidade: eles sentem a sua excitação e crêem na sua promessa, mesmo quando se vêem em seu caminho. (BERMAN, 1986, P. 352).

Os anos 1960, embora ainda banhado pela prosperidade para que pudesse ser chamado de um ano quente, entendendo por isso, uma maior agitação da sociedade, uma maior mobilização e organização de grupos na luta por direitos. Uma maior mobilização e organização de grupos na luta contra o governo e suas atitudes – Guerra do Vietnam foi a principal. Mas acima de tudo temos a entrada em cena do jovem, dos estudantes como atores

³⁰ Chamarei de torção o movimento de fuga do jogo contraditório analisado por Berman. Para ele a modernidade do século XIX estaria sendo dialeticamente destruída, para formar uma nova modernidade e ele vai apontando esse movimento de destruição do ponto de vista urbano e cultural. Segundo suas próprias palavras: “Um dos temas centrais desse livro tem sido o destino de *tudo o que é sólido*, na vida moderna, *desmancha no ar*. O dinamismo inato da economia moderna e da cultura que nasce dessa economia aniquila tudo aquilo que cria – ambientes físicos, instituições sociais, idéias metafísicas, visões artísticas, valores morais – a fim de criar mais, de continuar infidavelmente criando o mundo de outra forma” (BERMAN, 1986, p. 323).

políticos consideráveis. Essa é uma emergência mundial, que tem na América seu palco maior, pois a rebelião estudantil lá operada foi capaz de questionar valores tradicionais e ainda levar a cabo a produção de novos valores: denúncia do machismo e a produção de novas subjetividades femininas; denúncia da cidade e seu modo de vida, e o contraponto valorativo da natureza, conhecido como movimento *hippie*; quebra da sexualidade tradicional pelo surgimento de subjetividades homossexuais, dos quais Allen Ginsberg³¹ é o maior expoente na literatura; quebra da consciência pela experimentação de drogas, dos quais a figura de Timothy Leary³² se sobressai. No entanto:

alguns homens anseiam pela revolução, mas quando você se revolta e constitui seu novo governo você descobre que o seu novo governo é ainda o velho papai de sempre, tendo apenas colocado uma nova máscara de papelão (...) o que esses malditos revolucionários que ficam zanzando ao redor do meu apartamento bebendo a minha cerveja e comendo a minha comida e exibindo as suas mulheres precisam aprender é que a coisa precisa vir de dentro pra fora. Não se pode dar a um homem um novo governo como se fosse um novo chapéu e esperar um homem diferente dentro desse chapéu. Ele ainda vai continuar com as suas predisposições de merda e uma barriga cheia e uma coleção completa de Dizzy Gillespie não vai mudar isso. (BUKOWSKI, 2000, p. 91-94)

Tínhamos uma grande rebelião nas artes dos anos 1960 na América, em quase todos os gêneros. Além do engajamento desta, podemos apontar como sua característica, ou movimento mais interessante, o deslocamento de sua preocupação com o que se passava nas ruas, que então perdiam o protagonismo na vida social. Era até mesmo nas ruas que a arte de se desenvolvia, se criava, mais do que falava sobre. Ela se agenciava com a vida das ruas. É a emergência de vários ativismos, uma verdadeira onda, ou rede, de ativismos e engajamentos, como nos mostra a figura do intelectual engajado criada por Sartre, que varria a vida política em todas as suas dimensões.

É no decorrer dessa década que milhões de pessoas vão correr para as cidades norte americanas, pessoas negras, hispânicas que passaram a acreditar na América, que agora lutava em uma *nova fronteira*. O Governo J. F. Kennedy estabelece internamente uma nova tarefa: a superação de problemas históricos como a pobreza e a discriminação racial – a isso ele chama

³¹ Allen Ginsberg é provavelmente o mais influente poeta da *Beat Generation*, dos anos 1950. Seu poema “O Uivo”, de 1955, foi um marco do protesto e chocou pelo inconformismo material, apologia de drogas e do sexo livre. Foi censurado por ser considerado pornográfico. Colocou em cena o amor gay.

³² Timothy Leary é provavelmente o maior militante da positividade da experiência com drogas como possibilidade de liberar das formações históricas herdadas por cada um socialmente. Professor de Psicologia de Harvard, difundiu entre seus alunos o uso do LSD, utilizou-o em no trabalho com detentos do sistema penitenciário, afirmando que conseguira grandes avanços na “recuperação” desses. Foi demitido e perseguido pela polícia e por políticos, acabando preso. Da cadeia foge e se exila na Argélia e depois na Europa.

de “Nova Fronteira”. O sonho se tornava possível para todos. Martin Luther King³³ tinha um sonho, que dizia em uma certa parte:

Eu digo a você hoje, meus amigos, que embora nós enfrentemos as dificuldades de hoje e amanhã. Eu ainda tenho um sonho. É um sonho profundamente enraizado no sonho americano.

Eu tenho um sonho que um dia esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença - nós celebraremos estas verdades e elas serão claras para todos, que os homens são criados iguais (Anexo IV).

Esse sonho era possível, pois estava nos Estados Unidos que também era um sonho possível. Malcolm X³⁴ e os “Panteras Negras”³⁵ acreditavam em uma “América Negra”, a ser fundada, uma espécie de terra prometida a ser conquistada dentro do continente americano, construído pelos braços de escravos negros. O homem americano chegara na Lua.

Os anos 1960 são marcados pela emergência de uma nova esquerda, uma *new left*, que na Inglaterra vai consistir na importante revista que aglomerou inúmeros historiadores, e estudiosos das humanidades em geral: a *New Left Review*, com nomes como Eric J. Hobsbawm, Edward Palmer Thompson, Perry Anderson, Gopal Balakrishna, Robin Blackburn, entre outros – que inclusive vão influenciar decisivamente a historiografia brasileira da década de 1980. Esse amplo movimento que tem sua emergência deflagrada no contexto norte americano de rebeldia dos anos 1960 é atravessado por vários movimentos: os assassinatos de políticos considerados mais a esquerda para o espectro político norte americano como os irmãos Kennedy e Martin Luther King; a rebeldia dos estudantes em

³³ Martin Luther King foi um pastor e ativista político estadunidense, o mais importante e influente militante negro da causa dos direitos civis principalmente para negros e mulheres. Pertencente à Igreja Batista, tornou-se conhecido nos Estados Unidos e no mundo, através de uma campanha de não-violência e amor ao próximo. Se tornou a pessoa mais jovem a receber o Prêmio Nobel da Paz em 1964, pouco antes de seu assassinato. Seu discurso mais famoso é “I have a dream”, no qual falava da necessidade de união e coexistência harmoniosa entre negros e brancos no futuro. O discurso, realizado no dia 28 de agosto de 1963 nos degraus do Lincoln Memorial em Washington como parte da Marcha de Washington por Emprego e Liberdade, foi um momento decisivo na história do Movimento Americano pelos Direitos Civis. Feito em frente a uma platéia de mais de duzentas mil pessoas que apoiavam a causa, o discurso é considerado um dos maiores na história.

³⁴ Malcolm X foi um dos maiores defensores dos direitos dos negros nos Estados Unidos. Fundou a “Organização para a Unidade Afro-Americana”, de inspiração socialista. Viveu a adolescência nas ruas e enquanto esteve preso descobriu o islã, mudando o nome para El-Hajj Malik Al-Shabazz. Foi assassinado em 21 de fevereiro de 1965 quando de um discurso no Harlem. O processo da morte de Malcolm foi arquivado por falta de provas.

³⁵ Partido negro revolucionário fundado em 1966 em Oakland - Califórnia, por Huey Newton e Bobby Seale, originalmente chamado Partido Pantera Negra para Auto-defesa. A finalidade original do partido era patrulhar guetos negros para proteger os residentes dos atos de brutalidade da polícia. Os Panteras tornaram-se eventualmente um grupo revolucionário marxista que defendia o armamento de todos os negros, a isenção dos negros no pagamento de impostos e de todas as sanções da chamada “América Branca”; a libertação de todos os negros da cadeia, e o pagamento de compensação aos negros por séculos de exploração branca. Sua ala mais radical defendia a luta armada. No apogeu de suas popularidade e ramificação o número de membros dos Panteras Negras excedeu 2 mil e coordenou sedes nas principais cidades. Desfez-se em meados dos anos de 1980, após uma série de conflitos armados com a polícia e ter seus principais membros presos e mortos.

universidades e sua emergência política; a Guerra do Vietnam e a crescente mobilização de resistência ao recrutamento e seus efeitos políticos internos e externos; o que se pode chamar de arejamento do pensamento marxista – sua libertação dos padrões burocráticos e do stalinismo³⁶.

Essa nova esquerda, como credita Luiz Carlos Maciel, é impulsionada pela emergência dos estudantes como atores políticos. Em todo os Estados Unidos organizações de universitárias se organizavam com tendências esquerdizantes. Cronologicamente falando a mais importante delas foi o SNCC (Studente Non-Violent Coodinating Committe). Essa organização começou com um tom religioso, em 1960, liderada por um discípulo de Martin Luther King e já em 1966 era tida como uma organização radical, ligada a problemática dos direitos civis negros, ao sul dos Estados Unidos. Outra organização de fundamental importância foi o SDS (Student for Democratic Society), fundamentalmente ligada à juventude de classe média branca, também de inclinações esquerdistas e profundamente marcada pelo pacifismo.

A contracultura, Luiz Carlos Maciel (Maciel,1987, p. 95) prefere esquematizar em três momentos, que seria do hedonismo, da politização e do misticismo. A primeira, que seria o grande impulso inicial do movimento, estaria na rejeição da vida material e confortos proporcionados pelo capitalismo. A saída passava por uma certa recomposição de relações com a “natureza”. Destaca-se o movimento de uma nova subjetivação proposta: a impotência perante os sistemas capitalisticos e sua difusão de valores, permite uma mudança nos âmbitos das subjetividades individuais, as quais caberia a tarefa de rejeitar essa valoração de mercado,

³⁶ Stalinismo ou Estalinismo é a designação coloquial do ramo da teoria política e do sistema político e económico socialista implementado na União Soviética por Josef Stalin e demais regimes semelhantes. São aspectos comuns do stalinismo, entre outros a radicalização da ditadura do proletariado e do regime de partido único; centralização dos processos de tomada de decisão no núcleo dirigente do Partido; burocratização do aparelho estatal; intensa repressão a dissidentes políticos e ideológicos; culto à personalidade do(s) líder(es) do Partido e do Estado; intensa presença de propaganda estatal e incentivo ao patriotismo como forma de organização dos trabalhadores; censura aos meios de comunicação e expressão; coletivização obrigatória dos meios de produção agrícola e industrial; militarização da sociedade e dos quadros do Partido. O termo utilizado em países da antiga União Soviética para designar o stalinismo (e que continuou sendo usado por aqueles que apoiaram a política de Stalin) é simplesmente marxismo-leninismo, como se designava oficialmente a doutrina revolucionária na URSS. O chamado stalinismo se concentra em interpretar e aplicar as idéias de Marx e Lenin e construir um sistema político que dizia adaptar as idéias marxistas-leninistas às necessidades mutantes da sociedade. O stalinismo no mundo inteiro sofreu um forte revés com a decisão do dirigente soviético Nikita Khrushchov de renegar o legado de Stalin, no discurso secreto proferido no XX Congresso do PCUS (23 de fevereiro de 1956), ao "denunciar os crimes" que seu antecessor teria cometido durante as décadas de sua gestão à frente da URSS. Segundo o dirigente, os expurgos, os gulags, os campos de trabalho forçado, a fome e as execuções sumárias somadas teriam provocado a morte de milhões (cifras variam de 5 a 20 milhões de indivíduos) de cidadãos soviéticos. Com as acusações de Khrushchov, que também criticou o "culto à personalidade" dos líderes socialistas, militantes e partidos comunistas de vários países optaram por reavaliar o alinhamento às diretrizes de Moscou e a adoração a Josef Stalin, às vezes por autocrítica, outras por revisionismo. Tal processo ficou conhecido como "desestalinização".

na busca verdadeira de felicidade. Uma nova relação com a sexualidade era tentada, tendo por partida a necessidade de se liberar das repressões impostas pela tradição puritana. Drogas alucinógenas, mais destacadamente o LSD e a Maconha eram utilizadas nessa nova experimentação subjetiva. Essa primeira “geração” estaria marcada fundamentalmente pelas comunidades *hippies*, onde essa experimentação era possibilitada. Williem Reich, Herbert Marcuse, Jean Jacques Rousseau, assim como o socialista utópico Charles Fourier foram influências teóricas para o movimento.

A politização do movimento, para Luiz Carlos Maciel seria uma necessidade imposta pela inviabilidade da proposta *hippie* frente as reações violentas dos poderes constituídos, entendidos como “o sistema”. O grande impacto para essa politização seria a grade Revolução mundial de maio de 1968, a chamada “Revolução sem lugar”. Nos Estados Unidos temos a invenção do *yippie*, que seria um cruzamento do *hippie* com a New Left norte americana. Nas marchas em Chicago e nas convenções do Partido Democrata, sua grande marca era o humor e as fantasias, tendo certa concepção da alegria como elemento político, a retomada da capacidade de usar a brincadeira e os jogos: alegria vs. seriedade.

Na sua esquematização, Luiz Carlos Maciel diz que da mesma forma que os *beatniks* fora sucedidos pelos *hippies*, estes o foram pelo *yippie*. Não me parece factível essa proposta. Não consigo localizar uma linha de continuidade entre eles, que essa análise dialética propõe. Vejo mais um entrecruzamento generalizado, produzindo diferenças estéticas e novas possibilidades de subjetivação. Ainda assim, podemos acompanhar sua caracterização do movimento *yippie*, que deriva da sigla YIP – *Youth International Party*, ou Partido Internacional da Juventude. Sua marca de diferenciação também passa pela abertura às formas de participação política tradicionais. Eles se inserem fundamentalmente na ascensão da juventude como ator político.

Acerca da concepção místico—esotérica da contracultura Luiz Carlos Maciel diz:

O que o caracterizou, foi a mistura delirante de todos os êxtases: Tibet, Índia, parapsicologia, zen-buudismo, realismo mágico, discos voadores, astrologia, bolas de cristal, macumba (vodu, para eles), iluminações psicodélicas e espiritismo puro e simples estavam, todos, misturados no mesmo saco místico da contracultura. A revista *Newsweek* publicou uma reportagem sobre o vigoroso crescimento das chamadas “ciências ocultas” nos Estados Unidos. A contrapartida da violência política que varria o país foi a mágica religiosa. A onde se espalhou e alagou todos os países Ocidentais. (MACIEL, 1987, p. 98)

É fundamental situar nessa ascensão da juventude um certo protagonismo pela maior expressão estético musical: o *Rock'n'Roll*.

A década dos 60 assistiu a um fenômeno de dimensões psicológicas, sociais e culturais que nenhuma teoria foi capaz de prever. De maneira espontânea, quase súbita, a juventude dos países industrializados, em particular os anglo-saxões, começou a negar todo o modo de vida ocidental, abandonando suas tradições tidas como mais firmes e contestando quase todos os seus valores, mesmos os mais sagrados. Nossa civilização viu-se, assim, repentinamente diante da possibilidade de uma mudança radical de rumo, promovida exatamente por aquele setor da população supostamente destinado a manter tais tradições, respeitar tais valores e assegurar a sobrevivência desta cultura no futuro, isto é, a juventude de classe média. E a música foi o seu principal meio de expressão e veículo de comunicação. Novas culturas nascem sempre como música e como poesia, assegura Nietzsche, e foi assim que nasceu o rock contemporâneo (MACIEL, 1987, p. 123).

Esse movimento nasce também na década de 1950, com negros a sua frente, como Chuck Berry e Lithe Richards, culminando no fenômeno Elvis Presley – branco. Já nessa época existe o que se pode chamar de certo embrionarismo das principais questões levantadas que são a provocação e a sexualidade manifestadas nas letras e na música de Elvis. Nos anos 1960 o rock se massifica e atinge grandes proporções como os festivais de Woodstock³⁷ comprovam. Ainda assim, eles foram capturados, transformados em mercadoria e sua rebeldia em estilo a ser vendido e comprado:

A banda estava no palco, um som ensurdecador, gigante, 25.000 pessoas. Havia uma vibração, mas foi breve. Era muito simplório. Acho que as letras seriam legais se você conseguisse ouvi-las. Provavelmente, falavam de Causas, Decências, Amor achado e perdido etc. As pessoas precisam daquilo – anti-sistema, anti-país, anti-alguma coisa. Mas uma banda milionária e bem sucedida como aquela, independente do que disser, AGORA FAZIAM PARTE DO SISTEMA. (BUKOWSKI, 2003, p. 138).³⁸

³⁷ O Festival de Música e Artes de Woodstock foi o mais importante festival de música de sua época. Foi realizado em uma fazenda em Bethel, Nova Iorque, durante os dias 15, 16 e 17 de agosto de 1969 e, embora tenha sido projetado para 50 000 pessoas, mais de 400 mil compareceram, a maioria das quais não pagaram o ingresso. Participaram do evento artistas ligados a diversos estilos musicais que de alguma forma se relacionavam com as propostas do movimento hippie: o folk, com seu pacifismo e sua contundente crítica social, o rock, o blues, a cítara de Ravi Shankar, representando a presença marcante da influência oriental na contracultura, entre outros. Todo o evento provocou uma grande confusão, com rodovias congestionadas e Bethel sendo ocasionalmente considerada "área de calamidade pública". O Festival de Woodstock representou um marco no movimento de *contracultura* dos anos 60, e de alguma forma pode ser considerado o auge do movimento hippie. Para alguns, não foi somente o auge, mas também o fim do movimento, ou o início do fim.

³⁸ Texto retirado do diário eletrônico escrito por Bukowski e referente ao encontro dele com a mega banda de rock U2. Embora Bono Vox, líder e vocalista da banda, fosse fã de Bukowski, tendo composto uma música (*Dirty World*) inspirada em alguns de seus poemas, e ainda tivesse dedicado o show a Bukowski e sua esposa, ele não conseguiu prestar atenção no show, nem na conversa que tiveram. Preferiu ficar bêbado, para não ter de participar daquilo tudo.

É importante indicar que embora a rebeldia pudesse estar junto com os beatniks, a “contracultura”, e a resistência negra – a luta deles era por direitos, o direito de sonhar – não se pode dizer que se constituiu aí um modo de vida alternativo. De alguma forma, podemos ver que eles acreditavam na América. Essa agitação toda não foi capaz de oferecer uma alternativa ao Sonho Americano. De uma certa forma ele capturou, ou colocou dentro de suas engrenagens todas essas novas subjetividades, de uma certa forma era como se o Sonho Americano permitisse isso.

Em um diálogo de seu livro mais famoso, *Notas de um velho safado*, Bukowski (2000, p. 16-17) nos aponta em um trecho absolutamente banal:

e o Elf? recordam-se? o cara com quem eu briguei no meu quarto. bem, durante a guerra ele foi morto por uma rajada de metralhadora. eu soube que ele ficou de cama durante um longo período, 3 ou quatro semanas antes de partir. e a coisa *mais estranha*, ele me disse, não ele me perguntou “suponha que algum ESTÚPIDO filho duma puta ponha o seu dedo numa metralhadora e me corte ao meio?”

“então a culpa será sua.”

“bem, eu sei que você não vai morrer na frente de nenhuma maldita metralhadora.”

“você ta certo pra caralho, cara, não vou mesmo. a não ser que seja uma das do Tio Sam”

“ora, vá se foder! eu sei que você ama o seu país. eu posso ver nos seus olhos! é amor, amor de verdade!”

Foi então que eu bati nele pela primeira vez. (BUKOWSKI, 2000, p. 16-17)

Podemos apontar o que talvez seja a maior potência de seu texto: o sonho americano deve deixar de existir, devemos destruí-lo até que não sobre mais nada. Não se pode ter nenhuma relação de gratidão e amor a uma máquina terrível que certamente está matando neste exato momento milhares de pessoas. Não há uma América pura e perfeita, que possa ser reencontrada e reinventada, para então ser entregue à humanidade, dada de presente pelos EUA.

eu vejo Timothy
Leary
passando de
mesa em mesa
nas festas
esperando ser
reconhecido

(...)

eu vejo Ginsberg

que antes Uivava
 agora miando
 como professor no Brooklyn. (BUKOWSKI, 2005, p.142-143) ³⁹

Seus contemporâneos ainda estão presos a essa possibilidade extremamente capturável. Se Aileen Ginsberg é o mais famoso poeta “Beat”, e melhor tenha rejeitado os valores do “american way of life”, assim como os demais poetas e romancistas – e aí destaque Jack Kerouac e sua maior obra *On the road* – rejeitando eles colocariam no lugar dessa América decaída, uma outra, original, selvagem como Dean Moriarty (personagem principal do livro de Kerouac): único e contagiante. A resposta para o mal do século está lá desde sempre, pronta para ser encontrada pelos mais ousados. Um dos livros mais críticos de Ginsberg, se chama, não casualmente, “A queda da América”. Algo que cai, certamente merece ser levantado.

Uma coisa que faltou à história norte americana foi que alguém dissesse que a mudança deveria vir de um corte radical, em que o novo nada tivesse a ver com o velho, a não ser o fato dele diferir. Essa eterna busca das origens, certamente prejudicou à todos em qualquer lugar, mas principalmente os movimentos de libertação e revolucionários norte americanos:

...os dias dos
 chefes, homens covardes
 com mal hálito e pesões, homens
 que parecem sapos, hienas, homens que andam
 como se não houvesse o ritmo, homens
 que pensam ser inteligente contratar e despedir e
 lucrar, homens que possuem esposas gastadeiras
 como possuem 60 acres a serem semeados
 ou exibidos ou defendidos dos
 incompetentes, homens que o matariam
 porque são loucos e explicam que
 é a lei, homens que ficam de frente para
 janelas de 10 metros e não vêem nada,
 homens com iates luxuosos que podem navegar
 mundo afora e ainda assim não sair de seu
 mundinho, homens que são como caracóis, como enguias,
 (como)
 lesmas, e ainda piores...

e nada garante seu último salário
 no porto, na fábrica, no hospital, na
 indústria de aviões, na galeria barata, na
 barbearia, no emprego que você não queria

³⁹ Ver Anexo II.

mesmo.
 imposto de renda, doença, servidão, braços
 quebrados, cabeças quebradas – todo o estofo
 à mostra como em um travesseiro velho. (BUKOWSKI, *apud*
 HOUNES, 2000, p. 83).

É possível escapar do sonho americano, fugir dele e criar uma outra opção, por mais difícil e estranho que possa parecer? Afinal de contas quem jogaria fora uma bela casa no subúrbio, cheia de eletrodomésticos, uma esposa e três filhos, várias horas de televisão por dia, acompanhada de boas gargalhadas? A aposta é que devemos jogar tudo isso fora, para que só então algo novo possa aparecer?

2.5 Da correção e punição: Disciplina.

A sociedade disciplinar, embora esboçada nas duas últimas conferências de “A verdade e as formas jurídicas” (1996), encontra-se melhor esmiuçada no livro “Vigiar e Punir” (1975), mas precisamente na terceira parte “Disciplina”. No entanto, essas sociedades podem ser chamadas de disciplinares por operarem relações de controle social, de vigilância, como a manifestação por excelência do poder. A marca dessa tecnologia seria produzir um novo indivíduo que antes não existia, capaz de ser inserido em uma nova máquina social: a industrial. Uma série de técnicas de poder foram necessárias para que o corpo do homem e seu tempo de vida fossem gradualmente convertidos em tempo de trabalho e força de trabalho, fixados em um aparelho de produção. Para que houvesse produção, foi antes necessário forjar esse trabalhador capaz de operar economicamente na sociedade capitalista. O que fica marcado é que a ligação do homem com o trabalho é um efeito desse poder disciplinar, que invadirá uma série de instituições, uma a uma, mas não se restringirá a elas. Na verdade, isso passa por uma certa relação com o corpo, que exigirá a produção de uma nova conduta com tendências universalizantes pelo *socius*. Dito de outra forma: a produção de *corpos dóceis* utiliza *os recursos para um bom adestramento* e tem no *panoptismo* o modelo de sociedade.

Começamos pelo corpo trabalhado. No século XVIII, temos uma progressiva preocupação com o corpo, mas mais precisamente uma preocupação com a utilidade do corpo

humano. Como poderemos obter um resultado melhor dos gestos produzidos por esse corpo é a questão:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter o domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz ele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 1987, p. 119).

Nesse sentido o que vamos fazer agora é entender como essa nova operatória do poder, o poder disciplinar opera, para pensar então a produção de marginalidade neste. Como nos conta Foucault, o poder disciplinar procede como uma distribuição dos indivíduos no espaço. Para tanto utiliza diversas técnicas: 1) o princípio de clausura, ou seja, o encarceramento, que também vai ser chamado de seqüestro; 2) o princípio do quadriculamento, que é a arte das distribuições; 3) o princípio das localizações funcionais e ainda 4) a intercambialidade dos elementos.

O que é importante que tenhamos em mente é que a emergência desse poder está intimamente ligada a necessidade de se produzir novas subjetividades operárias, produtivas. Esse indivíduo por vezes vai estar preso em um lugar, onde se possa extrair o máximo de vantagens dele, onde pode estar com outros, onde será vigiado, avaliado e deixará de ser uma incógnita. Esse lugar será dividido em tantas unidade quanto forem os elementos presentes, mapeando as presenças e localizações: *procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico* (FOUCAULT, 1975, p. 123). Esse mapa é fundamentalmente para a construção de um espaço útil que, se num primeiro momento atende a uma finalidade terapêutica de separação de indivíduos de acordo com os sintomas que

apresentam, posteriormente, com uma velocidade não menos surpreendente, a utilidade desse espaço administrável é claramente econômica:

Sob a divisão do processo de produção ao mesmo tempo que ela, encontramos, no nascimento da grande indústria, a decomposição individualizante da força de trabalho; as repartições do espaço disciplinar muitas vezes efetuaram uma e outra. (FOUCAULT, 1975, p. 125).

É importante apontar que na disciplina o fundamental não é nem o território nem o lugar, atendendo a unidades espaciais tanto de dominação quanto de residência, mas a posição. É o fato de todos os elementos que ocupem uma mesma posição serem intercambiáveis. Ela constrói uma rede de relações, em que os corpos podem circular segundo a organização que se quer. Como já afirmamos, a disciplina pode ser terapêutica, pedagógica, econômica, mas atendendo sempre ao imperativo positivo de produtividade.

Foucault (1975) nos indica que essas técnicas vão compor um quadro vivo, em que multiplicidades poderão enfim ser organizadas, em que toda a confusão das grandes aglomerações vai poder ser conjurada, decodificada, entendida, utilizada em última instância, por assim dizer.

O controle do corpo nessas atividades desenvolvidas se dá por uma nova relação com o tempo. Segundo uma nova disposição do tempo de cada unidade mapeada. O tempo será cuidadosamente dividido e empregado, no sentido de obliterar qualquer perturbação de sua duração útil. É assim que surgem novas virtudes para esse corpo como a “aplicação”, a “exatidão” e a “regularidade”, que só fazem sentido em um contexto de exercícios. Os atos são decompostos segundo um programa a ser cumprido, permitindo assim que através do tempo, os mecanismos de poder possam constituir esse próprio corpo. Esse corpo e o gesto passam a compor um *continuum*, em que nada será supérfluo no tempo em que se entregam um ao outro: corpo e gesto, um corpo disciplinado produzindo um gesto eficiente. Essa eficiência é garantida pela estreita regulamentação da relação entre corpo e objeto, em que cada um se liga ao outro especificamente, em uma manipulação única. Assim podemos ainda afirmar que a disciplina é um movimento crescente em direção a uma produtividade máxima de um corpo docilizado. Vejamos isso de uma outra forma:

12 horas por noite, mais os supervisores, mais os escriturários, mais o fato que você mal podia respirar naquele açougue, mais a comida estragada do refeitório “sem fins lucrativos” (...) O método do posto não era nada com o BC1 que continha 1/3 das ruas da cidade e como elas eram divididas em números por zonas. Eu morava numa das maiores cidades dos Estados

Unidos. O que significava um bocado de ruas (...) Você tinha 90 dias para passar em cada teste, 3 chances, 95 por cento ou mais, 100 cartas numa gaiola de vidro, 8 minutos, e se você falhasse eles o deixariam tentar ser o presidente da General Motors, como o homem dissera. Para os que conseguissem, os métodos ficariam mais fáceis, da segunda ou da terceira. Mas com 12 horas por noite e os dias de folga cancelados, eram demais para a maioria. Do nosso grupo original de 150 ou 200 havia apenas 17 ou 18 restantes.

– Como posso trabalhar 12 horas por noite, dormir, comer, tomar banho, ir, voltar, pegar a roupa na lavanderia, o gás, o Aluguel, troca pneus, fazer todas as pequenas coisas que devem ser feitas e ainda estudar o método; perguntei a um dos instrutores na sala de treinos.

– Faça tudo sem dormir, ele me disse. Olhei para a cara dele.

Ele não estava tocando Dixie na gaita. O desgraçado falava sério. (BUKOWSKI, 1984, p. 80).

As disciplinas são uma forma de converter o tempo em utilidade, de extrair da duração uma certa rentabilidade; *uma apropriação do tempo das existências singulares* (FOUCAULT, 1975, p 133). Não é a toa que elas esquadrinham o espaço e se embrenham no jogo de composição e decomposição das atividades ali realizadas. Elas o fazem por quatro processos bem definidos esquematicamente. Primeiramente a decomposição dessa duração em *seqüências, separadas e ajustadas*; em segundo lugar essas seqüências vão ser combinadas segundo o princípio de uma complexidade crescente; por terceiro vemos que cada unidade temporal vai ser separada por uma espécie de teste, que funcionará como uma prova de evolução dentro desse esquema e, por fim, teremos séries de séries, ou seja, cada esquema temporal prenderá um grupo de indivíduos, que terão seus exercícios próprios, específicos.

Os procedimentos disciplinares revelam um tempo linear cujos momentos se integram uns nos outros, e que se orienta para um ponto terminal estável. Em suma, um tempo “evolutivo”. Ora é preciso lembrar que no mesmo momento as técnicas administrativas e econômicas de controle manifestavam um tempo social tipo serial, orientado e cumulativo: descoberta de uma evolução em termos de “progresso”. As técnicas disciplinares, por sua vez fazem emergir séries individuais: descoberta de uma evolução em termos de “gênese”. Progresso das sociedades, gênese dos indivíduos, essas duas grandes “descobertas” do século XVIII são talvez correlatas das novas técnicas de poder e, mais precisamente, de uma nova maneira de gerir o tempo e torná-lo útil, por recorte segmentar, por seriação, por síntese e totalização. Uma macro e uma microfísica do poder permitiram, não uma invenção da história (já a um bom tempo ela não precisava ser inventada), mas a integração de uma dimensão temporal, unitária, cumulativa no exercício dos controles e nas praticas de dominações. A historicidade “evolutiva”, assim como se constitui então – e tão profundamente que ainda hoje é para muitos uma evidência – está ligada a um modo de funcionamento do poder, da mesma forma que a “história-rememoração” das crônicas, das genealogias, das proezas, dos reinos e dos atos esteve muito tempo ligada a uma outra modalidade de poder. Com as

novas técnicas de sujeição, a “dinâmica” das evoluções contínuas tende a substituir a “dinástica” dos acontecimentos solenes. (FOUCAULT, 1975, p. 136).

Um efeito que não podemos deixar de perceber é que a disciplina compõe uma máquina. Uma máquina na qual os corpos são não mais que engrenagens, microelementos em uma máquina multissegmentar. A composição de tempos inerentes e específicos de cada corpo também funciona como engrenagem, que, como tais, deve estar bem ajustados para um bom funcionamento da máquina. Essa máquina humana não poderia funcionar bem se não tivesse ordens sendo emitidas e obedecidas, mas de tal forma que temos uma cadeia de comando, e não uma discussão de funcionamento. Ordens dadas e obedecidas imediatamente, um jogo de estímulo e resposta, sinalização e ação.

Uma conclusão tirada por Foucault acerca dessa relação especial que a disciplina dedica sobre o corpo, é que ela é responsável pela formação de uma individualidade. Para a formação dessa individualidade, essa relação de poder *utiliza quatro grandes técnicas: constrói quadros; prescreve manobras; impõe exercícios, enfim, para realizar a combinação das forças, organiza “táticas”* (Foucault, 1975, p. 141). Sobre essa ação sobre o corpo. Sem dúvida alguma disciplina produz o que se pode chamar de quatro faces de uma individualidade específica: a primeira pode ser definida pela repartição espacial, configurando uma individualidade celular; a segunda pela codificação das atividades, configurando uma individualidade orgânica; a terceira pela acumulação do tempo, configurando uma individualidade genética e a quarta pela composição das forças, configurando uma individualidade igualmente combinatória.

A produção de condutas específicas, uma pretensão da disciplina, apresenta talvez uma das mais importantes contribuições para o que ainda vai se constituir como uma filosofia política: o poder disciplinar não é algo que se constitui no sentido de barrar, retirar, não se manifesta por seu caráter negativo e conceitualmente como um obstáculo às condutas, mas um amalgamador de potências para se obter um efeito ainda maior. Mais especificamente o poder disciplinar:

Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes. “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de

seu exercício (...) Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do Estado. E são eles justamente que vão pouco a pouco invadir essas formas maiores, modificar-lhes os mecanismos e impor-lhes seus processos. O aparelho judiciário não escapará a essa invasão, mal secreta. O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame. (FOUCAULT, 1975, p. 143)

Para o funcionamento da disciplina, existe um dispositivo de vigilância fundamental que opera um jogo de observação, uma certa ótica do poder, que induz efeitos de poder. Eles tornam visíveis aqueles sobre os quais recai o poder exercido. Inclusive temos um importante deslocamento que vai afetar toda a arquitetura: ela deixa de ser voltada *para ser vista*, ou para observar o que se passa fora, e passa a tornar visíveis aqueles que se encontram no seu interior. Essa mesma arquitetura opera no sentido de transformar os indivíduos em seu interior em alguma coisa. Ela os oferece – utilizando um jogo de luzes: “ser visto e não ser visto” – para o poder agir sobre o comportamento, a favor da construção de um conhecimento sobre os indivíduos observados. Ainda mais que o círculo, a forma de pirâmide é a que melhor exprime essa função de vigilância pois admite que, de um ponto, tudo e todos sejam completamente vistos não importa o quão maior seja a base. Na verdade ela é importante, pois passa a idéia de hierarquia também. Essa pirâmide de observação, de vigilância também possui um efeito que poderíamos chamar de cascata, pois, conforme vai se espalhando, multiplica as instâncias subordinadas de vigilância.

Não que a vigilância seja uma nova, ou grande invenção, mas sim essas novas mecânicas de poder que a acompanham. Essa vigilância hierarquizada confere a disciplina um sistema integrado, ligando-o à economia, pois se torna uma ferramenta indispensável aos aparelhos de produção, aos locais de fábrica e empresa. O poder se apresenta como uma multiplicidade de funcionamento automático, de cima para baixo, mas também para os lados. Ele funciona como uma própria máquina. O fato de possuir um superior, um diretor, um chefe, não indica que dele emane o poder, ou que ele o exerça. O poder só funciona pela operação coletiva, em que as partes compõem uma relação, dessa relação temos esse efeito de poder.

Dentro de cada sistema disciplinar, em qualquer lugar, temos o funcionamento de um pequeno mecanismo penal, que Foucault chama de “infrapenal”, ou ainda um certo privilégio de justiça. Ou seja, ele vai codificar uma série de leis próprias com as suas penalidades específicas. Se a lei geral não pode dar conta da multiplicidade dos comportamentos humanos, a distribuição das disciplinas vai deixar o poder cada vez menos indiferente às condutas

humanas, qualificando-as e reprimindo-as. Nas oficinas, nas escolas, no exército, essa micropenalidade vai reprimir/incidir sobre o tempo, sobre as atividades, sobre o modo de falar, sobre o modo de ser, sobre o corpo, sobre a sexualidade, sendo possível agora qualificar uma fala de tagarela, um corpo de sujo, um tempo atrasado e uma sexualidade indecente, todas acompanhadas de uma devida punição:

Uma noite me levantei pra tomar um gole d'água. Voltei, trabalhei meia hora e tirei meu descanso de 10 minutos.

Quando me sentei de novo, Chambers, o supervisor, um loiro alto, veio correndo:

- Chinaski! Finalmente você se entregou! Você esteve fora por 40 minutos!

Chambers tinha caído no chão uma noite, espumando e se contorcendo. Levaram-no numa maca. Na noite seguinte ele volta, de gravata, camisa nova, como se nada tivesse acontecido. Agora vinha com essa do bebedouro pra cima de mim.

- Olhe, Chambers, procure entender. Tomei um gole de água, sentei-me, trabalhei 30 minutos, aí saí pro intervalo. Fiquei lá fora 10 minutos.

- Você se entregou, Chinaski! Você ficou lá fora durante 40 minutos! Eu tenho 7 testemunhas!

- 7 testemunhas?

- SIM, 7!

- Eu lhe digo, foram dez minutos.

- Não! Dessa vez nós o pegamos, Chinaski! Pegamos mesmo!

Aí me cansei disso. Não quis mais olhar pra sua cara:

- Está certo então. Fiquei lá fora 40 minutos. Faça como quiser. Ponha-me no relatório.

Chambers saiu correndo.

Carimbei mais algumas cartas, aí o chefe da seção apareceu. Um magro branquelo, com pequenos tufos de cabelo cinza por cima das orelhas. Olhei pra ele, daí me voltei e carimbei mais algumas cartas.

- Mr. Chinaski, estou certo de que tem conhecimento das regras e do funcionamento dos Correios. Cada funcionário tem direito a dois descansos de 10 minutos, um antes do almoço, outro após o almoço. O direito de descanso é garantido pelo regulamento: 10 minutos. Dez minutos são...

- PUTA QUE O PARIU!, joguei as cartas no chão. Eu só admiti que fora um descanso de 40 minutos pra satisfazer vocês, idiotas, e pra que saíssem das minhas orelhas. Mas vocês continuam em volta! Agora retiro o que disse! Só fiquei lá fora 10 minutos! Quero ver suas 7 testemunhas! Arraste-as até aqui já! (BUKOWSKI, 1987, P. 123-124)

Essa punição é específica à disciplina, que Foucault (1975) acredita ser um modelo reduzido do tribunal. À essa penalidade vai se reportar tudo o que não estiver condizente com as leis internas, tudo o que se afastar das regras, ou seja, todos os desvios. O desviante é passível de punição. Essa punição está intimamente ligada a uma certa modalidade de ordem, que pode ser chamada de mista. Mista pois é artificial ao ser definida por lei, regra ou regulamento, ao mesmo tempo que não deixa de ser uma observação de processos naturais. O

exemplo utilizado por Foucault (1975, p. 150) é que em uma escola, uma criança jamais deverá ser colocada em uma lição em algum nível superior as suas aptidões. Isso se dá pelo risco do não aprendizado absoluto e, no entanto, na ordem certa, existe toda uma definição regulamentar de quando e como se passará ao próximo nível, assim como aquele que não “chegar-lá”, será posto em evidência, será classificado como faltoso de alguma forma.

A punição disciplinar é composta por um sistema duplo. O castigo que acompanha a disciplina tem um caráter corretivo; ele diz respeito aos desvios e quer que eles não ocorram mais, que a regra, norma, regulamento sejam observados e seguidos. Nesse sentido, os castigos privilegiam os exercícios *aprendizado intensificado, multiplicado e muitas vezes repetido* (FOUCAULT, 1975, p. 150). Não estamos mais falando de expiação de culpa e arrependimento, senão de forma periférica e acessória. Essa é um aparte do sistema que funciona ainda segundo o esquema gratificação-sanção, sendo esse esquema o responsável pelo funcionamento do processo de treinamento e correção. Temos assim ao invés da separação entre proibido e permitido, uma distribuição qualitativa entre os pólos positivo e negativo, fazendo com que qualquer comportamento possa ser qualificado como bom ou mau:

A divisão segundo as classificações ou os graus tem um duplo papel: marcar desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar. Funcionamento penal da ordenação e caráter ordinal da sanção. A disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando. O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição. (FOUCAULT, 1975, p. 151).

Podemos tranquilamente entender que a punição no regime disciplinar quer:

Relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos uns em relação aos outros e em função dessa regra de conjunto – que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo a que se deve chegar perto. Medir em termos quantitativos e hierarquizar em termos de valor as capacidades, o nível, a “natureza” dos indivíduos. Fazer funcionar através dessa medida “valorizadora”, a coerção de uma conformidade a realizar. Enfim traçar o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal (a “classe vergonhosa” da Escola Militar). A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeniza, exclui. Em uma palavra, ela *normaliza*. (FOUCAULT, 1975, p. 152-153)

Nesse sentido, podemos entender que essa nova manifestação punitiva, esse novo mecanismo, introduz o poder da norma e o Normal como princípio de coerção. Temos agora mais mecanismo que se junta aos outros poderes e os modifica passo a passo. Esse poder que também é de regulamentação também tem uma dupla face: por um lado homogeniza, e ao mesmo tempo, individualiza o que permite o mapeamento de desvios. Dentro de uma homogeneidade formal temos a possibilidade de graduar as diferenças, individualizando-as para então determinar, escolher, quais são as mais interessantes que as outras.

Articulando a vigilância hierarquizada com a punição normativa, Foucault indica que a prática do exame emerge como efeito e mecanismo do próprio dispositivo disciplinar. Ele opera a visualização dos indivíduos o que permite uma ação sobre eles. Essa prática estaria segundo Foucault (1975; 1996) no ponto de emergência das chamadas ciências humanas, e das quais não pode ser separada, ou a separação destas do exame, como pensá-las sem ele, ou ainda, quais implicações políticas a tecnologia do exame traz para as ciências que se formam a partir dele, são questões por se discutir, problemas ainda para serem colocados. Essa também é uma crítica por fazer.

O mais importante destacado por Foucault é que o exame é responsável, ou melhor, opera, participa de um mecanismo que liga um exercício de poder a um tipo de formação de saber. O exame, segundo Foucault *inverte a economia de visibilidade no exercício do poder*. O poder até então era justamente o que se manifestava, o que era necessariamente visto, operava pela força manifestada; mas o exame o faz operar um mecanismo de objetivação, em que os indivíduos são permanentemente sujeitados por um exercício de poder que torna visível e se oculta. Esse regime de visibilidade produz uma massa documental sobre o indivíduo, resultando em um arquivo minucioso de suas atividades, na intensa atividade de registro. Essa documentação acaba por tornar cada indivíduo em um “caso”, em que saber e poder se entrelaçam, em um objeto de saber e de poder, em um efeito de saber e de poder: *com ele se ritualizam aquelas disciplinas que se pode caracterizar com uma palavra dizendo que são uma modalidade de poder para o qual a diferença individual é pertinente*. (FOUCAULT, 1975, p. 160)

Valendo-se dos esquemas de poder que operam e dois casos paradigmáticos, a saber a cidade declarada pestilenta e a ação sobre os leprosos, Foucault vai encontrar em ambos alegorias para os dispositivos disciplinares. Seu objetivo é entender a disciplinarização da sociedade, ou melhor dizendo, o processo de constituição de sociedades disciplinares. Assim, o esquema da peste é aquele em que se manifesta um poder que é uma resposta contra a ameaça real de desordem, pânico, revolta e anomia que acompanham o processo de contágio:

a dissolução total da comunidade enquanto ameaça possível se contrapõe a organização regulamentada ao extremo da cidade. Na lepra está o exercício de poder que seleciona os encontros desejáveis, pela exclusão dos indesejáveis. Todas as operações disciplinares que recaem sobre a distinção entre normal e anormal tem essa dupla filiação na tradição dos exercícios de poder.

Mas ainda é fundamental destacar na disciplinarização da sociedade alguns aspectos: elas deixam de ser esquemas marginais de poder e sua entrada nos setores mais produtivos, importantes e centrais da sociedade; sua desvinculação institucional e ainda sua progressiva estatização – cujas figuras centrais são sem dúvida as polícias. Ela vai exercer seu poder de disciplina por todo o *socius*, sendo esse poder inteiramente específico embora exercido por um aparelho de Estado. Ela vai direto sobre os comportamentos, atitudes, opiniões etc. A disciplinarização da sociedade vai das disciplinas fechadas, tipo quarentena para as mais generalizáveis, tipo panóptico:

O desenvolvimento das disciplinas marca a aparição de técnicas elementares que derivam de uma economia totalmente diversa: mecanismos de poder que, em vez de vir “em dedução”, integram-se de dentro à eficácia produtiva dos aparelhos, ao crescimento dessa eficácia, e à utilização do que ela produz. As disciplinas substituem o velho princípio “retirada-violência” que regia a economia do poder pelo princípio da “suavidade-produção-lucro”. Devem ser tomadas com técnicas que permitem ajustar, segundo esse princípio a multiplicidade dos homens e a multiplicação dos aparelhos de produção (e como tal deve-se entender não só “produção” propriamente dita, mas produção de saber e de aptidões na escola, a produção de saúde nos hospitais, a produção de força destrutiva com o exército). (FOUCAULT, 1975, p. 180)

Para o nosso interesse imediato essa ampla digressão sobre a disciplina, nos permite afirmar a sociedade disciplinar funciona ainda de forma paradoxal. Embora no espaço disciplinar nada fique fora de seus mecanismos de ação, assim como, em uma sociedade disciplinar nada deve escapar aos seus dispositivos normativos, coercitivos, corretivos, ainda sim temos a produção de marginalidade.

éramos simples perfeitos
para o que fazíamos
ressaca
podíamos
fazer bem pra burro
nosso trabalho

mas isso

não nos tocou
nunca

entre aquelas paredes despelando

o barulho das brocas
e serras

as faíscas

éramos uma turma boa
naquele balé mortal
éramos maravilhosos

dávamos a eles
muito mais do que pediam

e ainda assim
a eles não dávamos
nada. (BUKOWSKI, 2003, p. 131-133)⁴⁰.

Margem em uma sociedade que não quer margens, margens que permitem que ela dobre sobre si mesma e avance nesse mecanismo de disciplinarização. Se o capital para existir é indissociável de um movimento contínuo de expansão, utilizando de investimentos variados, que não deixa de ser um dobrar e desdobrar sobre si mesmo, seus mecanismos de poder funcionam da mesma forma, produzindo margens que capturam um aspecto da realidade ainda não normatizado, não utilizado. Marginal é tudo que se diferiu e que ainda não foi definido de uma forma útil, é o olhar do poder sobre o devir.

2.6 Uma marginalidade específica

Deve-se registrar que a obra de Charles Bukowski apresenta o traço de ser fruto da sociedade disciplinar em seu apogeu e que apresenta uma visão nada utópica dos EUA. Frente à hegemonia do Sonho Americano dentro e fora dos EUA, temos uma visão interna, crítica, apontando para uma não homogeneidade subjetiva, uma sociedade extremamente conflituosa e estratificada, que não tinha a menor razão para se constituir em um exemplo, modelo ou ideal para qualquer outro lugar do mundo.

você pode pegar suas tias e tios ricos

⁴⁰ Ver Anexo I

e avós e pais
 e todo seu petróleo nojento
 e seus seis lagos
 e seus perus selvagens
 e búfalos
 e todo o Estado do Texas,
 incluindo, suas grasnadas
 e seus passeios noturnos de sábado,
 e sua biblioteca barata
 e seus conselheiros desonestos
 e seus artistas bichas...
 você pode pegar tudo isso
 e seu jornal semanal
 e seus tornados,
 e seus rios imundos
 e todos os seus gatos históricos
 e sua assinatura da *Time*,
 e suma com eles, querida,
 suma com eles. (BUKOWSKI, 2000, *apud* HOUNES, 2000, p. 53)

Muito da opulência, que extasiou os historiadores das décadas de ouro, foi confundida com o “bem viver”, como “bem-estar”. Quando se pensou o “Sonho Americano”, não se pensou que muitos estavam fora dele. Bauman, relendo Agamben, nos afirma que as imagens de opulência material e felicidade idealizada eram apenas de alguns: como enquadrar nesse mito uma prostituta, mesmo que ela tenha uma casa em um subúrbio norte americano qualquer, um carro e uma poupança considerável? Ou mesmo um bêbado, com certa segurança financeira, se freqüentemente estava sujeito a humilhações públicas e a prisão? Todos pertencem à mesma sociedade. Uns não constituíam família, não tinham belas casas, seus trabalhos não eram dignos, sua existência tão pouco louvável do ponto de vista do “sonho”, mas também não compreendiam a sociedade nesse modelo onírico. Todos podiam estar gozando o “bem viver” de sua época, mas alguns não constituíam um exemplo disso.

O sociólogo polonês Zygmund Bauman, embora não afirme isso textualmente – nem são essas suas preocupações ao distinguir os traços fundamentais que separam a modernidade da pós-modernidade – percebe essa distinção entre segurança e tranqüilidade frente ao “bem viver”:

Os desempregados da sociedade dos produtores (incluindo aqueles temporariamente ‘afastados da linha de produção’) podem ter sido desgraçados e miseráveis, mas seu lugar na sociedade era segura e inquestionável. Na frente de batalha da produção, quem negaria a necessidade de forte unidades de reserva prontas para a refrega quando surgisse a ocasião? (BAUMAN, 2002, p. 22).

Dentro desse quadro geral que procurei articular entre sociedade disciplinar e sonho americano – o caráter determinante do primeiro na construção do segundo – será possível localizar uma série de *tipos sociais* que constituirão uma ampla massa de marginalizados. Entende-se por marginalizados indivíduos ou grupos sociais inteiros que não se adequam a um determinado modelo de sociedade, ou determinada idealização de sociedade que existe ou que se pretende construir. Estes estarão sempre sujeitos às formas mais agressivas de repressão, coerção, intimidação, ao mesmo tempo em que serão tentadas a se inserir de diferentes maneiras dadas, oferecidas, nesse mundo que as excluí ou do qual não desejam fazer parte. O que sobressai nessa análise é: do jeito que são, esses “tipos” não são desejados. Eles são rejeitados, devem desaparecer, ser silenciados, não incomodar e se possível transformados em algo mais palatável, mas não necessariamente incluídos no seio dessa família perfeita, desse sonho de sociedade:

- Sente-se Chinaski.
- No centro da mesa havia um cheque virado. Puxei, escorregando-o pelo tampo do vidro e, sem olhar, coloquei-o na minha carteira.
- Você sabia que íamos despedí-lo?
- Não é difícil saber adivinhar as intenções dos patrões.
- Chinaski, você andou trapaceando durante um mês inteiro e você sabe disso.
- Agente se mata de trabalhar e vocês não reconhecem.
- Você não se matou de trabalhar, Chinaski.
- Olhei para a ponta dos meus sapatos. não sabia o que dizer. Então o encarei:
- Dei o meu *tempo* a vocês. é tudo que eu tinha para dar. É tudo que qualquer um tem. E isso por um mísero dólar e quarto por hora.
- Lembre-se de que você implorou por esse emprego. Você disse que seu lugar de trabalho era como seu segundo lar.
- ... dei meu tempo para que vocês possam viver num casarão no alto do monte e ter todas as coisas que deseja. Se há algum perdedor nesse negócio, esse perdedor sou eu. Está entendendo?
- Está certo, Chinaski.
- Certo?
- Pode se retirar. (BUKOWSKI, 1985, p. 83-85)

É nesse sentido que a obra de Charles Bukowski se mostrará fundamental, pois os constrangimentos aos quais esses tipos sociais estão expostos, seja de ordem repressivo-policia, seja ético-moral são mais bem construídos: os bêbados não são bons trabalhadores, são potenciais vagabundos e criminosos, como tais podem ser curados, internados, educados, presos, agredidos e insultados. Ao mesmo tempo em que querem, desejam se manter como bêbados e desprezam o mundo e as normas de valores do trabalho, desejam continuar bebendo, não-trabalhando, “vadiando” etc:

Terminar sozinho
No túmulo de um quarto
Sem cigarros
nem bebida –
careca como uma lâmpada,
barrigudo,
grisalho,
e feliz por ter um quarto.

... de manhã
eles estão lá fora
ganhando dinheiro:
juízes, carpinteiros,
encanadores, médicos,
jornaleiros, guardas,
barbeiros, lavadores de carro
dentistas, floristas,
garçonetes, cozinheiros,
motoristas de táxi...

e você se vira
para o lado esquerdo
pra pegar o sol
nas costas
e não
direto nos olhos (BUKOWSKI, 2003, p. 45-47)⁴¹

É importante salientar algumas marcas que ajudam esse processo de marginalização se difundir de maneira tão pouco problematizada. A principal até agora definida é que: o marginal não é útil do ponto de vista do poder e não é produtivo do ponto de vista econômico. Daí afirmar que marginalidade e pobreza andam juntas é um erro, pois a pobreza é útil do ponto de vista do poder e produtiva, pois permite que continue a acumulação capitalista de riqueza. É fundamental que ambos sejam desvinculados para que possamos entender o papel que cada ator desempenha nesse teatro social contemporâneo. O marginal é o nome dado aquele diferente que acabou de ser localizado pelo poder, e que pode transformar sua existência em um estilo de vida autônomo com relação aos mecanismos de poder e, portanto, ameaçador da sociedade, pois dessa posição pode questioná-la.

⁴¹ Ver Anexo I

Conclusão?

Talvez não deixe de ser este o momento mais pretensioso de todo e qualquer trabalho acadêmico: a conclusão. Mesmo depois de tanto falarmos de singularização e mesmo sobre o *devoir*, a expectativa de uma conclusão pode por tudo por água abaixo. Pretensiosos, pois, neste momento, estaríamos dando um ponto final a algo que começou na página 01, um *telos*, que mais uma vez faz tudo subsumir, ou mais: o momento em que tudo se prepara para parar, o *grand finale*. Ou ainda a grande síntese dialética, capaz de nos apontar para um estágio necessariamente superior. Esse é o momento em que todas as peças se encaixam, ao mesmo tempo em que todas as teses, enfim, podem caminhar lado a lado num sentido necessário.

Não creio que seja assim que se deva proceder, após tudo o que foi exposto. Acredito que seja mais interessante fazer alguns apontamentos, talvez a construção de uma cartografia de possibilidades que um estudo como este, ao longo desses 2 anos, para dizer o mínimo pode apresentar. Que um estudo como este pode propor, ou permitir que apareça. Não que ele seja uma condição de possibilidade, mas um facilitador, alguma coisa que intercede em favor de diferenças.

Existe um ponto fundamental no trabalho iniciado com essa dissertação: em que consiste a implicação do pesquisador com o seu trabalho? Qual sua relação com a pesquisa, ou melhor, de quais relações é composta uma pesquisa? Uma análise dessas implicações é muito mais do que dizer que uma pesquisa não compartilha dos pressupostos da neutralidade científica. Essa análise nos aponta que a qualidade do que se desenvolve está intimamente ligada à qualidade das relações que tornaram essa pesquisa possível, ou que possibilitaram esse trabalho, como ele se apresenta agora e não de uma outra maneira.

Essa qualidade pode ser medida da seguinte forma, nos interrogando se estamos mais potentes agora com esse trabalho em mãos, pronto para ser utilizado, mas mais que isso, com essas novas singularizações produzidas em nós pelo caminhar, pelo constante atravessar e atravessamentos que nos compõe.

Acredito que uma das coisas que podem melhor ser afirmadas agora é que a América, os EUA, não são apenas um Estado potência mundial que se sobrepõe sobre as demais sociedades. Pudemos ver que o poder não opera assim, ou mesmo não existe um poder, mas relações de poder que se manifestam dessa forma. A forma opressiva. Mas que existem outras formas, o como funciona é diverso. Nesse sentido, a América é uma força que se aplica pelo mundo a partir de operações próprias a sua emergência e a configuração capitalística da segunda metade do século XX. Esse movimento é muito mal mapeado, pois a própria idéia de

mapa não é muito utilizada, o que nos permite dizer que pouco sabemos das principais operações de poder que acontecem no mundo hoje, pois não conseguimos traçar seus principais movimentos. Um desses movimentos mal traçados é a americanização do mundo: como os modos de vida vão se tornando cada vez mais americanizados.

Acredito que a força desse pensamento está em podermos então pensar no que há de americano em nós, para que então depois de localizar esse extrato, podermos então nos depararmos com a difícil tarefa de diferir disso, de escapar dessa captura que apenas em parte dependeu de nós. Isso nos ajuda pelo menos a perceber porque queremos tanta punição, para crimes cada vez menos importantes, ou condutas tão pouco expressivas, em outras palavras, o porque da criminalização do cotidiano. Nesse movimento, o embebedar-se é proibido em estádios de futebol, na direção de automóveis, o cigarro dos espaços públicos e isso é o poder investindo sobre a vida biologicamente vivida; foi na América que ele se desenvolveu, e se desenvolve de forma a maximizar seus efeitos. A América é que se dá como exemplo afirmativo de um modo de existência não só “louvável”, como desejável, mais do que qualquer outro.

Na pesquisa histórica, ou afim, o que importa nesse caso seria a utilidade dessa pesquisa. Nesse sentido, defendo que a idéia de excepcionalidade americana deve ser combatida em seus efeitos políticos imediatos: ela não autoriza um desempenho policalesco sobre o mundo, mesmo que seja para preservar uma ordem constituída a sua imagem e semelhança. Sua excepcionalidade histórica seria muito mais útil para um povir menos cruel se fosse referência para novas excepcionalidade históricas, abrisse caminho para outras. A utilidade histórica do que se passou é o que pode ser apontado, mapeado, cartografado e principalmente usado. A utilidade é política, sempre.

Esse é o caminho não dialético da história. Não queremos mostrar como as condições sociais estão se *desenvolvendo* progressivamente, preparadas lentamente para aquele, e somente aqueles preparados, herdeiros desse movimento inexorável. Essa não deixa de ser uma visão política da história, mas serve a poucos, somente aqueles que vão estar no lugar certo, na hora certa, a favor de um destino pré-determinado. Essa história não dialética nos aponta para certo componente do mundo que o molda hoje, que emergiu no passado e nos compõe em nossas escolhas mais miúdas, nas chamadas grandes questões também: americanismos generalizados, aprofundados. Mesmo as rebeliões recentes são facilmente transpostas. Apenas um discurso do senador Barak Obama⁴² na Alemanha – para uma platéia

⁴² Candidato favorito á presidência dos EUA ns eleições de 2008, agora enquanto essas palavras são escritas.

de mais de 200 mil pessoas! – segundo os principais jornais do mundo, foram capazes de apagar 8 anos de ressentimento causados pela administração unilateralista de George W. Bush. Existe algo a mais operando.

Talvez mais do que nunca, esse caminho não dialético traçado nos permite ter uma idéia clara desse sentido para a história, definido pela sua utilidade. Ela serve para cortar, para separar, para jogar o presente contra o passado a fim de desestabilizá-lo. Para mostrar que esse presente não apenas é constituído de passados, que a ele se agregam para compô-lo. Seria difícil pensar o futuro assim. O passado por ter existido diz principalmente que esse presente que vivemos não é absolutamente necessário, pois o que foi, o que se passou foi diferente e poderia ter sido outra coisa também. Essa idéia certamente nos oferece a garantia de que esse presente não será uma eternidade necessária. A dialética coloca o presente como uma necessidade, pois é uma causa do passado.

Traçar esse caminho não dialético oferece uma ferramenta, que como tal será ou não utilizada. A questão que norteou esse aspecto da pesquisa foi: para que serve um trabalho como esse? Ele favorece a produção de novas diferenças no mundo, ou ajuda a conservar as coisas como elas se encontram? Por um lado ele procura atingir um lado bem cristalizado de nosso contemporâneo, essa americanização generalizada da qual somos parte, e de outro, a captura dos devires pela sua marginalização, que basicamente nos diz que eles são desnecessários, melhor passar sem eles, melhor que nunca tivessem acontecido.

É importante também apontar que alguns intercessores, ou aliados – como diria Carlos Castañeda – são fundamentais para que se pense. Essa dissertação contou com o poeta Charles Bukowski. Aliado, como Castañeda pensa, é aqui aquele capaz de oferecer ajuda em uma travessia, aquele capaz de operar movimentos pelo poder que manifesta em alguns momentos. De uma certa forma essa análise crítica não teria sido possível sem a força de Bukowski. Não porque ele tenha sido o artista que melhor pensou a América. Não porque ele tenha sido o crítico *pars excellence* do modo de vida norte americano – talvez não tenha existido um pensador dessa forma, com essa forma. Sua ajuda está no fato de não acreditar na América, seja como mito seja como realidade. Que pode e deve existir uma forma melhor de viver. Nesse sentido, sua obra foi importante, pois continua como algo não negociável com o capitalismo em uma sociedade, pois a sociedade americana é o máximo de capitalismo em uma sociedade. O mundo não poderia ser apontado como completamente capitalista, ou o capitalismo analisado como um sem *fora*, no sentido deleuziano, sem que americanos tenhamos nos tornado. Seja nas calças jeans que usamos, nos jornais que assistimos, nas

“comidas rápidas” que ingerimos, nas formas políticas que exercemos ao votar; em coisas pequenas e grandes, que compõe um modo de vida.

se considerássemos o que podemos ver –
 as máquinas nos enlouquecendo,
 amantes por fim odiando;
 este peixe no mercado
 olhando fixo para dentro de nossas mentes;
 flores apodrecendo, moscas pegas na teia;
 tumultos, rugidos de leões enjaulados,
 palhaços apaixonados por notas de dinheiro,
 nações movendo pessoas como peões;
 ladrões a luz do dia da beleza
 noturna de esposas e vinhos;
 as cadeias lotadas,
 os desempregados habituais,
 grama morrendo 2 tiros;
 homens velhos o suficiente para amar a sepultura.

Estas coisas e outras, em essência
 mostram a vida girando sobre um eixo podre.

Mas eles nos deixaram um pouco de música
 e um espetáculo estimulante na esquina,
 uma garrafa de uísque, uma gravata azul,
 um pequeno livro de poesias de Rimbaud,
 um cavalo correndo como se o diabo estivesse
 torcendo seu rabo
 sobre a grama gritando, e então,
 o amor novamente
 como um bonde dobrando a esquina
 bem na hora,
 a cidade esperando,
 o vinho e as flores,
 a água caminhando sobre o lago
 e verão e inverno e verão e verão
 e inverno novamente. (BUKOWSKI, 2005, p. 249-251)⁴³

Sua ajuda estava em sua crítica que por não ser absoluta, permite que muitos possam vir a ela se complementar. Que ela não é absolutamente artística, filosófica ou científica, que para pensarmos diferente, podemos e talvez devamos nos aliar a essas formas. Elas não devem ser chamadas a conversar em uma mesa, imbuídas de uma formalidade como estranhos que precisem de mediadores para construírem o mínimo de relação. Mas fazendo parte uma das outras, se penetrando e se ajudando, uma intercedendo pela outra. Nesse sentido, literatura, história, filosofia compuseram um traçado que se pretendeu crítico, que pode gerar críticas ao que está constituído.

⁴³ Ver Anexo II.

A marginalização talvez agora possa ser pensada não como algo a ser combatido, pois não constitui em si uma ameaça, ou seja, ela em si não é má nem boa, pois como sabemos, nada existe “em si”, mas sempre “em relação”. Não é assunto, portanto, de uma criminologia, de ações policiais, de justiça e judiciário. Muito menos devem ser idolatradas visto os marginais não serem heróis, mas apontarem para um novo mundo a ser perseguido, pois esse não os comporta.

Bibliografia:

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 73-74.

_____. Do bom uso da memória e do esquecimento. *In*: NEGRI, A. **Exílio**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2001.

FONSECA, MARCIO ALVES DA. **Foucault e o direito**. Rio de Janeiro: Editora Max Limonad, 2002..

ALEEN, Walter. **O sonho americano e o Homem Moderno**. Rio de Janeiro: Lidador, 1972.

AZEVEDO, Cecília. Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão. *In*: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temática e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

BANDEIRA, M. **A formação do Império Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BAUMAN, Zygmund. **Vidas desperdiçadas**, São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

BENEVIDES DE BARROS, Regina. Pesquisa ação/Pesquisa intervenção *In* **Grupo: A afirmação de um simulacro**. 1994. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. PUC-SP. 19-.

BERCOVITCH, Sacvan. A retórica como autoridade: puritanismo, Bíblia e o mito da América. *In*: FERNANDES, Rubem César. DAMATA, Roberto. “**Brasil & EUA – Religião e identidade nacional**”. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 111-141.

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BUKOWSKI, C. **Notas de um velho safado**. Porto Alegre: L&PM, 2000.

_____. **Mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Hollywood**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

_____. **Factótum**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Misto Quente**. Porto Alegre: LP&M, 2006.

_____. **Cartas na Rua**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Os 25 melhores poemas de Charles Bukowski**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Essa Loucura Roubada que Não Desejo a Ninguém, a Não Ser a Mim Mesmo, Amém**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2005.

_____. **O mor é um cão dos diabos**. Porto Alegre: LP&M, 2007.

_____. **Hino da tormenta**. Florianópolis: Spectro, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. Porto: RÉS-Editora, 1985.

_____. ¿Que és un dispositivo? *In: Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

DELEUZE, G., GUATTAR, F. **KAFKA: Por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1977.

_____. **Mil Platôs**. Vol.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

DIVINE, Robert et al. **América: passado e presente**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony. **História do Século XX: expansão e crise**. Vol. 3. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Ed., 1996.

_____. **A Arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

_____. A vida dos homens infames. *In: Ditos e Escritos*. Vol. IV: Estratégia-Poder-

Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Vigiar e punir.** Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

_____. **O poder psiquiátrico.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2006.

_____. **Os anormais.** Rio de Janeiro: Martins Fontes: 2001.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: Cartografias do Desejo.** Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

GINSBERG, Alan. **A queda da América.** Porto Alegre: L&PM, 1987.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo, *In: Cadernos do Cárcere.* Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEROUAC, J. **On the road.** Porto Alegre: L&PM, 2006.

LOURAU, R. **René Lourau na UERJ – 1993 – Análise Institucional e Práticas de Pesquisa”.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1993.

MACIEL, L. C. **Os anos 60.** Porto Alegre: L&PM, 1987.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. *In: REMOND, René. (org.) Por uma história política.* Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 365-399.

NEGRI, A, HARDT, M. **Império.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

NIETZSCHE, F. **O nascimento da tragédia.** Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2007.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Americanos: Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

PAMPLONA, Marco Antonio. **Reverendo o sonho americano: 1890-1972**. São Paulo: Atual, 1995.

RODRIGUES, Helena de Barros Conde; DE SOUZA, Vera Lucia Batista. A Análise Institucional e a profissionalização do psicólogo *In*: SAIDON, O, KAMKHAGI, V. R (ORGS). **Análise Institucional no Brasil**: Favela, Hospício, Escola, FUNABEM. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

REMOND, René. **O século XX**. São Paulo: Editora Cultrix, 1984.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**, São Paulo: Cia das Letras, 1990.

VEYNE. P. Foucault revoluciona a história. *In*: VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

Anexo 1 – Poemas retirados do livro “Os 25 melhores poemas de Charles Bukowski”.**Poema aos Meus 43 Anos**

Terminar sozinho
No túmulo de um quarto
Sem cigarros
nem bebida –
careca como uma lâmpada,
barrigudo,
grisalho,
e feliz por ter um quarto.

... de manhã
eles estão lá fora
ganhando dinheiro:
juízes, carpinteiros,
encanadores, médicos,
jornaleiros, guardas,
barbeiros, lavadores de carro
dentistas, floristas,
garçonetes, cozinheiros,
motoristas de táxi...

e você se vira
para o lado esquerdo
pra pegar o sol
nas costas
e não
direto nos olhos

86´d

o que mais compromete o trabalho
é
tentar fazê-lo
sob uma bandeira
santificada.
a semelhança das intenções
com a dos outros
distingue o idiota
do descobridor

you pode aprender isso
em qualquer
sinuca de esquina, jóquei, bar,
universidade ou
cadeia.

as pessoas correm da chuva mas
sentam
em banheiras cheias
d'água.

É bem desanimador saber que
milhões de pessoas estão preocupadas com
a bomba de hidrogênio
embora
já estejam
mortas.

mesmo assim continuam querendo
mulheres
dinheiro
fazer sentido.

e finalmente o Grande *Bartender* se inclina para você
branco e puro e forte e místico
e diz pra você já
basta logo quando você acha
que está justamente
começando

Faíscas

a fábrica longe da Av. Santa Fé era melhor
melhor
empacotávamos suportes de luminárias

pesados em caixas pesadas e longas
e depois jogávamos as caixas em pilhas
de seis.
aí os carregadores
vinham
esvaziar sua mesa e
você começava às seis seguintes.

Jornada de dez horas
quatro no sábado
pagamento pelo sindicato
bom demais para trabalho não especializado
e se você não chegava lá
com músculos
logo, logo ia arranjá-los

a maioria de nós em
camisetas brancas e *jeans*
cigarro no bico
cerveja furtiva
a gerência olhando
pro outro lado

poucos brancos
os brancos não demoravam:
trabalhadores preguiçosos
na maioria mexicanos e
pretos
frios e rancorosos

aqui e ali
rilhava uma faca
ou alguém
era ferido
a gerência olhando
pro outro lado

os raros brancos que ficavam
eram loucos

trabalhava-se
e as jovens mexicanas
nos mantinham
acesos e esperançosos
seus olhos piscando
mensagens
de lá da
linha de montagem.

eu era um dos

brancos loucos
que duraram
eu era bom trabalhador
só pelo ritmo da coisa
pelo diabo da coisa
e depois de dez horas
de trabalho duro
depois de trocar insultos
vivendo entre atritos
com os que não eram suficientemente calmos
saíamos
ainda dispostos
subíamos em nossos velhos
carros para
voltar para casa
beber metade da noite
brigar com nossas mulheres

para recomeçar na noite seguinte
a embalar os suportes
sabendo que éramos
uns babacas
fazendo os ricos
mais ricos

enfiávamos
nossa camiseta branca
e o *jeans*
e deslizávamos
entre as mexicanas

éramos simples perfeitos
para o que fazíamos
ressaca
podíamos
fazer bem pra burro
nosso trabalho

mas isso
não nos tocou
nunca

entre aquelas paredes despelando

o barulho das brocas
e serras

as faíscas

éramos uma turma boa

naquele balé mortal
éramos maravilhosos

dávamos a eles
muito mais do que pediam

e ainda assim
a eles não dávamos
nada.

Anexo II – Poemas retirado do livro “Essa Loucura Roubada que Não Desejo a Ninguém, a Não Ser a Mim Mesmo, Amén”.

Se considerássemos

se considerássemos o que podemos ver –
 as máquinas nos enlouquecendo,
 amantes por fim odiando;
 este peixe no mercado
 olhando fixo para dentro de nossas mentes;
 flores apodrecendo, moscas pegas na teia;
 tumultos, rugidos de leões enjaulados,
 palhaços apaixonados por notas de dinheiro,
 nações movendo pessoas como peões;
 ladrões a luz do dia da beleza
 noturna de esposas e vinhos;
 as cadeias lotadas,
 os desempregas habituais,
 grama morrendo 2 tiros;
 homens velhos o suficiente para amar a sepultura.

Estas coisas e outras, em essência
 mostram a vida girando sobre um eixo podre.

Mas eles nos deixaram um pouco de música
 e um espetáculo estimulante na esquina,
 uma garrafa de uísque, uma gravata azul,
 um pequeno livro de poesias de Rimbaud,
 um cavalo correndo como se o diabo estivesse
 torcendo seu rabo
 sobre a grama gritando, e então,
 o amor novamente
 como um bonde dobrando a esquina
 bem na hora,
 a cidade esperando,
 o vinho e as flores,
 a água caminhando sobre o lago
 e verão e inverno e verão e verão
 e inverno novamente.

Esse jogo sujo, corajoso

eu vejo e. e. cummings bebendo
 rum com tônica sentado

na varanda de uma casa
branca.

eu vejo Ezra em St. Liz
recebendo visitas como
uma prova de sua existência.

eu vejo Hart Crane num
barco a vapor
rejeitando o assédio
de senhoras literatas
enquanto cobiçava carneiros.

eu vejo Heminway
limpando seu rifle
enquanto pensava
em seu pai.

eu vejo Dostoievski
na roleta
perdendo até as calças
pra Cristo.

e vejo Carson McCullers
afogando sua bela
alma
no
uísque.

eu vejo Li Po
aquele bebum
rindo da futilidade
de uma palavra
seguindo
outra palavra.

eu vejo Sherwood
Anderson
engolindo o
palito de dente que
o matou.

Eu vejo William
Saroyan
já todo escrito,
sentado e sua casa
de frente para o mar de Malibu
esperando
em vão
que a sorte

voltasse.

eu vejo Timothy
Leary
passando
de mesa em mesa
nas festas
esperando ser
reconhecido.

eu vejo Chartterton
comprando o
veneno de rato,
eu vejo Pascal
entrando numa banheira
de água quente
com a
navalha.

eu vejo Ginsberg
que antes Uivava
agora
miando
como um professor
no Brooklyn

Eu vejo Henry
Miller
que há tempos deixou de escrever,
pondo anúncios
para secretárias
num jornal de faculdade.

eu vejo Richard
Brautigan,
a época em que despontava
já passada,
seus livros não
vendendo mais,
seus casos de amor
apodrecendo, posso
vê-lo estourando
os miolos
naquela cabana
na montanha.

eu vejo a
necessidade de
criação, o amor
e o perigo que há

nisso.
 eu posso ver onde,
 a criação freqüentemente
 pára enquanto o
 corpo ainda continua
 e freqüentemente
 não se
 importa.

a morte
 antes de se
 morrer.

Tolstoi sentado sozinho
 na
 estrada.

todos os dias numa noite
 interminável.

flores congeladas
 no sangue
 na urina
 no vinho.

Anexo III – Poema retirado do livro “Hino da Tormenta”

Hino da Tormenta

paguei meus impostos em Macon, enlouqueci no Tennessee,
 encontrei o amor de Deus em Saint Louis,
 dei o fora *daquele lugar*,
 encobri a puta com o coração de ouro em Glendale,
 fugi daquilo.
 debati-me por um tempo ao longo da ferrovia Mason-Dixon,
 voltei a consciência em New Orleans,
 mandei uma carta para casa, e fui chutado no traseiro em Houston.
 comecei a sentar no meio do balcão ao invés de no fim.
 fui enrolado três vezes sucessivamente em algum lugar nos Apalaches.
 casei-me com uma mulher de pescoço aleijado que morreu na Índia sem ser recamada.
 o nome do primeiro cavalo em que pastei era Roay Serenade que morreu
 muito tempo atrás.
 o que rutila melhor para mim é o primeiro drink da noite.
 vou ouvir para sempre as rodas do ônibus da Greyhound me levando para lugar nenhum

J. Clash canta “*eu matei um homem no Reno só para vê-lo morrer*” enquanto
 os condenados levantavam vivas.
 encarcerado com o inimigo n.º 1 na prisão Moyamensing (ele
 roncava à noite).

minha mulher me diz que sou demente por causa dos meus pais.
às vezes me sinto uma criança orfã de mãe.
minha cor favorita é amarela e minha medula também e
nove décimos da humanidade se abraça à autocompaixão e o outro décimo
faz com que ele pareçam compadecidos.
o rato e a barata são as imagens mais poderosas da vida duradoura.
o que era sempre o melhor para mim era ver o medo nos olhos do brigão.
a coisa mais triste era as velhas regando os gerânios às duas da tarde
o que aprendi foi fazer *agora* à despeito das conseqüências.
e o que eu também foi que algo dito um vez poderia
rapidamente tornar-se falso.

paguei meus impostos em Macon, enlouqueci no Tennessee,
me peguei no segundo andar de um hotel em Albuquerque (as
pulgas comeram bem).
me peguei com a turma da ferrovia rumando para o oeste e não aspirei por
uma cadeira no Congresso.
me lembrei de uma garota que me mostrou a calcinha quando eu tinha oito anos.
me lembrei dos bondes vermelhos e os lotes vazios entre
as casas em Los Angeles.
me lembrei que a garota que mostrou as calcinhas para metade da cidadetinha
me mostrou primeiro.
eu fui sempre um covarde que não estava nem aí.
eu fui sempre um homem corajoso que não quis vencer.
achava que foder mulher era um dever social como fazer dinheiro.

paguei meus impostos em Macon, enlouqueci no Tennessee,

eu não sabia da existência do esquema pretos-brancos e
sentava no banco dos fundos do bonde de Nova Orleans.
odeio políticos e odeio respostas óbvias.
paguei meus impostos em Kansas City Oeste.
massacrei um cara de 1,90 m, 110 quilos em Philly.
fiquei no chão em Miami depois que um cara de 70 quilos me derrubou
com seu primeiro soco.
o estado da mente no Estado da união.
que você quer fazer e o que você tem que fazer é a mesma coisa.
uma vez assisti um marinheiro lutar com um crocodilo e o crocodilo desistiu.

apenas as pessoas chatas se chateiam.
apenas bandeiras erradas tremulam.
a pessoa que te diz que ela não é deus na verdade pensa o contrário.
Deus é a invenção do fracasso.

o único inferno é onde você está

passei por Dallas e atravessei Pasadena a força.
nunca paguei meus impostos porque não havia quem os coletasse.
despedacei dois espelhos de corpo inteiro e eles ainda estão procurando
por mim.

andei por alguns lugares que nenhum homem jamais deveria ir.
fui espancado impiedosamente e deixado para morrer.
tenho galos por todo o meu crânio de cassetetes e etc.
os anjos mijam de medo.
eu sou uma pessoa bela.

e você é.
e ela é.
como é colossal o amarelo do sol e a glória do mundo.

Anexo IV

**Discurso de Martin Luther King “I have a dream” (Retirado do site:
<http://www.portalafro.com.br/religoes/evangelicos/discursoking.htm>)**

Eu digo a você hoje, meus amigos, que embora nós enfrentemos as dificuldades de hoje e amanhã. Eu ainda tenho um sonho. É um sonho profundamente enraizado no sonho americano.

Eu tenho um sonho que um dia esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de sua crença - nós celebraremos estas verdades e elas serão claras para todos, que os homens são criados iguais.

Eu tenho um sonho que um dia nas colinas vermelhas da Geórgia os filhos dos descendentes de escravos e os filhos dos descendentes dos donos de escravos poderão se sentar junto à mesa da fraternidade.

Eu tenho um sonho que um dia, até mesmo no estado de Mississippi, um estado que transpira com o calor da injustiça, que transpira com o calor de opressão, será transformado em um oásis de liberdade e justiça.

Eu tenho um sonho que minhas quatro pequenas crianças vão um dia viver em uma nação onde elas não serão julgadas pela cor da pele, mas pelo conteúdo de seu caráter. Eu tenho um sonho hoje!

Eu tenho um sonho que um dia, no Alabama, com seus racistas malignos, com seu governador que tem os lábios gotejando palavras de intervenção e negação; nesse justo dia no Alabama meninos negros e meninas negras poderão unir as mãos com meninos brancos e meninas brancas como irmãs e irmãos. Eu tenho um sonho hoje!

Eu tenho um sonho que um dia todo vale será exaltado, e todas as colinas e montanhas virão abaixo, os lugares ásperos serão aplainados e os lugares tortuosos serão endireitados e a glória do Senhor será revelada e toda a carne estará junta.

Esta é nossa esperança. Esta é a fé com que regressarei para o Sul. Com esta fé nós poderemos cortar da montanha do desespero uma pedra de esperança. Com esta fé nós

poderemos transformar as discórdias estridentes de nossa nação em uma bela sinfonia de fraternidade. Com esta fé nós poderemos trabalhar juntos, rezar juntos, lutar juntos, para ir encarcerar juntos, defender liberdade juntos, e quem sabe nós seremos um dia livre. Este será o dia, este será o dia quando todas as crianças de Deus poderão cantar com um novo significado:

Meu país, doce terra de liberdade, eu te canto.
Terra onde meus pais morreram, terra do orgulho dos peregrinos,
De qualquer lado da montanha, ouço o sino da liberdade!

E se a América é uma grande nação, isto tem que se tornar verdadeiro.

E assim ouvirei o sino da liberdade no extraordinário topo da montanha de New Hampshire:

Ouvirei o sino da liberdade nas poderosas montanhas poderosas de Nova York.
Ouvirei o sino da liberdade nos engrandecidos Alleghenies da Pennsylvania.
Ouvirei o sino da liberdade nas montanhas cobertas de neve Rockies do Colorado.
Ouvirei o sino da liberdade nas ladeiras curvas da Califórnia.

Mas não é só isso.

Ouvirei o sino da liberdade na Montanha de Pedra da Geórgia.
Ouvirei o sino da liberdade na Montanha de Vigilância do Tennessee.
Ouvirei o sino da liberdade em todas as colinas do Mississipi.
Em todas as montanhas, ouviu o sino da liberdade.

E quando isto acontecer, quando nós permitimos o sino da liberdade soar, quando nós deixarmos ele soar em toda moradia e todo vilarejo, em todo estado e em toda cidade, nós poderemos acelerar aquele dia quando todas as crianças de Deus, homens pretos e homens brancos, judeus e gentios, protestantes e católicos, poderão unir mãos e cantar nas palavras do velho spiritual negro:

Livre afinal, livre afinal.
Agradeço ao Deus todo-poderoso, nós somos livres afinal.